



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
CURSO DE DOUTORADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

LUAN ALEX DE MATTOS

**O NOME DO LOBO:
LÍNGUA MATERNA E A ORDEM SIMBÓLICA**

CHAPECÓ

2025

LUAN ALEX DE MATTOS

**O NOME DO LOBO:
LÍNGUA MATERNA E A ORDEM SIMBÓLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof. Dra. Angela Derlise Stübe

Chapecó

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Mattos, Luan Alex de
O nome do lobo:: língua materna e a ordem simbólica
/ Luan Alex de Mattos. -- 2025.
175 f.

Orientadora: Dra. Angela Derlise Stübe

Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Fronteira
Sul, Doutorado em Estudos Linguísticos, Chapecó, SC,
2025.

1. Psicanálise. 2. Linguística. 3. Sujeito. 4.
Constituição de Sujeito. I. Stübe, Angela Derlise,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

LUAN ALEX DE MATTOS


O NOME DO LOBO:

LÍNGUA MATERNA E A ORDEM SIMBÓLICA


Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó, como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca examinadora em 10/09/2025

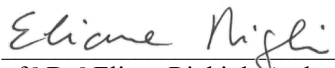
BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANGELA DERLISE STÜBE**
Data: 19/09/2025 09:57:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Angela Derlise Stübe – UFFS
Orientadora


Documento assinado digitalmente
 **CARLA NUNES VIEIRA TAVARES**
Data: 17/09/2025 16:22:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Carla Nunes Vieira Tavares – UFU
Avaliadora


Prof.^a Dr.^a Eliane Righi de Andrade
Avaliadora



Prof. Dr. Lauro Baldini – UNICAMP
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **VALDIR PRIGOL**
Data: 30/09/2025 09:34:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Valdir Prigol - UFFS
Avaliador



Convalescente

Charles West Cope

*« La psychanalyse n'a ici qu'une seule prise qui vaille : énoncer qu'en matière de
langue, la science puisse manquer »*

Jean C. Milner

Dedico este texto a quem me disse e a quem me escutou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Professora Dra. Angela Stübe pelas leituras cuidadosas, pela orientação paciente e por Canetti. Agradeço, de forma inestimável o encorajamento para atravessar fronteiras – físicas e simbólicas – e ocupar outros espaços, ser outros.

Agradeço à professora Dra. Marie-Anne Paveau por me possibilitar o desenvolvimento de meu doutorado sanduíche em Paris, na Sorbonne Paris XIII. Agradeço também ao professor Thamy Ayouch pela acolhida em seus seminários.

Agradeço ao professor Lauro Baldini por me receber na UNICAMP.

Agradeço às colegas do GELINDI pelas inestimáveis trocas. Especialmente à Mary Stela, colega de grupo de pesquisa e de ingresso no doutorado, agradeço as leituras atentas, as sugestões precisas e os constantes encorajamentos.

Agradeço ao Lauro pela acolhida em Campinas, em Barão Geraldo e na UNICAMP. Agradeço à Alcateia – e de modo especial ao João C., ao João G., ao Luiz e ao Henrique – também pela acolhida, mas também pelas novas possibilidades. Agradeço ao Caio pela amizade pouco óbvia (e divertidíssima).

Agradeço Paris. Agradeço a aqueles que, naqueles momentos em que o tempo transcorrido não foi o do relógio se fizeram amigos e amores. Dessa outra vida agradeço de forma especial: Ailton e Rafael, Ana, Bruna, Carol, Danilo e Victória, Gabriela, Jai, Julise, Laelson, Lucas, Lucas e Izadora, Olívia, Rafael, Rafaela, Rebeca, Roberta, Ruth, Γιώργος, Sara, Tati e ao Vinicius.

Agradeço aos amigos da E.P., Cíntia, Claucio, Clara, Claudi, Gustavo e Joci por tudo aquilo de que sabem que sou grato.

Agradeço aos amigos que não cito aqui mas de quem lembro sempre.

Agradeço ao Enio, meu analista, pela escuta e aos meus analisandos por me permitirem que os escute.

Por fim, agradeço a minha família, em especial a minha mãe e ao Pedro, que passou a fazer parte dela. Agradeço o amor.

Agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa e à possibilidade de realização de um doutorado sanduíche e de um sonho que eu não sabia que eu tinha e aos governos democráticos que entendem e valorizam a importância da educação e do investimento na educação.

RESUMO

A presente pesquisa analisa modos pelos quais a *dita língua materna* produz efeitos sobre e produz o sujeito cindido pelo Simbólico (\$). Ela se sustenta a partir de um reconhecimento da necessidade de deslocamento de sentidos com relação à noção de língua materna e tem como objetivo geral analisar – nos textos autobiográficos que compõem o *corpus* desta Tese, *Le Schizo et les Langues* (1970), de Louis Wolfson, e *A língua absolvida*, de Elias Canetti (2010) – isso que tem sido denominado “língua materna”, e seus efeitos sobre o sujeito (\$). A tese central é a de que: O que tem sido chamado, por vezes, no campo da psicanálise de língua materna, se ampara na primeira língua falada pela criança (língua enquanto código e resultado de um processo político de ordenação de língua), mas não coincide com ela, englobando elementos metalinguísticos e tendo uma afetação *assombrosa* do inconsciente e do real. Para dar conta do objetivo – com sua deslocada concepção de língua materna – proponho uma pesquisa de caráter bibliográfico sedimentada em uma abordagem analítica que se articula entre a Desconstrução de Derrida e a Psicanálise, notadamente a leitura de Freud por Lacan, e dividida em dois eixos principais. No primeiro eixo, proponho uma investigação teórica sobre os conceitos de língua e língua materna, buscando uma maior aproximação com os sentidos propostos e possíveis a partir dessa expressão significante, buscando, a partir da teoria derridiana, desconstruir efeitos de evidência acerca dessa expressão. No segundo eixo, parto dos textos autobiográficos que compõem o *corpus* para discutir como a língua materna (com tudo o que ela implica, o entrelace com a língua, a triangulação paterna e afins) produz o sujeito, considerando que é apenas a partir da relação com o campo do simbólico que ele pode o ser.

Palavras-chave: Língua; língua materna; sujeito cindido; constituição psíquica.

RESUME

*La présente recherche analyse les modes par lesquels la dite langue maternelle produit des effets sur le sujet et le constitue comme sujet clivé par le Symbolique (\$). Elle s'appuie sur la reconnaissance de la nécessité d'un déplacement de sens quant à la notion de langue maternelle et a pour objectif général d'analyser – dans les textes autobiographiques qui composent le corpus de cette thèse, *Le Schizo et les langues* (1970) de Louis Wolfson, et *La langue absoute* d'Elias Canetti (2010) – ce qui a été désigné sous le nom de « langue maternelle » et ses effets sur le sujet (\$). La thèse centrale est la suivante : ce que l'on appelle parfois, dans le champ de la psychanalyse, langue maternelle, s'appuie sur la première langue parlée par l'enfant (langue entendue comme code et comme résultat d'un processus politique d'ordonnancement linguistique), mais ne se confond pas avec elle. Elle englobe des éléments métalinguistiques et implique une atteinte singulière, voire vertigineuse, de l'inconscient et du réel. Pour répondre à cet objectif – et à partir de cette conception déplacée de la langue maternelle – je propose une recherche de nature bibliographique, fondée sur une approche analytique articulant la Déconstruction derridienne et la Psychanalyse, notamment la lecture lacanienne de Freud. Ce travail se divise en deux axes principaux. Dans le premier axe, je propose une investigation théorique des concepts de langue et de langue maternelle, cherchant à préciser les sens proposés et possibles à partir de cette expression signifiante, et, dans la perspective derridienne, à déconstruire les effets d'évidence qu'elle charrie. Dans le second axe, je pars des textes autobiographiques constituant le corpus afin de discuter la manière dont la langue maternelle – avec tout ce qu'elle implique : l'entrelacement avec la lalangue, la triangulation paternelle, entre autres – produit le sujet, en considérant que ce n'est qu'à partir de sa relation avec le champ du Symbolique qu'il peut advenir comme tel.*

Mots-clés : *langue ; langue maternelle ; sujet clivé ; constitution psychique.*

ABSTRACT

*The present research analyzes the ways in which the so-called mother tongue produces effects on, and in fact produces, the subject split by the Symbolic (\$). It is grounded on the recognition of the need to displace the meanings traditionally attached to the notion of the mother tongue, and its general objective is to analyze—within the autobiographical texts that constitute the corpus of this dissertation, *Le Schizo et les Langues* (1970) by Louis Wolfson and *The Tongue Set Free* by Elias Canetti (2010)—that which has been referred to as the “mother tongue” and its effects on the subject (\$). The central thesis is that what has been called, at times within the field of psychoanalysis, the mother tongue, is based on the first language spoken by the child (language understood as a code and as the outcome of a political process of linguistic ordering), yet it does not coincide with it. It encompasses metalinguistic elements and exerts a striking—indeed uncanny—impact on both the unconscious and the real. To address this objective, and following this displaced conception of the mother tongue, I propose a bibliographical study grounded in an analytical approach articulated between Derridean Deconstruction and Psychoanalysis, particularly Lacan’s reading of Freud, and divided into two main axes. In the first axis, I undertake a theoretical investigation of the concepts of language and mother tongue, seeking to approach more closely the meanings proposed and made possible by this signifying expression, and, from a Derridean perspective, to deconstruct the apparent self-evidence surrounding it. In the second axis, I draw on the autobiographical texts that compose the corpus to discuss how the mother tongue—with all that it entails: its interlacing with *lalangue*, paternal triangulation, and related dimensions—produces the subject, considering that it is only through its relation to the field of the Symbolic that the subject can come into being as such.*

Keywords: *language; mother tongue; split subject; psychic constitution.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 01 CAMINHOS SIMBÓLICOS	20
1.1 <i>Elucubrações sobre o Objeto de pesquisa</i>	21
1.2 <i>Apresentação do Arquivo e construção do corpus de análise</i>	24
1.2.1 <i>A língua absolvida</i>	28
1.2.2 <i>Le Schizo et les Langues</i>	30
1.3 <i>Enlace teórico</i>	32
1.4 <i>Errar na língua do Outro – um acordo com a impossibilidade de traduzir</i>	36
PARTE I – CONTRA A HERMENÊUTICA DOS OBJETOS TEÓRICOS	40
NOTA INTRODUTÓRIA I	41
CAPÍTULO 01 O OBJETO DA LINGUÍSTICA	44
1.1 <i>Língua nos fatos da linguagem</i>	45
1.2 <i>Deslocamentos na concepção de língua</i>	55
CAPÍTULO 02 ENTENDIMENTO (S) DE LÍNGUA MATERNA.....	60
2.1 <i>Recuperação histórica da designação “língua materna”</i>	61
2.2 <i>Língua Nacional e o mito da unicidade</i>	64
2.3 <i>Sentidos de língua materna</i>	70
2.4 <i>Uma concepção deslocada – o materno na língua</i>	75
COMPREENSÕES PROVISÓRIAS	85
PARTE II – VÍSCERA	90
NOTA INTRODUTÓRIA II	91
CAPÍTULO 01 LÍNGUA MALDITA, LÍNGUA SAGRADA, LÍNGUA MATERNA	93
1.1 <i>Língua da mãe - Lala lalíngua</i>	93
1.2 <i>Mãe como possibilidade</i>	108
CAPÍTULO 02 O SUJEITO ENREDADO NA TRAMA DO SIMBÓLICO	116
2.1 <i>O infans e o corpo</i>	117
2.2 <i>Elias Canetti – ou, rolo de pedra</i>	124
2.3 <i>Verwerfung des Namens des Vaters</i>	134
2.4 <i>Segunda cisão – Outra relação com a linguagem</i>	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	157
GLOSSÁRIO	163

<i>Φάντασμα ἐμᾶυτοῦ - ou, fantasma de mim mesmo.</i>	<i>172</i>
---	------------

INTRODUÇÃO

Saber uma língua é muito diferente de conhecê-la. Saber uma língua quer dizer ser falado por ela, que o que ela fala em você se enuncia por sua boca, como destacado, a título do “eu”. [...] A língua que se sabe é dita “língua materna”. O que parece querer dizer apenas uma coisa: que ela autoriza o locutor a falar como mestre.

Charles Melman, 1992.

Um lobo – *canis lúpus* – é um mamífero carnívoro da família *canidae* e pertencente ao gênero *canis*. Na natureza, vivem de seis até oito anos e por vezes mantêm o mesmo parceiro sexual por toda a vida, formam o que poderíamos reconhecer, a partir de uma visão cristã, como uma família. Neste texto, entretanto, o lobo é de outra ordem.

Pesquisando já há algum tempo (Mattos, 2021) acerca da relação do sujeito com as possibilidades de se dizer e de se fazer, a noção de língua materna, compreendida então como um conceito, começa a me inquietar. Ainda que buscasse apenas uma definição mais hermética para essa noção, em minhas leituras me deparei com várias possibilidades distintas, não de conceituação de língua materna – embora isso também me interesse – mas de distintos modos de o sujeito afetar-se por ela. Possibilidades que se dão *na* relação e *com* relação à língua materna que muito me inquietaram e que me levaram a buscar mais compreender sobre a *língua dita materna* (Derrida, 1996).

Possibilidades tais como a mudança de língua materna ou uma afetação tão potente que nela a criança não consiga mais falar (Christaki, 2012) surgem como possibilidade de um atravessamento moebiano da subjetividade pela língua e da língua pela subjetividade.

Na ocasião da citada pesquisa (Mattos, 2021), a tarefa se mostrou pouco possível, já que as definições de língua materna com que me deparei eram bastante diversas e, sedimentadas em uma concepção estruturalista – muito bem encorpada – de língua, não havendo em meu entendimento condições para uma investigação – a partir da psicanálise¹ – acerca das razões pelas quais se daria uma mudança de língua materna.

¹ Ressalto que é a partir da psicanálise que essa investigação teria se mostrado infrutífera. Talvez, a partir de referenciais outros e sustentando-se em uma outra compreensão de língua materna essa investigação pudesse e possa ser realizada.

Para a compreensão da noção de língua materna, parte-se da noção de língua. É esse significante que estabiliza aquilo que pode vir da mãe e lhe dá contornos e um sentido – entre outros possíveis. A compreensão de língua da qual parto é aquela desenvolvida e trabalhada por Ferdinand de Saussure – tido como pai da linguística moderna (na tradição ocidental na qual me situo): um conjunto de signos que se definem por oposição. Contudo, essa não é uma hermenêutica. Outras concepções são possíveis a partir de outros lugares teóricos que desestabilizam qualquer univocidade conceitual de uma noção que é estruturada e estabelecida a partir de uma conjuntura temporal, teórica e social estabelecida.

Ao teorizar-se sobre língua materna a questão se complexifica ainda mais. Essa expressão começa a ser utilizada ainda na idade média (Aquino, 2016) e com o passar do tempo passa a funcionar em distintos campos de sentido e em distintos discursos, coloquiais e científicos. Se, linhas gerais, se compreende que língua materna é aquela língua da mãe ou que através da mãe a criança apropria-se da língua zero, pois impossível de ser computada, devemos reconhecer que não é sempre a mãe que desempenha essa função – o que é um fato – fala-se, por vezes, em língua paterna quando é a língua do pai aquela na qual a criança é primeiro inserida. Nessa perspectiva, língua materna estaria, por vezes, associada diretamente à figura da genitora – compreensão distinta da de Melman (1992), que também faz referência a língua paterna, mas em uma perspectiva outra, sendo para ele a língua paterna aquela que interdita o desejo ligado a língua materna.

Quando nos² voltamos para textos de psicanálise que trazem discussões sobre a língua materna, nos deparamos com um conjunto de *dizeres sobre* que são de uma ordem muito singular. Pelo entrelace entre língua e linguagem, compreende-se que a língua materna tem um papel imprescindível no processo de constituição do sujeito, sendo ela que o institui enquanto tal.

Para Melman (1992), língua materna é aquela na qual, para o *falasser*, a mãe foi interditada. Talvez seja por essa aproximação com a mãe, enquanto função materna, que ela seja tão potente.

Em minha leitura, considerando o papel subjetivante disso que institui e assujeita o falante, isso que tem sido chamado de língua materna não é, em algumas vertentes

² Ao fazer referência a primeira pessoa do plural (nos, nós, busquemos, avancemos...) é o leitor que convido para, comigo, avançar na discussão do tema. As referências à autoria são redigidas em primeira pessoa do singular.

epistemológicas, *exatamente* uma língua (se tivermos uma compreensão rígida de língua, compreendendo-a como *estritamente* um conjunto de signos linguísticos que, por oposição, se definem), embora seja assim chamada, sendo em verdade algo que é de outra ordem e que se sedimenta sobre essa primeira língua falada pela criança.

Os efeitos da língua materna sobre o sujeito podem ser observados no relato de distintos autores que nos dizem de sua relação com ela, seja em textos mais teóricos em que dão sinal de sua relação com “sua” língua, seja em textos de caráter mais testemunhal e autobiográfico. Aqui eu cito Robin (2013), Derrida (1996), o próprio Freud e também de Canetti (2010) e Wolfson (1970), sendo o arquivo desta tese composto pelos escritos desses dois últimos.

Em *A língua absolvida* do romancista búlgaro Elias Canetti e em *Le Schizo et les langues*, de Louis Wolfson – autodeclarado “estudante de línguas mentalmente doente” (Wolfson, 1970) –, podemos encontrar, em cada obra ao seu modo, um relato de como a língua materna afeta o sujeito de uma forma muito marcada e bastante potente. Seja uma língua que a criança aprenda mais tarde e que, por ser a língua do amor dos pais, se faz para ela materna, seja essa afetação pela negativa, sendo a língua materna aquela que o sujeito não ouve e não fala de modo algum.

Considerando a abertura de sentidos possíveis acerca da noção de língua materna, e considerando que ela comporta em si elementos outros para além do estritamente linguístico – o amor dos pais, a angústia do amor da mãe – essa pesquisa tem como tema os modos como a língua materna afeta e produz o sujeito de linguagem, tema proposto a partir de um problema que me inquieta: De que forma isso que tem sido chamado de língua materna pela psicanálise e por teorias que dela se aproximam em alguma medida, como por exemplo a Análise de Discurso – campos teóricos com uma compreensão aproximada de sujeito, de língua e de língua materna –, afeta e produz o sujeito cindido pelo simbólico?

Para responder a essa pergunta e tentar dar uma solução para o problema da presente tese, proponho o desenvolvimento de uma pesquisa teórica/bibliográfica sustentada em uma imbricação entre a teoria da desconstrução de Derrida e a psicanálise, na leitura de Freud por Lacan, e dividida em duas partes principais. Traço alguns objetivos que serão expostos a seguir e retomados adiante.

O objetivo geral é analisar – nos textos autobiográficos citados, *Le Schizo et les Langues* (1970), de Louis Wolfson e *A língua absolvida*, de Elias Canetti (1981) – isso

que tem sido denominado “língua materna”, e seus efeitos sobre o Sujeito (\$). Como objetivos específicos busco:

1. Estabelecer um panorama acerca de significações possíveis para a *expressão língua materna* em textos que *de alguma forma dialoguem* com o campo da linguística e da psicanálise;
2. Compreender para o que aponta a designação “língua materna”, se não para uma língua no sentido que trabalha e postula Saussure no texto do *Curso de Linguística Geral*;
3. Discutir o conceito lacaniano de *lalíngua* e sua relação com a língua materna;
4. Compreender a forma e os modos pelos quais a *dita língua materna* produz o sujeito.

Entendo que a língua na qual a criança é inserida, em um primeiro momento, por quem para ela desempenha a função materna – e se faz, para ela, Outro – tenha uma importância extremamente significativa, e que a *dita língua materna* – essa noção ainda nebulosa – se ampare nessa primeira língua, ou na língua zero para se estruturar e desenvolver a potência que terá a partir do momento em que se fizer materna para a criança. Acredito, por outro lado, que elas não coincidam.

Se por um lado entendo que isso que tem sido chamado de *língua materna* em alguns campos do conhecimento, não é compreendido exatamente como uma língua tal como teorizada e compreendida por Saussure no texto do *Curso*, por outro lado não é possível negar que os efeitos que promove são presentificados a partir da primeira possibilidade de língua na qual a criança é inserida – seja uma língua determinada a partir de uma política linguística, seja uma variação muito marcada de uma língua específica, seja em uma situação de cruzamento linguístico. Assim, acredito que essa primeira língua funcione como um suporte para a dita língua materna.

Por afetar o sujeito de um modo extremamente singular, produzindo efeitos como nenhuma língua outra o faz (Milner, 2016; Revuz, 2001), constituindo-o enquanto sujeito falante e, portanto, do simbólico (Lacan, 1953-1954 [1986]; Lacan, 1957-1958 [1999]; Fink, 1998; Leite, Souza Jr., 2021) não entendo adequado entender a língua materna apenas a partir da convencional perspectiva de ser a primeira língua falada pela criança. Em minha compreensão língua materna não se alinha a *uma* língua – enquanto conjunto de signos – especificamente. Dentro do campo dos estudos discursivos e da Psicanálise a

expressão “língua materna” ganhe novos sentidos e funcione em uma perspectiva significativamente deslocada, e diga da relação do sujeito com o Outro (Lacan, 1968-1969 [2008]) e da forma de fazer laço com o outro. Entendo que ao aforismo derridiano “*língua dita materna*” (Derrida, 1996, p. 31) possa ser proposta uma inversão: “*dita língua materna*”, já que é assim chamada, dita³.

A carga libidinal extremamente potente que faz com que as asserções anteriores sejam legítimas, não se liga apenas a uma língua enquanto código, mas sim vai para além dele. Nesse sentido, é apontado por Leite e Souza Jr. que:

[...] para além do idioma em si (código e instrumento comunicativo), na língua que se diz materna adquirem incomparável valor o regionalismo, o vocabulário afetivo-familiar, o jeito particular de dizer e a musical-gestualidade: elementos que, não estando exatamente na chave estrita da comunicação, podem justamente abrir para algo mais. Esse “algo mais” relaciona-se com aquilo que Lacan, amparado na ideia de lalação [...] chamou de *lalíngua* (Leite, Souza Jr., 2021, p. 42).

Nessa perspectiva, língua materna desliza e pode se associar a possibilidades outras da forma de se significar “língua”. É por reconhecer a possibilidade de *diferença* que se dá com relação às línguas nacionais e línguas oficiais que torna-se possível atrelar a ela a carga libidinal/afetiva que vai fazer com que “língua materna” vá além de uma língua enquanto código. Acredito, considerando o exposto, que a noção de língua materna, nos campos teóricos citados e com os quais tenho trabalhado, se relacione com uma forma de discursividade, de uma forma de laço e de enlace.

Essa pesquisa é orientada pela Professora Doutora Angela Derlise Stübe e pela proposta de pensar a língua e o processo de constituição do sujeito, que na língua se sedimenta faz parte de um projeto maior: “Ser-estar-entre-línguas-culturas: língua, identidade e formação de professores”, na linha de pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos – PPGEL – da Universidade Federal da Fronteira Sul.

A presente tese se divide em duas partes principais e um capítulo – intitulado *Caminhos simbólicos* – que as precede. Nele, apresento os elementos metodológicos que dão contorno à pesquisa, desde escolha do arquivo, constituição do *corpus*, bem como caminhos teóricos pelos quais transito e que dão forma ao texto.

³ Podemos entender com Souza Jr. (2019) com relação ao dizer – da *dita* língua materna ou da língua *dita* materna – que algo sempre fica de fora e que algo sempre falta. Investiguemos.

A Parte I da pesquisa, *Contra a hermenêutica dos objetos teóricos* é composta por dois capítulos que são também eles teóricos e nos quais busco pensar a língua materna, partindo da compreensão de língua. O capítulo 01, *O objeto da linguística*, se dedica a melhor compreender, em suas nuances, a língua. Haja visto que, língua materna toca naquilo que diz respeito ao materno, mas também a língua. O capítulo 02, *Entendimento(s) de língua materna* parte de uma investigação acerca da constituição histórica da noção até os usos em distintos campos do conhecimento – mais circunscritos, nessa pesquisa, a linguística e suas diferentes vertentes e a psicanálise, é bem verdade – nos dias de hoje.

Na Parte II da pesquisa, *Viscera*, busco compreender a partir da psicanálise como se dá o processo de constituição do sujeito em sua relação com isso que tem sido chamado de língua materna. Essa segunda parte é dividida também em dois capítulos e é desenvolvida a partir do arquivo, as obras autobiográficas *Le Schizo et les langues* e *A língua absolvida*. No capítulo 01, *Língua maldita, língua sagrada, língua materna*, trabalho com as representações de mãe em ambas as obras bem como a forma como essa língua é investida de libido. No capítulo 02 *O sujeito enredado nas tramas do simbólico* trabalho e investigo a instituição do sujeito propriamente, a partir da sua relação com o Outro e com a cadeia simbólica.

Para além do capítulo inicial e dessas duas partes principais, essa tese apresenta também duas “notas introdutórias”, uma no início de cada uma delas. Elas funcionam como uma pequena introdução de cada uma das partes e buscam esclarecer ao leitor algumas escolhas que foram feitas para a construção de cada uma dessas partes. Ainda, ao final do texto, o leitor vai encontrar um glossário com as definições de alguns conceitos que aparecem nesta tese. Ele visa possibilitar ao leitor que melhor compreenda o conceito/noção com que se depara no texto, no caso de ele não ser explicitado naquele momento.

Seleção de arquivo e *corpus*, campos teóricos com os quais trabalho, escolhas metodológicas. Dou sequência à escrita deste texto explicitando os caminhos simbólicos e metodológicos pelos quais transitei para a construção desta tese.

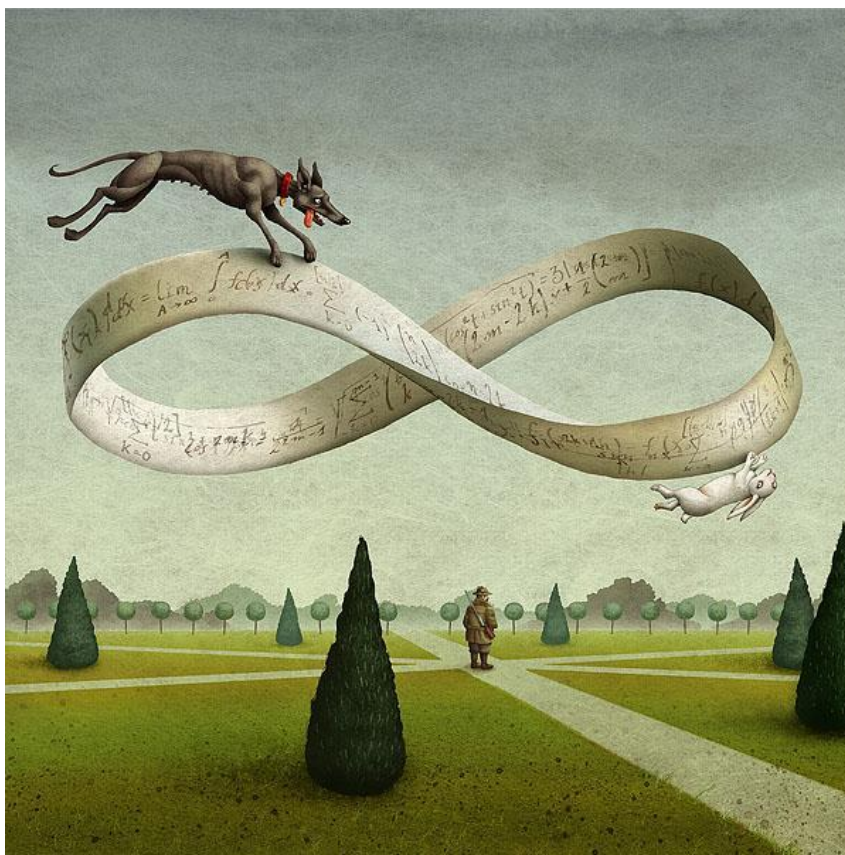
CAPÍTULO 01

CAMINHOS SIMBÓLICOS

No intuito de explicitar ao leitor a organização dessa pesquisa, seja em nível de construção do arquivo, seja em nível da escolha teórica com que trabalho – sempre orientado pela pergunta de pesquisa e por um primeiro gesto de interpretação que a possibilita ser formulada – é que esse texto é construído. Inicialmente procedo apresentando os textos que compõem o arquivo – *Le Schizo et les langues* de Louis Wolfson e *A língua absolvida*, de Elias Canetti – bem como o percurso metodológico a partir do qual a construção do texto foi possível. Após, direciono a atenção para as teorias que balizam e estruturam a pesquisa.

À nível de aporte teórico, a pesquisa proposta se estrutura em uma imbricação entre a psicanálise, notadamente a leitura de Freud por Lacan, e a teoria da desconstrução de Derrida como referenciais que orientam as análises. A condução da pesquisa e a construção do texto da tese se dão orientadas por um problema e uma pergunta de pesquisa, que são singulares e trazem marcas do pesquisador. Assim, compreendo, não há neutralidade possível. Falando de língua *na* língua, somos por ela atravessados e produzimos sentidos a partir de *um* lugar, que não é único e tampouco hegemônico. A forma como leio um texto que poderá compor o arquivo, as questões que ele coloca, já dão um direcionamento – que não é deliberado – para a pesquisa. Nas seções seguintes apresento e discuto alguns elementos teóricos e metodológicos que ajudam a dar forma para a pesquisa.

1.1 Elucubrações sobre o Objeto de pesquisa



Fonte: Adam Pekalski

A imagem acima, produzida pelo artista polonês Adam Pekalski, para a capa de um livro de matemática representa um jardim europeu e uma fita de moébius. Plantas podadas em topiaria, um homem no cruzamento das calçadas vestido como um caçador/colonizador europeu e, acima, flutuando de forma etérea, uma representação de uma fita de moébius com um coelho branco correndo e atrás dele uma cadela cinza que corre, tal como o lobo de Canetti (2010), com a língua de fora.

Não vou entrar em pormenores interpretativos acerca dessa imagem uma vez que ela não constitui meu arquivo. Também não vou tomar a mesma como ilustração da teoria apenas, uma representação em duas dimensões da fita de moébius para mostrar ao leitor como ela é representada graficamente. O que proponho é outra coisa e se situa *no meio do caminho*.

A fita de moébius tal como trabalhada por Lacan no *Seminário 10*, se constitui por uma fita longa e achatada. Ao torcer essa fita, uma ponta dela, em sentido horário ou anti-horário, e juntar com a outra ponta, tem-se como resultado essa representação topológica na qual o dentro e o fora se confundem. Essa estrutura que comporta algo de

uma *différance* – de essencialmente diferente de si mesmo, de inatingível e não alcançável – me interessa na medida em que algo de similar – estruturalmente diferente de si – se dá com minha pesquisa. Assim, parto dessa fita e dessa imagem – que vai em alguma medida, ainda que de forma não explicitada, atravessar todo o texto da tese – para explicar a ambiguidade, a ambivalência e a dualidade de meu objeto e de meu percurso de escrita.

De certa forma, me aproximo de Paul Henry (2013) ao delinear o objeto de pesquisa. Reconheço nesse objeto uma complexidade que demanda a construção dessa seção explicitando seus contornos. Compreendo que o que se dá é um processo mesmo de nomeação uma vez que o objeto da pesquisa vai se constituindo enquanto essa nomeação se faz neste texto. Não é dado a priori, mas se constitui no processo de constituição do pesquisador, dado que a inquietação já se instaura em pesquisa anterior e passa a ser nomeada nesta tese.

Considerando as leituras que faço – de minha posição de pesquisador – de textos do campo da linguística e da psicanálise, bem como a questão de pesquisa que proponho e os objetivos que a movem, compreendo que, no momento em que esse texto é redigido, a pesquisa possui um objeto que, tal qual a fita de moébius que abre essa seção, causa a impressão – em um primeiro momento – de ser cindido, sendo em verdade estruturalmente organizado de modo à que apenas considerando “as duas faces” – compreensão de língua e de língua materna e posterior compreensão de como ela constitui o sujeito – é que algum sentido passa a existir. Problema e solução metodológica em uma pesquisa que pretende analisar isso que é denominado língua materna e seus efeitos sobre o sujeito, não acreditando que seja possível chegar ao real do objeto (Henry, 2013), mas buscando uma aproximação com ele, com toda a sua instabilidade e impossibilidade de apreensão.

Língua materna, dentro do campo da linguística, é uma *expressão*. Precisamente é um substantivo feminino que faz referência a uma noção que por sua vez baliza entendimentos e compreensões sobre àquela língua primeira falada pela criança, na qual ela é inserida geralmente pela mãe. É de uso relativamente comum em campos teóricos distintos e, por vezes, aparece como sinônimo de língua nacional, de L1, de língua nativa e outras.

Caso a criança seja inserida na língua falada pelo pai, fala-se, por vezes em língua paterna, existindo aí uma equiparação entre as noções. Em países com duas línguas oficiais pode-se, eventualmente, compreender uma separação entre elas, entendendo-se que uma seja a língua materna dos falantes e a outra a língua oficial do país (Mattos,

2021), evocando aí, compreendo, uma aporia que se sustenta também no código linguístico. Essa expressão é também usada para fazer referência a algo que institui o sujeito falante e que o afeta de uma forma extremamente singular, de um modo como nenhuma outra língua poderia fazer. Se acima faço referência à expressão, a textualidade tal como aparece em dicionários, mesmo em censos e em textos outros onde grafa-se dessa forma, nesse momento digo de algo que, por convenção, *chama-se* – arbitrariamente – língua materna. Nesse momento não é mais a forma de dizer que me interessa. O objeto de estudo dessa pesquisa é também um elemento que ganha sustentação no primeiro código linguístico no qual a criança é inserida (que tem uma sintaxe específica e que pode ser decomposto em unidades mínimas – fonemas – e que se sustenta em uma gramática) mas que não se aliena ou se finda nele.

Essa forma de dizer e o uso dessa expressão nesse contexto – estabelecendo essas compreensões a partir da psicanálise e de teorias outras que com ela se relacionam – não é de forma alguma um mero acaso e mantém relação causal com a designação dessa primeira língua. Para Milner (2016), por sua aproximação com *lalíngua*, isso que tem sido chamado de *língua materna* é impossibilitada a inclusão em um conjunto que envolva línguas outras, sendo lugar de sofrimento, de paixão e de prece (Derrida, 1996). Em minha leitura e em minha hipótese inicial ao se fazer referência à língua materna a compreensão de língua que está em jogo é outra, deslocada.

Assim, apresento ao leitor o cindido objeto de pesquisa. Um objeto que é, nessa pesquisa, constituído *per si* – algo de evanescente e de não totalizável – e pelos discursos sobre, que produzem significação e efeito de verdade (um efeito de sentido dentre outros) sobre o mesmo. Para Paul Henry (2013):

O objeto do conhecimento é o objeto que muda, que tem uma história inscrita na história da ciência da qual é o objeto, na confrontação de suas teorias, nas práticas específicas que o caracterizam, assim como nas condições históricas de produzirem essa história, essas confrontações, essa prática. Em vez de se perguntar se a língua é uma instituição social, a realização de uma faculdade inata ou as duas coisas ao mesmo tempo, é simultaneamente a história da linguística, a confrontação de suas teorias, a prática do linguista sobre a linguagem na sua especificidade que devem ser interrogadas quando se quer apreender alguma coisa da materialidade da língua enquanto objeto de conhecimento (Henry, 2013, p. 16).

Henry nos convida a aceitar a mutabilidade de nosso objeto. Mutabilidade que é dele e que ele imprime na pesquisa, figurando assim uma certa ambivalência e uma dificuldade na delimitação de seus contornos, na medida em que apresenta, nesse texto, distintas facetas e é observado de distintos ângulos.

1.2 Apresentação do Arquivo e construção do corpus de análise

Meus arquivos são isso, a ideia que já vive sem mim.

Jacques Derrida – D'Ailleurs Derrida

Tendo em vista a pergunta de pesquisa e os objetivos que dela se desdobram, entendo pertinente para o desenvolvimento deste trabalho realizar uma pesquisa teórico analítica de caráter bibliográfico. A proposta é compreender como a língua materna afeta e produz o sujeito, bem como os modos pelos quais essa expressão produz sentidos amparada em efeitos de evidência.

Não é sem problemática que o acesso aos textos que vão colaborar na construção do arquivo é possível. Desde um primeiro momento, meu interesse enquanto pesquisador era trabalhar com textos – compreendidos como clássicos – que tratassem de língua materna. Atravessado pelo Discurso da Universidade, tal como compreendido por Lacan pretendia chegar a esses textos de um modo que não fosse *apenas* a partir do desejo do pesquisador. Para isso busquei trabalhar com planos de ensino de programas de pós-graduação em linguística e de cursos de letras, buscando nesses planos, referências que atendessem ao interesse e objetivos da pesquisa. Ainda sobre o Discurso da Universidade, Silva salienta que:

Uma vez que S2 ocupa, no discurso universitário, o lugar de agente, podemos considerar o saber como dominante desse discurso. Porém, trata-se de um saber tomado na vertente da citação, enunciado sem enunciação. O saber, no lugar dominante do discurso universitário, não quer dizer saber de tudo, mas uma aposta de que tudo é saber, *de forma que o sujeito deve ser subjugado pela mestria do saber*. [...] No lugar ocupado pelo significante mestre, surge o saber como agente, mas um saber disjunto da verdade; saber genérico, *que se pretende sem sujeito que o enuncia*; saber equivalente e contável; saber sustentado pela equivalência, por exemplo, de títulos universitários. O saber, como agente no discurso universitário, baseia-se no significante mestre que traz como verdade, o que leva Lacan a afirmar que ocorre, nesse discurso, apenas uma troca de senhor, em relação ao discurso do mestre. *O discurso universitário é o discurso do mestre moderno*. No entanto, essa mestria, por não ser encarnada num senhor específico (senão no mercado, na ciência etc.), é velada ao sujeito [...] (Silva, 2018, *grifos meus*).

Compreendendo que essa forma de laço social se sustenta de um modo burocratizante e alinhado ao capitalismo, demandando do sujeito (como temos compreendido o Discurso da Universidade [que em certa medida é marca de nossa sociedade e nos constitui]) determinadas posições no modo de relação com o Outro e o outro.

A ideia de trabalhar com os planos de ensino, contudo, se mostrou infrutífera, uma vez que ainda a nível de organização pareceu problemático reconhecer os textos – apenas por seus títulos – que nesses documentos versassem sobre língua materna. Também seria pouco viável ler *todos os textos* dos planos de ensino a procura de dizeres sobre língua materna. A proposta logo foi abandonada.

Após uma maior reflexão sobre a proposta da pesquisa e estudos sobre a construção de arquivo, entendi pertinente trabalhar com teses – de programas de linguística cuja nota na plataforma sucupira seja 7 – e alguns textos outros citados de forma reiterada nessas teses. As teses serviriam a dois propósitos, pois para além de atualizarem sentidos sobre língua materna, me ajudariam a chegar a textos clássicos – os que eu buscava – que produzem sentido sobre língua materna e sobre língua, base para a compreensão da dita língua materna.

Para o desenvolvimento do trabalho adotaria como arquivo para construção do *corpus* textos (teses, livros e capítulos de livros) que versassem sobre a língua/língua materna e reconhecidos como referências relevantes para outros trabalhos que sejam atravessados pela temática da língua materna. Essa proposta de metodologia para seleção de textos também foi descartada, uma vez que não dialogava com meus interesses de pesquisa.

No decorrer da construção da tese, me deparei com alguns pontos que desestabilizaram a imaginária linearidade de sua construção. O primeiro e mais premente ponto foi relativo à “uma questão mais interessante”. Alguma pergunta de pesquisa hipotética – à qual não cheguei – que orientaria, também, a pesquisa. Me dei conta, em algum momento, que não era uma pergunta que buscava, mas sim uma possibilidade nova de abertura de sentidos, movimentação da cadeia significante – que pode ser uma pergunta, mas não apenas.

O segundo ponto foi com relação à constituição do arquivo propriamente. Durante meses e diversos encontros do GELINDI (Grupo de Estudos Linguagem Discurso e Identidade) a questão que, com relação a pesquisa, me afligia era sobre a constituição do

arquivo e do *corpus* de análise. Compreendia que havia um problema com relação ao desenho de acesso ao arquivo e constituição do mesmo. Em certa medida, isso ocorria de fato. A proposta exigia uma metodologia hermética e concisa que não dialogava com meu modo de escrita e de produção de conhecimento, tampouco com a ambivalência do objeto da pesquisa.

Outrossim, passei a compreender que o problema era com relação a escolha do arquivo em si, não como método, mas como resultado de uma escolha. Ainda que desde o projeto submetido ao processo seletivo a proposta tenha sido trabalhar com o que entendo como textos clássicos, a ênfase acabou se perdendo ao longo do tempo. Uma vez que não havia possibilidade de, em um primeiro momento, nomear os textos selecionados, pois ainda estava em processo de seleção das teses e assim a ênfase recaía sobre o acesso a elas.

A ideia de chegar aos textos que me interessavam por meio de textos e documentos outros já apontava, compreendo, para uma certa insegurança com relação ao método e ao meu lugar como pesquisador. Ainda que haja a possibilidade de uma seleção de arquivo por critérios outros, mais alinhados aos saberes da práxis psicanalítica e ao desejo do pesquisador, o critério de seleção apontava para um caminho outro, que, se mais bem sedimentado, não levava para onde eu precisava e queria chegar. Muda-se então a proposta de acesso aos textos e os textos que seleciono para a composição do *corpus*.

Passo, após tentativas pouco aplicáveis, orientação formal e outras conversas com minha orientadora, a me interessar por novos textos que chamam a atenção por um motivo distinto dos que vinha buscando até então. Se o interesse é compreender os modos pelos quais *dizendo a língua e sendo dito pela língua*, portanto *sendo atravessado* (\$) por ela, o sujeito se constitui, por que não trabalhar com textos que de um ou outro modo deem testemunho desse atravessamento?

Para tecer considerações sobre a forma como essa dita língua materna afeta e produz o sujeito, opero a partir da psicanálise – teoria do Inconsciente que a mais de um século se dedica a compreensão dos processos de produção de sujeito e constituição de subjetividade – e tomo como arquivo para discussão textos que são atravessados pela temática da língua materna, ou, se preferirmos, cujos autores são eles mesmos atravessados de forma visceral pela sua relação com suas línguas, com ênfase e destaque para a chamada língua materna.

Deste modo, proponho uma conversa com esses autores que, falando da língua falam de si e falando de si produzem sentido sobre língua materna. O critério de inclusão

dos textos agora muda, passando a serem selecionadas obras em que o autor discorra sobre *sua* relação com o que reconhece como sua língua – com as implicações que isso traz. Assim, trabalho com autobiografias compreendidas como narrativas de si que não tem um compromisso com uma representação do sujeito concreto, mas que apresentem um testemunho de si e de sua relação com sua língua.

Testemunho. Esse significante que por sua própria natureza (de significante) é polissêmico pode ser tratado e pensado a partir de distintos campos semânticos – até mesmo em uma aproximação maior com a Shoa, como no caso do trabalho de Regine Robin, que incorpora elementos narrativos de sobreviventes em suas narrativas. Na compreensão de Duarte (2010), embora autobiografia e testemunho possam ser por vezes confundidos, existem diferenças fundamentais marcadas entre esses gêneros. A autobiografia teria um enfoque maior na vida do sujeito que narra, enquanto o testemunho seria focado em uma experiência traumática. Ainda, nessa mesma lógica, no testemunho o autor narraria uma experiência da qual participou como coadjuvante “o que reforça o aspecto de a literatura de cunho testemunhal viabilizar a experiência de figuras situadas na margem do cenário historiográfico” (Duarte, 2010, p. 114).

Ainda, Lejeune (2002, p. 22, *apud*, Duarte, 2010, p. 42), a respeito da autobiografia, considera que:

l’auteur demande au lecteur quelque chose (...). Il demande au lecteur de l’aimer en tant qu’homme [que o reconheça enquanto sujeito ?] et de l’approuver. Le discours autobiographique implique une demande de reconnaissance, ce qui n’est pas le cas du discours de fiction. (...) L’homme qui écrit sa vie, et qui vous la livre, vous demande une reconnaissance, un quitus, une approbation qui ne concerne pas seulement son texte, mais sa personne et sa vie. Le lecteur est objet d’une demande d’amour⁴.

Nessas designações que apresento acima, talvez os textos com os quais trabalho se aproximem mais de uma autobiografia do que de um testemunho, mas em verdade a perspectiva de testemunho com a qual trabalho é outra, talvez menos hermética, orientada a partir de Lacan:

É sem dúvida ela que fala [uma paciente paranoica], mas há ali uma outra estrutura, que aliás não se dá em absoluto. Não é como se ela me falasse de

⁴ O autor demanda algo ao leitor (...). Ele demanda ao leitor que o ame como humano e que o aprove. O discurso autobiográfico implica um pedido de reconhecimento, o que não ocorre no discurso de ficção. [...] O homem que escreve sua vida e a entrega a você demanda reconhecimento, uma quitação, uma aprovação que não diz respeito apenas ao seu texto, mas à sua pessoa e à sua vida. O leitor é objeto de uma demanda de amor (2002, p. 22, *apud*, Duarte, 2010, p. 42. *Tradução minha*)

qualquer coisa, ela me fala de alguma coisa que é para ela muito interessante, *ardente*, ela fala de alguma coisa que continua mesmo assim envolvida, em suma, ela testemunha (Lacan, 2020, p. 51, *grifo meu*).

Para o autor o testemunho – no original, *témoigne* (Lacan, 1981, p. 66) – não é pura e simplesmente comunicação, embora a comunicação investida e que se atribui importância tenha valor de testemunho, sendo dele a função pela própria instauração da experiência. É a partir desse lugar que chamo os textos com os quais trabalho de testemunho. Ainda que se afastem de uma compreensão mais ramificada de testemunho, um conceito mais elaborado e radial, minha compreensão é orientada e produz sentidos nesse texto a partir de minha leitura de Lacan. Testemunho como um dizer do sujeito sobre si mesmo, que lhe seja *ardente* e que em alguma medida o ajude a, dizendo de si, se situar no mundo. Em minha compreensão é isso que Canetti e Wolfson fazem.

Com relação a análise das obras que compõem o arquivo, cabe frisar que não pretendo com essa pesquisa propor uma análise sobre os autores, tampouco propor conjecturas acerca de sua constituição psíquica ou identitária, um diagnóstico dos mesmos com base em seus textos, análise *selvagem* e despropositada. Interessa, a partir das obras, compreender em que medida esses atravessamentos sofridos pela dita língua materna produzem o sujeito cindido pela linguagem tirando a criança da posição de *infans* e alçando-a a condição de *fallasser*.

Os textos com que trabalho são apresentados nas seções abaixo.

1.2.1 A língua absolvida

Descobri que meu pai tinha para minha mãe um nome que só usava quando falavam alemão. Seu nome era Mathilde, e ele a chamava de Madi. Certa vez em que eu estava no jardim, disfarcei minha voz o quanto pude, e gritei alto para dentro da casa: “Madi! Madi!”.

Elias Canetti, 2010.

O texto de Canetti me chega em um momento bastante crucial de minha pesquisa. Em dezembro de 2022, durante orientação e discutindo a possibilidade e eventual necessidade de mudança de arquivo, minha orientadora, pensando sobre os novos critérios de inserção, lê para mim o seguinte recorte do texto de Canetti (2010, n.p.):

Minhas primeiras recordações estão imersas no vermelho. Saio por uma porta nos braços de uma menina, o chão à minha frente é vermelho e à minha esquerda desce uma escada igualmente vermelha. À nossa frente, à mesma altura, abre-se uma porta e aparece um homem sorridente que, alegre, vem em minha direção. Ele se aproxima bem, para e me diz: “Mostre a língua!”. Mostro a língua e ele leva a mão ao bolso, tira um canivete, abre-o e põe a lâmina bem perto de minha língua. Ele diz: “Agora lhe cortaremos a língua”. Não ousou recolher a língua; ele se aproxima cada vez mais, até quase tocá-la com a lâmina. No último momento ele recolhe a faca e diz: “Hoje ainda não, amanhã”. Ele dobra o canivete e o guarda no bolso.

Todas as manhãs saímos pela porta para o pátio vermelho, a porta se abre e o homem sorridente aparece. Sei o que ele dirá e aguardo sua ordem de mostrar a língua. Sei que ele a cortará, e cada vez tenho mais medo. Assim começa o dia e a história se repete muitas vezes.

Esse texto que eu não conhecia desse autor que eu não conhecia, desperta então a minha curiosidade e o meu desejo de mais. Há aí um cruzamento entre a língua enquanto órgão e a língua que deve ser pela criança silenciada. Vou então atrás de Elias.

A língua absolvida é o primeiro de três volumes que se constroem como uma autobiografia de Canetti. O autor nasceu em 1905 em Ruschuk, na Bulgária, filho de judeus sefardins: Mathilde Arditti Canetti e Jacques Elias Canetti. Sefardins eram então judeus “diferentes” daqueles do leste europeu. Sua mãe deixava a ele isso muito claro, e de forma bastante orgulhosa.

Nesse texto, acompanhamos os primeiros anos de Elias e a sua relação com uma pluralidade de línguas, todas singulares. Na sua casa, falava-se o yidish, uma imbricação do espanhol com o hebraico, isso entre os parentes e as crianças. Com os empregados, falava-se o búlgaro. Aos seis anos de idade de Canetti, se mudam para a Inglaterra, e aí ele aprende o inglês (também um pouco de francês com uma professora impaciente e pouco interessada).

Após a morte do pai, que para Elias Canetti era tudo, a família se muda novamente. O destino é a Suíça, mas antes disso, fazendo escalas, vão para a França. Já na Suíça, sua mãe lhe ensina o alemão, mas deseja fazê-lo sem livros, e, portanto, embora tenha comprado uma gramática do alemão para auxiliar o seu ensino, ela priva o filho de acessar a mesma. Assim é que Canetti transita por muitas línguas e nelas é dito de diferentes formas. Sua relação com essas línguas se dá de modos distintos, marcados pela diferença.

Em *A língua absolvida* o pai tem uma centralidade que em outros textos aparece de forma menos evidente. Ainda que ele tenha falecido quando Elias Canetti era ainda

uma criança pequena, essa figura produz efeitos na sua relação com a mãe e com as distintas línguas que o constituem. O alemão, língua na qual o texto é escrito e a qual Canetti considera ser a língua do amor da mãe, era a língua em que ela e seu pai conversavam, a língua que atravessava os seus dias quando, estudantes, viviam em Viena.

A língua absolvida dá testemunho de uma relação com as línguas que é marcada e atravessada por um quase que constante enamoramento, enamoramento dos pais, enamoramento do filho pelo pai, do filho pela mãe, do filho por suas línguas. Para que servem essas línguas? Para onde ele vai com elas?

É essa possibilidade de atravessamento que me interessa. Na medida em que, se relacionando de modo singular com diferentes línguas, elas não têm o mesmo peso com relação a sua posição no mundo e, por outro lado, não são hierárquicas.

1.2.2 *Le Schizo et les Langues*

Pourtant, comme ce n'était guère possible que de ne point écouter sa langue natale, il essayait de développer des moyens d'en convertir les mots presque instantanément (spécialement certains qu'il trouvait très ennuyants) en des mots étrangers chaque fois après que ceux-là pénétreraient à sa conscience en dépit de ses efforts de ne pas les percevoir⁵.

Louis Wolfson, 1970.

Le Schizo et les Langues, de Louis Wolfson é um texto com que tive contato durante a leitura *O neutro do Sujeito*, de Françoise Davoine e Jean Max Gaudillière (2019) para um dos encontros do GELINDI. Não entrarei, nesse momento, nos pormenores do texto citado, mas cabe dizer que é um texto sobre a relação entre a possibilidade de linguagem na esquizofrenia e nele é feita referência ao texto de Wolfson.

Le schizo et les langues, texto com prefácio de Gilles Deleuze, apresenta a relação de Louis, auto intitulado “estudante de língua mentalmente doente” com suas línguas – são várias nas quais ele se diz por não poder dizer. Relação conflituosa e pouco usual, a começar pela língua em que o texto é escrito, e mais, pelas razões pela qual o texto é

⁵ No entanto, como não era realmente possível deixar de ouvir sua língua natal, ele tentava desenvolver meios de converter as palavras quase instantaneamente (especialmente algumas que achava muito aborrecidas) em palavras estrangeiras, toda vez que aquelas penetrassem em sua consciência apesar de seus esforços para não as perceber (Wolfson, 1970, n.p. *Tradução minha*).

escrito nessa língua. Apesar de poder se dizer que a língua materna de Wolfson é o inglês estadunidense (ele mesmo o diz), o livro é escrito em francês. Isso não se dá por uma preferência lexical consciente ou alinhamento a um determinado campo teórico, mas sim em razão de um excesso que vem com essa língua que o autor reconhece como materna.

A relação de Louis com a mãe lhe é perturbadora, seus sons lhe desagradam – o som dela comendo, o som dela lhe interrompendo propositalmente para lhe apresentar e oferecer comidas – e assim é também com o inglês, *língua da mãe*. Em razão disso lança mão de diversos meios para evitar essa língua que lhe é tão desagradável. Se dedica ao estudo de línguas outras, como francês, alemão e grego; em espaços em que não há saída se não ouvir o inglês, ele tapa os ouvidos, seja com o dedo, seja com os fones de um walkman; com o pai – separado de sua mãe –, ele fala em alemão (língua que estudou formalmente), o pai lhe responde em iídiche, língua de sua terra natal, e assim uma interlocução entre os dois se faz possível.

Interessante frisar que o desvio linguístico que ele propõe, a expressão de si em línguas outras que não o inglês, se assenta em um movimento de tradução bem orientado e bastante singular. Sobre esse movimento Deleuze atesta:

Son procédé scientifique est le suivant : un mot de la langue maternelle étant donné, trouver un mot étranger de sens similaire, mais aussi ayant des sons ou des phonèmes communs (de préférence en français, allemand, russe ou hébreu, les quatre langues principalement étudiées par l'auteur) (Deleuze, 1970, n.p.)⁶.

Além de ser escrito em francês, o texto de Wolfson é por ele escrito, também, em terceira pessoa e considerado por Deleuze (1970) obra nem artística, nem documental. Essas singularidades do texto e do autor nos interessam por apontar, entendemos, uma relação com a dita língua materna que é pouco usual.

Na tentativa de criar recursos para escapar da língua ensinada por sua mãe, Wolfson revela aspectos específicos em seu funcionamento linguageiro, principalmente com relação à articulação da língua e às operações encadeadas para tal. Nossa hipótese é a de que seu funcionamento de língua torna-se peculiar pelo trabalho de elaboração do delírio, uma tentativa de recusa da língua inglesa, ou seja, a relação com as línguas parece ser constituinte de seu delírio (Marini, 2010, p. 26).

⁶ Seu procedimento linguístico é o seguinte: uma palavra da língua materna estando dada, encontrar uma palavra estrangeira de sentido similar, mas também tendo sons ou fonemas comuns (de preferência em francês, alemão, russo ou hebreu, as quatro principais línguas estudadas pelo autor) (Deleuze, 1970, n.p. *tradução minha*).

É a forma singular que aparece a partir da relação de Wolfson com o inglês que aqui interessa, forma singular de relação com a língua que reconhece como materna e que evita.

Nas seções abaixo sigo explicitando os modos através dos quais realizo o movimento de análise das obras citadas. Campos teóricos a partir dos quais pesquiso, modos de seleção e análise dos recortes e, na seção seguinte, a impossível tarefa da tradução.

1.3 Enlace teórico

Ouvi de um professor que Zizek não escreve livros, escreve pequenos textos, rascunhos, que posteriormente envia para a publicação. Essa seção tem algo disso, já que pensando sobre a sua escrita não pude chegar a uma solução sem pensá-la como um texto à parte, com uma pequena introdução e, se não um objetivo – para não conflitar metodologicamente com os objetivos dessa pesquisa – ao menos com um intuito próprio. Pensar, dentro da textualidade dessa tese, os usos que proponho e os conceitos que operacionalizo para falar de (e a partir da) psicanálise e da desconstrução, se mostrou para mim um processo, mais do que moroso, impraticável.

Que a incompletude é condição fundamental de um discurso e que algo sempre sobra e algo sempre falta no dizer não existem dúvidas. Contudo, a compreensão de sobra me fazia entender que, por isso mesmo, o texto não estava condizente com a proposta e a necessidade de inserção metodológica do mesmo no corpo da tese. Apresentar as origens do inconsciente? Tratar, em uma seção teórica, sobre o conceito de real? Apresentar definições gerais que serão utilizadas posteriormente? Me pareceu um caminho que, ainda que possível, não era o mais interessante.

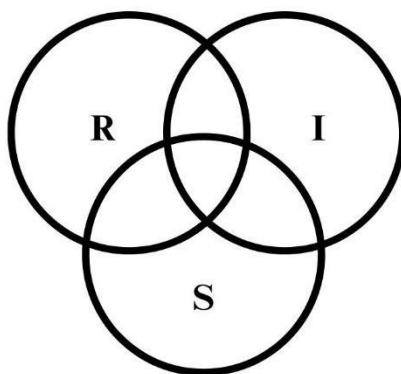
O que proponho agora é apresentar ao leitor a relação que reconheço entre psicanálise e desconstrução. Esclarecer as formas como tenho compreendido esse entrelaçamento entre esses campos do saber que não são coincidentes – tampouco hierárquicos em alguma medida – mas que em um enlace moebiano dialogam entre si. Começo do começo.

Me escrevo a partir da psicanálise e a partir da desconstrução e isso quer dizer, mais do que da metodologia, do meu lugar como pesquisador e a partir do qual pesquiso.

Começo meu percurso acadêmico na psicologia e em proximidade com a psicanálise como teoria do inconsciente. Depois, no mestrado em estudos linguísticos me aproximo de Pêcheux, pela ênfase clara na AD pecheuxtiana no programa, e por fim chego a Derrida (primeiro ao *Le monolinguisme de l'Autre* e ao que diz sobre língua e só depois a teoria da desconstrução).

Ao fim e ao cabo, pesquiso de um lugar que é constitutivamente instável. Gosto desse lugar. Lugar de trânsito e de deslocamento. Reconheço que sou, também eu enquanto pesquisador, afetado por distintos campos de saber e distintas possibilidades de se fazer pesquisa.

Para Dunker, Paulon e Milan-Ramos (2017, p. 22), existem distintas possibilidades de se pensar a linguagem a partir do RSI (real, simbólico e imaginário): Na linguística estruturalista de Saussure há uma ênfase no simbólico, assim como na arqueologia de Foucault e na antropologia estrutural de Lévi-Strauss. Na desconstrução de Derrida, na literatura comparada de Lukács e nas teorias da comunicação de Jakobson e Bakhtin toma-se como ponto de partida o imaginário. A análise de discurso de Pêcheux teria para os autores uma ênfase no real, assim como a filosofia analítica de Wittgenstein e o formalismo de Propp. A psicanálise de Lacan atravessa e pode tomar como ponto de partida qualquer um dos três registros na mesma medida em que é atravessada por eles. Isso vale também, segundo os autores, para todos os outros teóricos na medida em que tomam cada um desses registros como ponto de partida, contudo isso não quer dizer que se alienem em cada um deles ou que seja uma posição estanque. Ora, se estamos pensando isso a partir do RSI não teria como ser diferente, já que é apenas a partir do seu entrelace que o enodamento se faz possível.



Assim, proponho uma leitura do nó de borromeu para dizer, a partir da psicanálise mas também da desconstrução, dos atravessamentos que se dão com relação a essa pesquisa. Um enodamento entre os três registros, que não se somam, mas que se afetam mutuamente produzindo sentidos e perguntas.

Estruturalmente, por outro lado, entendo que essa pesquisa se estruture a partir de uma fita de móebius na qual não há exatamente uma separação entre seus lados, embora por vezes exista a impressão de que isso se dê. Dentro e fora são uma sequência, não se cindem. Da mesma maneira, nesta pesquisa, psicanálise e desconstrução se encadeiam, possibilitando que *essa* pesquisa se dê. Nessa dinâmica, da psicanálise trago o interesse por aquilo que escapa ao sujeito, aquilo do qual ele não sabe dizer. Da Desconstrução me interessa a forma de colocar perguntas e o interesse mesmo e maior em colocar perguntas do que ansiar por respostas.

Por que *rastro*? O que nos guiou na escolha desta palavra? Começamos a responder essa questão. Mas esta questão é tal, e tal a natureza de nossa resposta, que os lugares de uma e outra devem deslocar-se constantemente. **Se as palavras e os conceitos só adquirem sentido nos encadeamentos de diferenças, não se pode justificar sua linguagem e a escolha dos termos se não no interior de uma tópica e de uma estratégia histórica.** Portanto, a justificação não pode jamais ser absoluta e definitiva. Ela responde a um estado das forças e traduz um cálculo histórico [...] A palavra *rastro* deve fazer por si mesma referência a um certo número de discursos contemporâneos com cuja força entendemos contar (Derrida, 2017, p. 86, *itálicos do autor*, **negritos meus**).

O rastro, salienta o autor, pertence ao próprio processo de significação. É a partir daí, desses cruzamentos, desses rastros teóricos e só tendo eles como possibilidade é que um sentido entre outros pode ser atribuído.

Desconstrução e psicanálise, transito entre as duas, tendo sido atravessado pela AD, para a produção desta tese. A desconstrução me ajuda a colocar questões ao meu arquivo, a reconhecer as questões que me inquietam, que entendo pertinentes, e me ajuda a elaborá-las. Ela:

não recalca de modo algum a herança freudiana. Ela a prolonga em uma necessidade hiperanalítica, colocando em jogo o desejo ou a fantasia de reunir-se ao originário, ao irreduzível, ao indisível. Juntando os dois temas de toda análise, o tema *arqueológico* de retorno ao antigo, que ordena a repetição e sua alteração, e o tema *filolítico* da desvinculação dissociativa, da decomposição das unidades, da desconstituição dos sedimentos, a desconstrução sustenta a exigência analítica da sempre possível desvinculação como a própria condição

de possibilidade da vinculação geral (Major, 2002, p. 22-23, grifos no original).

Mais do que trazer respostas, ela ajuda a formular perguntas, não como método, mas como modo e possibilidade de pensamento. Da psicanálise trago a possibilidade e o interesse em, levando em conta a dimensão do inconsciente, produzir novos sentidos sobre a língua materna e sobre o sujeito. Uma posição na qual as teorias funcionam ilusoriamente em separado mas que, nesse texto, se constituem mutuamente, ou antes, colaborativamente o constituem.

Com relação a construção do processo analítico, entendo que ele seja relativamente clássico, embora fluido. Debrucei-me sobre os textos que poderiam me interessar e, uma vez lendo e reconhecendo neles a possibilidade e reconhecendo em mim o interesse de efetivamente inserir os mesmos no arquivo desta pesquisa e trabalhar com eles, passei a marcar elementos que me interessavam neles.

Essa marcação não foi rígida, não teve por base palavras-chave do texto, uma regularidade específica nem nada nesse sentido. Se deu a partir de minha relação com o texto na medida em que cada um desses trechos de cada um dos textos despertou em mim, tendo por base os objetivos dessa pesquisa, reflexões sobre a relação do sujeito com sua língua materna. Assim é que, por exemplo, trabalho um recorte do texto de Canetti em que ele narra a entrada de seu pai no quarto usando uma máscara de lobo, e a partir desse trecho do livro eu passo a discorrer sobre a “bocarra do simbólico”:

Uma noite em que, apesar de tudo, eu havia conseguido adormecer, fui acordado por um enorme lobo se inclinando sobre a minha cama. Pendia-lhe da boca uma imensa língua vermelha, e ele bufava horivelmente. Gritei com todas as minhas forças: “Um lobo! Um lobo!”. Ninguém me ouviu, ninguém acudiu; eu gritava e chorava cada vez mais desesperado. Então surgiu uma mão que agarrou as orelhas do lobo e puxou-lhe a cabeça. Por trás, apareceu meu pai, rindo. Continuei a gritar: “Um lobo! Um lobo!”. Queria que meu pai o espantasse. Ele me mostrou a máscara do lobo em sua mão, não acreditei nele, por mais que ele dissesse: “Você não vê, era eu, não era um lobo de

verdade”; não havia meio de me acalmar e eu continuava a soluçar e a berrar (Canetti, 2010, n.p.)⁷.

Leio os textos. Os trechos grifados se convertem em recortes e a partir daí, reconhecendo entre eles – em uma relação transferencial com os textos e com o tema da pesquisa – algum sentido e alguma aproximação, surgem os capítulos de análise da parte dois. A partir desses capítulos que começam a se estruturar, reconheço nos textos novos recortes que podem ser inseridos, e assim o processo segue. O agrupamento temático dentro de cada seção é com base no reconhecimento da possibilidade de pensar determinado ponto a partir dele, e não com base na autoria, assim é que pode haver recortes extraídos das duas obras distintas em um mesmo capítulo ou mesma seção.

Na próxima seção discuto os efeitos das distintas possibilidades de tradução dentro dessa tese. Tradução de um texto que compõe o arquivo, mas também possibilidade de tradução enquanto produção de sentido que é, immanentemente fadado a incompletude.

1.4 Errar na língua do Outro – um acordo com a impossibilidade de traduzir

A tradução não reproduz, não restitui e não representa.

Ela não devolve o sentido do texto original.

Jacques Derrida, 2006.

Essa seção começa a ser proposta como uma explicitação metodológica. Pragmático, reconhecendo ser atravessado por um discurso hermético e tendo de se haver com isso, buscava eu contar ao leitor a forma e as implicações da análise que proponho, análise de textos que se constroem em língua que me é (puramente?) outra. Ainda pretendo fazer isso, mas de forma mais pretensiosa, mais legítima ou mais fluida, me dou conta de que outros pontos podem e devem ser aqui tratados.

As textualidades com que trabalho são produzidas por pessoas de diferentes nacionalidades. Suas produções se dão em francês e alemão, e no caso dessas obras que tenho trabalhado, por vezes não tem tradução para o português.

⁷ Esse recorte aparece nesse momento apenas para clarificar o processo fluido de escolha de trechos das obras para análise e não como recorte a ser analisado em si. Desse modo, ele não será comentado nesse momento (embora o mesmo recorte apareça adiante no desenvolvimento das análises).

O texto de Wolfson, escrito em francês por ele que é estadunidense, não passou por um processo fino de correção gramatical para manter as singularidades do seu modo de dizer e as marcas do modo através do qual se relaciona com a(s) língua(s). Assim é que, embora até exista uma tradução do francês para o inglês, preferi aqui utilizar a versão *francófona* do texto.

Fica claro, diante do exposto, que trabalho com uma textualidade que se produz em uma língua outra que não aquela na qual me autorizo a falar como mestre (Melman, 1992) e proponho a leitura e análise desse texto em sua língua de origem. Compreendo que minha prática analítica se dá atravessada por um processo de tradução dos elementos que me proponho analisar, um movimento que se dá conjugado com a leitura, mas que precede a análise

A tradução, nessa perspectiva, está no cerne do processo analítico, já que é apenas a partir dela que a análise pode se dar, tradução como significação. Se a tradução é impossível (Derrida, 2006) e é sempre uma tentativa, se ela é, em essência, uma leitura, não entendo que os sentidos propostos por mim tenham um peso de verdade com relação a construção do texto traduzido. Não teria como ser. O que proponho é que a tradução que permite que as palavras me afetem, tradução que textualizo na nota de rodapé, seja um modo de ler o texto, um gesto de leitura entre outros.

Para Derrida (2006, p. 44), a tradução tem como objetivo expressar a íntima – a mais íntima – relação entre as línguas. Fato é que eu, nesse momento ocupando a posição de tradutor, sou também atravessado pela língua. Qual delas? Ainda é Derrida que nos ajuda a pensar sobre:

[...] uma tradução esposa o original quando dois fragmentos ajuntados, tão diferentes quanto possível, se completam para formar uma língua maior, no curso de uma sobrevida que modifica todos os dois. Pois a língua materna do tradutor, nós constatamos, altera-se aí igualmente. Pelo menos, tal é a minha interpretação – minha tradução, minha “tarefa do tradutor”. É o que chamei o contrato da tradução (Derrida, 2006. p. 50).

Assim é que a tradução que proponho para os excertos trabalhados não tem um peso de verdade. Ela não busca comunicar um sentido transparente e uno – tarefa impossível. Ela dá testemunho, por outro lado, da minha leitura e da minha compreensão dos textos trabalhados. Mais que isso, dá testemunho da minha relação com essas línguas e de como elas – ambas, português e francês, emaranhadas – me constituem e me

atravessam. A tradução dá testemunho e remarca a afinidade entre as línguas (Derrida, 2006. p. 44). Para Melman (1992, p. 16):

Do ponto de vista linguístico, nada se opõe à penetração de uma língua por outra língua [...] Por outro lado, o inconsciente não cria nenhum obstáculo à mixagem das línguas. Pode reter em seu seio palavras, locuções, fragmentos inteiros de discursos tomados de uma língua da infância que em seguida tornou-se estrangeira. O inconsciente não é nem nacionalista nem xenófobo.

Se é assim, eu, traduzindo, escrevo e sou inscrito por essas línguas e por essas linhas. Deixo possibilidade também ao leitor para que ele se permita atravessar por essa dinâmica. Desse modo, mantenho no corpo do texto da tese o excerto original, e coloco em nota de rodapé a escolha de tradução por mim textualizada permitindo que, a partir do texto original o leitor possa fazer leituras outras. Não melhores e não piores, apenas singulares.

Entendendo que realizo uma tradução que se conjuga com o desenvolvimento das análises – e é por elas motivada –, já que, se considerarmos com Derrida que a língua do tradutor muda, não é em francês que analiso, tampouco em português, mas em um entre-línguas que já me constitui (a todos nós).

Até aqui, busco sintetizar o movimento pelo qual, trabalhando com materialidades que não são em minha língua materna, argumentando e justificando a possibilidade de análise desses materiais. Agora, me permito me colocar e colocar ao leitor questões. Uma questão. Questões. Se somos sujeitos constituídos na e pela linguagem que nos precede, linguagem essa que, como assevera Saussure, tem a língua como o primeiro de seus fatos – e aqui não proponho uma homogenia entre língua e linguagem, mas reconheço a importância da língua no atravessamento do sujeito pela linguagem –, não estamos nós a todo momento entre distintas línguas? E mais (sigo nessa questão que é uma só, mas que não se fecha), se a língua é sempre do Outro, vindo de um outro lugar, existe uma língua que é puramente nossa e que seja transparente ao movimento de análise?

A questão é reconhecer a possibilidade de análise como falha. Não a análise como *uma falha*, mas o gesto de análise como – inevitavelmente? – *passível de ser falho*. Como nos lembra Revuz:

A língua estrangeira não recorta o real como o faz a língua materna [...] O que se estiliza ao contato com a língua estrangeira é a ilusão de que existe um ponto de vista único sobre as coisas, é a ilusão de uma possível tradução termo a termo, de uma adequação da palavra à coisa (Revuz, 2001. p. 223).

Se ela nos lembra que a adequação da palavra à coisa é uma ilusão e que a língua adâmica não é um fato possível, ela nos indica, ou nos faz lembrar, que a língua falha, também em sua tentativa de abarcamento total do objeto teórico. Se essa análise se dá no que se convencionou chamar de língua materna ou se ela se dá em uma língua estrangeira, pouco há aí o que se dizer, desde que haja, é claro, condições lexicais e sintáticas para que essa análise se desenvolva – o que não se dá no caso de Canetti, uma vez que não tenho familiaridade com o alemão e não tenho condições de, a partir dele, produzir sentidos.

O que faço nesse texto, então? Reconheço que, estando numa situação de um monolinguismo – que é do Outro –, a análise, assim como a tradução, é impossível. Analiso a partir de um lugar, reconhecendo que, seja em português, seja em francês ou alemão, a (im)possibilidade é marca e condição de qualquer análise.

Sigo nesse movimento de construção e de análise que, por essência, não se faz totalizante. Dou sequência a este texto investigando o lugar de língua e de língua materna em distintos textos e possibilidades de compreensão e, principalmente, nesta tese.

PARTE I – CONTRA A HERMENÊUTICA DOS OBJETOS TEÓRICOS

NOTA INTRODUTÓRIA I

A noção de língua materna é um *incômodo*. Opto por grafar no masculino e não por, talvez de forma mais simples, dizer que “ela é incômoda” pois me interessa a aproximação com o incômodo freudiano (Freud, 2021) nesse momento. Se a expressão língua materna aparece por vezes fazendo referência a algo que é muito basilar, de definição muito fácil, rápida, por outro lado, na mesma medida em que é fácil, é frágil.

“Língua materna é aquela língua aprendida com a mãe”. E se a criança não tiver uma mãe? “Língua materna é a língua do país de origem”. Mas e a mãe? Se ela, em sua porosidade constitutiva, coincide com língua nacional de que forma ela afeta o falante como nenhuma outra (Milner, 2016) se dentro de uma língua nacional, por exemplo o português, há tantas línguas, tantas formas de dizer?

Gosto mais das perguntas sobre língua materna do que das respostas. Essas perguntas formuladas de modos às vezes mais, às vezes menos diretos aparecem em autores como Melman (1992), Derrida (1996), Robin (2013) e Ayouch (2015). Outros autores, ainda que não formulem perguntas diretamente, constroem textos que, eles, fazem surgir em mim questões sobre essa noção evanescente.

Nessa primeira parte dessa tese escrevo mobilizado por essas questões. Proponho uma investigação dividida em dois capítulos. No capítulo 1, *O objeto da linguística*, busco recuperar sentidos sobre língua, uma vez que, como tenho compreendido, esses terão efeitos importantes sobre entendimentos e teorizações posteriores de língua materna, uma vez que *língua materna*, ao menos por definição, toca naquilo que é materno e naquilo que diz respeito à língua. O caminho que percorro nesse capítulo parte de Saussure, com o *Curso de Linguística Geral* (1914 [2006]) e os *Escritos de Linguística Geral* (2002), com destaque para o texto *Da dupla essência da linguagem*. Textos singulares em suas singularidades e em que um deslize na compreensão de língua proposta pelo linguista genebrino já pode ser reconhecido. Após me volto então para Pêcheux e Milner – tendo a psicanálise lacaniana sempre como um atravessamento constitutivo de minha leitura – em um movimento de desconstrução que não é meu, mas que em alguma medida dá contornos às obras desses autores.

No capítulo 2, *Entendimento(s) de língua materna*, haja vista a multiplicidade de definições e de compreensões sobre essa noção, busco recuperar sentidos possíveis, não buscando chegar à uma síntese dos mesmos, mas os colocando em diálogo e tensionamento, buscando reconhecer o que, a partir da forma como tenho compreendido

nesse trabalho, ela não pode ser. Parto então de uma recuperação histórica de sentidos sobre língua materna e da construção dessa expressão que surge ainda na idade média. Após, investigo a incoincidência com a língua nacional e, na sequência, volto minha atenção para definições teóricas do campo da linguística contemporânea e áreas outras das ciências humanas que se interessam pelo (e que contribuem com o) tema. Por fim, recorro a autores que se alinham a psicanálise para “ouvir” o que eles têm a dizer sobre.

Nas compreensões provisórias dessa primeira parte, retomo pontos fundamentais abordados durante a primeira parte da pesquisa, relativos à compreensão de língua, de língua materna, e mais, das possibilidades de significação que são possíveis a partir de distintas compreensões de língua.

LÍNGUA s. f.

1. Órgão oblongo da cavidade bucal, achatado, musculoso e móvel, que desempenha papel de grande relevância nos processos de mastigação, deglutição e fonação.
2. Conjunto de palavras ou signos vocais e regras combinatórias estabelecidas, de que fazem uso os membros de uma comunidade para se comunicar e interagir; idioma.
3. Para Ferdinand de Saussure (1857-1913), linguista suíço, sistema abstrato de signos, subjacente à fala e à escrita, usado por uma comunidade e que se opõe à sua realização individual; *langue*.
4. Conjunto de modos de expressão particulares, dentro de um mesmo idioma, que reflete fatores determinados por idade, profissão, área de saber, ambiente sociocultural etc.: A língua dos jovens tem características bem peculiares.
5. Modo de expressão característico de um autor, de uma escola, de uma época; estilo, linguagem: A língua de Euclides da Cunha é de uma riqueza incontestável.
6. Sistema de comunicação oral e escrito de um país, estado ou território.

MATERNA adj.

1. Inerente, relativo ou pertencente à mãe; que procede da mãe: Leite materno.
2. Afetuoso ou carinhoso, como de mãe; maternal.
3. Relativo a parentesco do lado da mãe: Herança materna.
4. Relativo ao país natal: Língua materna.

Língua materna, LING.

1. Aquela que se adquire naturalmente na infância, geralmente no contato com a mãe, no ambiente em que se vive; língua nativa, primeira língua.
2. Idioma que se adquire na infância, que se aprende em casa, geralmente a língua dos pais e que, frequentemente, coincide com a língua falada pela comunidade em que se está inserido; língua-mãe, primeira língua, língua nativa: todo falante é fluente na sua língua materna porque a utiliza com propriedade, de forma até inconsciente.
3. Primeira língua que uma pessoa adquire naturalmente ao longo da infância.⁸

⁸ As textualidades que compõem as definições apresentadas nessa página foram retiradas dos dicionários on-line dicio.com.br e ichaelis.uol.com.br e visam apenas apresentar ao leitor desse texto definições gerais de língua e língua materna, não figurando como referência teórica ou mesmo objeto de análise para/dessa pesquisa.

CAPÍTULO 01

O OBJETO DA LINGUÍSTICA

Para falar de língua materna, fala-se *da* língua e *na* língua. Dizeres sobre a língua, compreendo, apontam para uma possibilidade de circulação de saberes que não são vagos, mas que obedecem a uma certa ordem discursiva do que pode ser dito sobre língua. No arquivo desta pesquisa, nos dizeres dos autores, bem como nos escritos teóricos que servem de base para a condução das análises, reconheço um atravessamento significativo da subjetividade nas construções de sentido sobre língua materna, haja vista a importância do conceito de *lalíngua* para a produção de sentidos sobre essa noção a partir da psicanálise. É a partir daí, ou em razão disso, que proponho a construção deste capítulo.

Se como tenho compreendido a noção de língua materna pressupõe o deslocamento da noção de língua – sistema de signos ou “objeto escorregadio”? (Arrivé, 2007, p. 34) –, entendo, faz-se necessário o estudo desse conceito.

Para além deste capítulo ser nomeado fazendo referência a obra de Saussure, é a partir dela que iniciamos esse percurso teórico/analítico de *falar de língua*. O trabalho do linguista genebrino é de suma importância para a instituição da linguística moderna e influencia de forma marcada a produção de conhecimento em linguística posteriormente. Por outro lado, ainda que o *Curso de Linguística Geral* seja um discurso fundador e a conceituação de língua presente nele seja bastante completa e bem desenvolvida não entendo que ela seja a única possibilidade de se compreender o significante “língua”.

Indursky (2010), discorrendo sobre a amplitude e heterogeneidade dos estudos linguísticos e sobre os efeitos de distintas compreensões de língua no ensino, afirma que essa diversidade de campos de estudo leva a distintas concepções de língua. Ela cita: “a *língua sistêmica*, a *língua da enunciação* e a *língua da Análise do Discurso*” (Indursky, 2010, p. 35). Para a autora:

A seleção desses três campos e a ordem em que vão ser examinados permitem observar uma progressiva ampliação do que se compreende por língua em cada um deles, indo desde um objeto estritamente linguístico, passando por um objeto que associa o linguístico ao pragmático e chegando a um terceiro objeto em que o extra-linguístico é, sempre, parte constitutiva do linguístico (Indursky, 2010, p. 35).

Não pretendo com essa citação apontar um direcionamento com relação as abordagens possíveis ao tratar de língua neste capítulo – embora possa me voltar para elas

na medida em que o arquivo demande. Busco apontar ao leitor o fato de que deslizes na concepção de língua existem e que ele não é, necessariamente, um conceito fechado.

Se a linguística forclui algo para fora de si mesma (Gadet, Pêcheux, 2004), é possível compreender que a definição de língua que o texto do *Curso* apresenta é, por isso mesmo, uma entre outras?

Proponho ao leitor, então, que nos voltemos para definições de língua para compreender que sentidos eles constroem acerca desse objeto (evanescente) que é a língua (materna). O percurso que pretendo estabelecer, compreendo, é cíclico e digressivo. Iniciamos com Saussure – do *Curso* e dos *Escritos* –, depois nos voltando para o Pêcheux d’*A língua inatingível* em uma definição de língua menos hermética, desestabilização conceitual que já aparece na própria obra de Saussure. Na sequência nos aproximamos de Milner na interlocução que promove entre língua e lalíngua. Esse movimento é atravessado pela desconstrução de Derrida e pelos tensionamentos propostos pela psicanálise do Lacan freudiano, psicanalista que por sua vez se volta a Saussure.

1.1 Língua nos fatos da linguagem

Tratar de como a língua materna afeta o sujeito, ou como suas línguas o afetam, tem sido um importante movimento nas pesquisas contemporâneas desenvolvidas a partir da AD pecheuxtiana e da psicanálise – campos que coloco em destaque por terem uma compreensão de língua e de língua materna que entendo como relativamente próximas. Ainda assim, nessas áreas de conhecimento há uma nebulosidade com relação a essa noção, haja visto que por vezes esse modo de dizer se sustenta em efeitos de evidência e aparece como a-problemático. Efeitos de evidência do “materna” mas também de “língua”. “Qual é a língua que, materna ou estrangeira sustenta o desejo do sujeito?” (Milner, 2016). Qual a concepção de língua necessária para que ela comporte em si a condição de, desde a compreensão da psicanálise, ser materna?

“O que é a língua para Saussure?” Essa questão me foi posta, em agosto de 2021, como ponto teórico a ser explicitado no processo seletivo para o Curso de Doutorado em Estudos Linguísticos do PPGEL e abre para pontos que merecem ser tratados aqui – por se relacionarem com a questão de pesquisa.

Primeiramente essa pergunta aponta para o fato de que, há despeito da importância que o *Curso de Linguística Geral*⁹ tem na história da produção de conhecimento em linguística e do fato de haver uma divisão pré-Saussure e pós-Saussure, no ocidente, nos estudos da linguagem, existem possibilidades outras de compreensão e concepção de língua – fato que já é insinuado, tenho compreendido, no texto do próprio *Curso*, a partir das distintas definições que são apresentadas pelo autor ao longo do texto. Definições que não se fecham, mas que se desdobram e se entrelaçam com outras. Essa abertura de sentidos é explorada, ainda, pelo próprio Saussure, em outros textos por ele produzidos, como no texto *Sobre a essência dupla da linguagem* (Saussure, 2002). A pergunta do processo seletivo me retorna, “O que é a língua para Saussure?”

Outro ponto diz da minha dificuldade em responder essa pergunta. Como, da posição de *um* pesquisador em estudos linguísticos, mas que trabalha a partir da psicanálise ter uma concepção de língua que se oriente estritamente a partir de uma leitura estruturalista do texto do *Curso*? Poderia oferecer uma resposta hermética e memorizada, mas a língua, bem como a letra de Saussure, se espraia. Se, enquanto sujeitos falantes, somos seres constituídos *na* e *pela* linguagem e se a língua é, retornando a Saussure, o *número um* entre os fatos da linguagem, como separar ambas e pensar em qualquer uma das duas – língua e linguagem – de forma isolada? Uma separação teórica existe certamente – apenas em alguma medida, já que a língua está integrada à linguagem (Arrivé, 2007) – mas em seu funcionamento, ambas se entranham – e se estranham.

Nesta seção busco recuperar alguns sentidos de língua apresentados na obra de Saussure, não considerando-o como transparente, pois para além do fato de um texto nunca o ser – condição de possibilidade de um texto sempre atravessado por sentidos diversos –, o texto do *Curso*, notadamente, pode ser considerado como “obra de terceira mão” (Rastier, 2016, p. 137), já que compilado pelos alunos/redatores Charles Bally e Albert Sechehaye, considerados por Rastier (2016), pais do Saussurianismo acadêmico. Buscando avançar na discussão, retomo o texto *Sobre dupla essência da linguagem* (Saussure, 2002), de publicação posterior e que em alguma medida abre sentidos para as teorizações sobre língua a partir da obra e ensinamentos de Saussure.

Para além dos plurais sentidos de língua encontrados nesses dois textos póstumos, busco desenvolver considerações sobre as condições a partir das quais esses textos são

⁹ Cabe lembrar que, embora esse texto seja de suma importância na obra de Saussure, ele não é o único e não totaliza as ideias do autor sobre a língua.

produzidos e estabelecidos, o discurso a partir do qual esses textos se fazem enunciados, a ordem discursiva na qual se inserem. Se Arrivé (2007) tem apenas um “modesto ensaio de leitura” a respeito do texto do *Curso*, o que busco aqui é para além de minha leitura também modesta, tecer alguns comentários que me ajudem a elucidar meu problema de pesquisa, de modo que esse movimento não visa a exaustão do sentido das obras, mas apenas possibilitar um avanço nas discussões que aqui me interessam.

A partir do texto do *Curso*, produzido por Albert Sechehaye e Charles Bally com base em anotações suas e de seus colegas durante o curso ministrado por Ferdinand de Saussure entre os anos de 1907 e 1911 – mas não se alienando de forma alguma nele –, a língua ganha um novo peso teórico e conceitual. Para Reis (2015), a forma como se designa língua nesse texto, a consagra como o objeto da linguística (ou de uma linguística) por excelência.

Abro esse parêntese para salientar que no texto do *Curso*, a despeito da hierarquia entre língua e fala (Arrivé, 2007, p. 40), em que considera-se a primeira como “essencial” e a segunda como “acessória” (Saussure, 2007), a fala tem sim para o autor um papel significativo dentro da linguística. Para Arrivé:

Le texte ne revient pas sur la hiérarchie qui a été établie entre langue et parole. Elle est même réaffirmée avec force. [...] la présence même du chapitre « Linguistique de la langue et linguistique de la parole », avec la figure quasi oxymorique de l'expression « linguistique de la parole », montre explicitement que la linguistique a à prendre en charge la langue, certes, mais aussi la parole (Arrivé, 2007, p. 40)¹⁰.

Essa consideração, o texto do *Curso* como um marco para a linguística moderna, não se dá apenas a partir de um saudosismo teórico, pelo contrário. Existe aí um efeito da (de uma) concepção de língua atribuída a Saussure sobre muitas das concepções outras que se seguem. Assim, compreendo que as teorizações sobre língua materna tenham marcas da conceituação saussuriana de língua. Para Gadet e Pêcheux (2004):

Saussure constitui, direta ou indiretamente, a pedra de toque de todas as escolas linguísticas atuais, o seu ponto de partida crítico. Em nome de Saussure, os linguistas se dividem, porque o próprio Saussure *carrega em si essa divisão*, que transparece na dicotomia fácil que opõe o Saussure do *Cours de linguistique Générale* (tanto mais claro e frio quanto for comentado segundo a leitura dos editores), ao dos *Anagrammes* (em que vaga a obscura loucura da

¹⁰ O texto não desdiz a hierarquia que foi estabelecida entre língua e fala. Ele é mesmo fortemente reafirmada. [...] mesmo a presença do capítulo “Linguística da língua e linguística da fala”, com a presença quase paradoxal da expressão “linguística da fala”, mostra explicitamente que a linguística tem de que encarregar da língua, certamente, mas também da fala (Arrivé, 2007, p. 40. *Tradução minha*).

decodificação, das associações escondidas nos versos saturninos). O hermeneuta renegado pelo universitário, a esquizofrenia trabalhando, para desfazer, à noite, o que a mania das dicotomias havia tecido: a favor ou contra Saussure, todas as combinações do positivo ao negativo foram tentadas, sem esgotar o segredo do “projeto saussuriano” (Gadet e Pêcheux, 2004, p. 55 *grifos meus*).

Assim é que a obra Saussuriana exerce grande influência sobre os saberes e sobre a produção de saber em linguística. A divisão, não que promove, mas que carrega, aqui interessa por escancarar a unidade como uma apenas uma tentativa e não como um desígnio. Voltemos ao *Curso*.

No início do capítulo três do *Curso*, inciso um “*A língua: sua definição*”, questiona-se: “Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto da Linguística?” (Saussure, 2002, p. 15). A resposta para essa pergunta não vem de forma simples, mas abre para reflexões sobre as escolhas necessárias para o estabelecimento da cientificidade em linguística. Assevera o texto:

Outras ciências trabalham com objetos dados **previamente** e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto linguístico concreto; um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após a outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão de uma ideia, como correspondente ao latim *nudum* etc. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto (Saussure, 2002, p. 15, *grifos do autor, negritos meus*).

Desse trecho, chamo a atenção para o fato de que Saussure nesse texto coloca a linguística em relação de alteridade com as *outras ciências*, indicativo claro dos objetivos científico-acadêmicos que se delineiam a partir do texto do *Curso*. Para além disso, há também a referência à falta, não de um objeto estável, mas de um objeto que seja *previamente* estável. Na linguística saussuriana, podemos compreender então, é o *ponto de vista que cria o objeto*, já que é apenas a partir de um ponto de vista ou de um recorte que se constrói certa estabilidade para seu objeto teórico. Solução metodológica para inserção da disciplina linguística no campo do científico. A proposta saussuriana, no concreto, é colocar-se “no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem” (Saussure, 2002, p. 15) uma vez que “somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito” (Saussure, 2002, p. 16). Na sequência, apresenta-se uma nova questão:

Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual, e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que se demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação (Saussure, 2002, p. 17).

Podemos reconhecer a partir daí a realização de uma espécie de cisão – que não separa exatamente, mas não deixa se fazer idem – que, compreendo, tenha sido considerada necessária para a instituição da ciência linguística. De acordo com Derrida (2017, p. 40) “a cientificidade da linguística tem, com efeito, como condição, que o campo linguístico tenha fronteiras rigorosas, que este seja um sistema regido por uma necessidade interna e que, de uma certa maneira, sua estrutura seja fechada.” As fronteiras dos distintos domínios da linguagem são fechadas, de modo que, se embora as definições de língua em Saussure sejam várias, elas se orientam e se alinham em pontos comuns. Assim “recapitulemos os caracteres da língua:”

1.º Ela é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos da linguagem. Pode-se localizá-la na porção determinada do circuito em que uma imagem auditiva vem associar-se a um conceito. Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; **ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade [...]** A língua é uma coisa de tal modo distinta que um homem privado do uso da fala conserva a língua, contanto que compreenda os signos vocais que ouve.

2.º A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente. **Não falamos mais as línguas mortas, mas podemos muito bem assimilá-lhes o organismo linguístico.** Não só pode a ciência da língua prescindir de outros elementos da linguagem como só se torna possível quando tais elementos não estão misturados.

3.º Enquanto a linguagem é heterogênea, **a língua assim delimitada é de natureza homogênea:** constitui-se num **sistema de signos** onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas.

4.º A língua, *não menos que a fala*, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. **Os signos linguísticos**, embora sendo especialmente psíquicos, não são abstrações; as associações, **ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua**, são realidades que têm a sua sede no cérebro [...] É esta possibilidade de fixar as coisas relativas à língua que faz com que um dicionário e uma gramática possam *representá-la fielmente*, sendo ela o depósito das imagens acústicas, e a escrita a forma tangível dessas imagens (Saussure, 2006, pp. 22-23. *Grifos do autor, negritos meus*).

Essa necessidade de estabelecimento de fronteiras estáveis, compreendo, visa propiciar a ela um estatuto teórico e conceitual estabilizado, reflexo do início do séc. XIX, período em que Saussure ministrava seu *Curso*. Retomando o fato de que o texto foi redigido por Bally e Sechehaye considerados por Rastier (2016), pai do Saussurianismo acadêmico que apagou, para a autora, “de imediato a radicalidade do pensamento saussuriano para propor um compêndio e uma leitura que não confundem nem as tradições disciplinares nem os hábitos de pensamento” (Rastier, 2016, pp. 140-141), convém lembrar de que a proposição aqui é a retomada de elementos trazidos no texto do *Curso*, sem um fechamento conclusivo com relação as ideias de Saussure em sua totalidade. Como tenho compreendido, o texto do *Curso*, pelos elementos conjunturais já expostos, busca apresentar uma concepção hermética da linguística e mais, da *língua*. Produção de conhecimento científico.

A tentativa de encaixe em um modelo científico homogêneo é, nessa perspectiva, atravessada por um discurso universitário em que finge-se saber, faz-se do saber um semblante, para Miller (2022) a impostura na qual se sustenta o discurso da universidade:

No lugar da verdade do discurso universitário, está o significante mestre, em sua vertente de ordem, expressão da verdade da ciência: "vai, continua a saber sempre mais". E nesse processo incessante, tenta camuflar a divisão inerente ao sujeito e a incompletude do saber. O significante mestre fica, assim, velado no lugar da verdade, porém imprime seu imperativo (Silva, 2018, n.p.).

E ainda:

O saber no lugar do agente, embora funcione subordinado a um mandato que o impele a saber mais, pretende prescindir de um mestre, de alguém que o enuncie, constituindo o que Lacan nomeou como um saber acéfalo. O saber convoca o objeto no lugar do trabalho, produzindo sujeitos divididos pela própria incompletude do saber, sujeitos como o resto irreduzível da operação de produção de saber, sujeitos como sobra da produção, marcando a inconsistência desse discurso. No entanto, o discurso universitário, ao convocar o objeto *a* produzir enunciados que pretende integrais, mascara a divisão subjetiva (Silva, 2018, n.p.).

$$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$$

Compreendo, o saber engendrado pelo discurso da universidade – e, portanto, o saber do *Curso* – supõe um apagamento do sujeito e busca um saber que se pretende totalizante. Essa ideia, que vem como proposta de reflexão mais do que como uma diagnose, não visa a um fechamento dessa questão pontual que pode ser pensada sobre/a partir do *Curso*.

Compreender o texto do *Curso* como modulado pelo discurso da universidade possibilita o entendimento de determinadas questões que atravessam as suas condições de produção – a produção de um texto póstumo, que se constrói a partir de uma *via di porre* pelos alunos de Saussure – e os efeitos que promovem – a busca, por vezes, de uma concepção totalizante de língua, não no texto do *Curso*, mas em leituras dele. Há um saber, e no *Curso* um mestre que é suposto, contudo, é um mestre que é abstrato. Retomo Rastier (2016) para lembrar que o *Curso*, ainda que seja considerado e tenha efeitos de um discurso fundador, se constitui como obra de terceira mão e que é até mesmo contraposto por *Sobre a essência dupla da linguagem*, texto que é mais do que construído, transcrito, com suas falhas, seus pontos em branco e suas incompletudes. Em *Da dupla essência da linguagem*, texto de publicação recente, produzido a partir de textos que foram encontrados pela nora de Ferdinand de Saussure, esposa de Raymond de Saussure, seu filho – e analisando e correspondente de Freud –, nos anos 90 em um hotel da família e organizado por Bouquet e Engler, respeitaram-se a forma de escrita de Saussure e a sua organização das notas. Nesse sentido, por exemplo, os trechos que ficaram incompletos nas anotações do autor são marcados com duplo colchete no final: []. Dessa forma há nesse texto, em minha leitura, um “aparecimento maior” da figura do professor Ferdinand de Saussure no texto.

O Saussure do *Curso* pode ser lido assim como uma figura mitológica a quem se atribui um saber mais do que um sujeito a quem se atribui uma função de autoria. Os cortes realizados no texto – e aquilo que forclui – visam a instauração de um saber que se propõe e se pretende total¹¹.

No capítulo III do *Curso*, *O objeto da linguística*, são apresentadas definições, no plural, de língua em relação dicotômica com a fala.

¹¹ Nesse sentido, Arrivé (2007) chama a atenção para os acréscimos e alterações dos alunos editores na obra de Saussure em suas primeiras publicações.

Assim, é dito pelo autor que a língua não se confunde com a linguagem, sendo, diferentemente dessa última, um todo por si e um princípio de classificação (p. 17). Uma definição trazida pelo autor e que muito nos interessa, é apresentada na página 22, é dito por ele: “A língua não constitui, pois, uma função do falante: é o produto que o indivíduo registra passivamente; não supõe jamais premeditação, e a reflexão nela intervém somente para a atividade de classificação”.

Se a fala é uma função individual do falante e a língua, por outro lado, é a parte social da linguagem, a ideia de que ele é “passivo” diante desse atravessamento pelo simbólico nos faz algum sentido, já que o sujeito é de fato alienado pelo discurso do Outro e esse se sedimenta, de forma significativa, na língua. Para Reis:

O que Saussure faz, portanto é excluir da designação de *língua* a história, o sujeito e os outros fatos de linguagem, já que são considerados elementos que evidenciam a heterogeneidade da linguagem, o que impossibilitaria, portanto, um estudo científico nos moldes empíricos e positivistas da época. Na verdade, esta exclusão se produz não em uma postura que refute estes elementos, já que são eles –que conferem a ligação da língua com aquilo que lhe é externo. Separar a língua destes elementos heterogêneos tem como finalidade torná-la um objeto científico, descritível (2015, p. 58).

Contudo, a despeito do texto do *Curso* ser um marco fundamental na história da ciência linguística tal como a conhecemos e compreendemos hoje, não é só nesse texto que se concentra a teoria produzida por Saussure. Pelo contrário.

Assim como o CLG, a obra *Écrits de linguistique générale* não foi publicada por Saussure. Trata-se de uma edição de notas inacabadas, repletas de rasuras, sobre reflexões inconclusas do mestre genebrino. Diferentemente do CLG, não se trata de uma reconstrução. [...] os editores dos manuscritos não tiveram a pretensão de estabelecer relações entre uma nota e outra ou dar um efeito de fechamento e linearidade ao texto (Costa, pp. 99-100).

Se, como nos lembra Arrivé (1999), como no caso de Lacan e seus seminários, produções orais posteriormente transcritas, “Saussure não publicou o que escreveu (os *Anagramas* e a *Légende*) e não escreveu o que foi publicado de sua autoria (o *Curso*)” (Arrivé, 1999, p. 30), no *Escritos* as coisas se dão de forma um pouco distinta, havendo, se quisermos, uma materialidade maior da letra do linguista como base para a produção do texto publicizado.

Em defesa de Arrivé, devo dizer que a primeira edição de *Linguagem e Psicanálise* é de 1999, enquanto a primeira edição do *Escritos* é de 2002, sendo dificultada a possibilidade de inserção desse texto no comparativo que Arrivé propõe.

Diferem-se as condições a partir das quais se produz o texto do *Escritos de Linguística Geral* e diferem-se, em função disso, a compreensão de língua que se apresenta no texto. Ainda no início de *Da essência dupla: Princípio “primeiro e último”* da dualidade, postula Saussure:

Se nos pedissem para determinar a espécie química de uma barra de ferro, de ouro, de cobre, de um lado e, em seguida, a espécie zoológica de um cavalo, de um boi, de um carneiro, essas seriam duas tarefas fáceis. Mas se nos pedissem para determinar que “espécie” representa o conjunto bizarro de uma barra de ouro em cima de um boi ou de um carneiro que ostenta um enfeite de cobre, nós ficaríamos espantados, achando a tarefa absurda. É precisamente diante dessa tarefa absurda que é preciso que o linguista entenda que está, de repente e antes de tudo, colocado. Ele tenta fugir, que nos seja permitida uma expressão realmente muito justa neste caso, escapando pela tangente, isto é, classificando, como parece lógico, as *ideias*, para considerar em seguida, as formas, – ou, ao contrário, as *formas*, para considerar, em seguida, as ideias; e nos dois casos ele ignora o que constitui o objeto formal do seu estudo e de suas classificações, a saber, exclusivamente, o ponto de junção dos dois domínios (Saussure, 2002, pp. 21-22).

É possível reconhecer a partir dessa asserção um deslocamento significativo com relação aos modos herméticos a partir dos quais o Saussure do Curso concebe a linguística e a língua. Nesse texto ele reitera a importância de que nos “Lembremos, com efeito, que *o objeto* da lingüística não existe para começar, não é determinado em si mesmo. Daí, falar de um objeto, *nomear* um objeto, nada mais é do que recorrer a um ponto de vista A determinado” (Saussure, 2002, p. 26, *grifos do autor*).

Abre-se um caminho muito possível para leituras de Saussure menos herméticas. Isso pode ser inferido diretamente em Saussure:

Nós não estabelecemos nenhuma diferença seria entre os termos valor, sentido, significação, função ou emprego de uma forma, nem mesmo com a ideia como conteúdo de uma forma; esses termos são sinônimos. Entretanto, é preciso reconhecer que valor exprime, melhor do que qualquer outra palavra, a essência do fato, que é também a essência da língua, a saber, que uma forma não significa, mas vale: esse é o ponto cardeal. Ela vale, por conseguinte ela implica a existência de outros valores (Saussure, 2002, p. 30).

E em comentadores de sua obra:

Colocar o valor como peça fundamental equivale a conceber a língua como rede de diferenças em que cada termo é tomado como o centro de uma

constelação em seu primado sobre a “presença”, resistindo à restauração da significação, da positividade do signo e da complementaridade. O que se erige com Saussure ao deslocar questões antes reconhecidas que recobriam a concepção de língua foi o princípio de que, sob qualquer ponto de vista estudado, a língua é sempre um objeto duplo constituída entre a simetria e o equívoco (Baldini, Medeiros, 2016, p. 28).

Meu ponto, é que uma leitura mais rígida do texto do *Curso* se deve em alguma medida a um movimento em direção a uma cientificização da linguística, que atribuo a Bally e Sechehaye. Não considero que essa seja a única leitura possível do *Curso*, muito menos da obra de Saussure, mas entendo que a redação do *Curso* seja resultado de um recorte de seus alunos, já uma interpretação portanto, e reflexo de um tempo, com suas demandas e especificidades. Com Arrivé acredito que:

Sous la forme qui lui a été ainsi conférée, le Cours de linguistique générale, dans son édition dite « standard » – parfois qualifiée de « vulgate » – est le seul texte qui a été lu entre 1916 et 1957 (date de la publication du livre de Robert Godel sur Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale) et souvent beaucoup plus tard. C’est donc par ce texte que la pensée de Saussure a exercé son influence sur l’évolution de la linguistique et des sciences humaines du XXe siècle (Arrivé, 2007, p. 12)¹².

E ainda

Ainsi la formule sur laquelle le Cours se termine – « la linguistique a pour unique et véritable objet la langue envisagée en elle-même et pour elle-même » – est la « conclusion des éditeurs », et rien dans les sources manuscrites ne permet d’assurer qu’elle ait été énoncée par Saussure sous cette forme ou sous une forme voisine (Arrivé, 2007, pp. 12-13)¹³.

Nesse sentido, uma leitura do *Curso* por vezes rígida que se expande e produz sentidos a partir do que podemos chamar do texto da vulgata, esse texto apócrifo, ganha força e circulação entre as demais. Mas não é a única.

Entendo que a concepção de língua para Saussure, seja no texto do *Curso* seja no *Sobre a essência dupla* – textos que se opõem em alguma medida, mas que tem como

¹² Na forma que lhe foi atribuída, o *Curso de Linguística Geral*, em sua edição chamada “padrão” – às vezes qualificada como “vulgata” – foi o único texto lido entre 1916 e 1957 (data da publicação do livro de Robert Godel sobre *As fontes manuscritas do Curso de Linguística Geral*) e, frequentemente, por muito mais tempo. Foi, portanto, por meio desse texto que o pensamento de Saussure exerceu sua influência sobre a evolução da linguística e das ciências humanas no século XX (Arrivé, 2007, p. 12. *Tradução minha*).

¹³ Assim, a fórmula com a qual o *Curso* se encerra – “a linguística tem como único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” – é a “conclusão dos editores”, e nada nas fontes manuscritas permite assegurar que ela tenha sido enunciada por Saussure nessa forma ou em uma forma semelhante (Arrivé, 2007, p. 12-13. *Tradução minha*).

ponto em comum o interesse na língua – não é rígida e não pretendo, nesse texto, apresentar uma definição de língua fechada. Chamo a atenção, por outro lado, para alguns pontos que ajudam a construir um entendimento que me interessa para o desenrolar dessa pesquisa: a língua é efetivamente um conjunto de signos que por oposição se definem, por vezes imotivados, por vezes relativamente motivados; é incontestável a hierarquia que existe no texto do *Curso* entre língua e fala, sendo a primeira essencial, a segunda acessória e ficando, portanto, excluído do sistema da língua tudo que diz respeito ao sujeito falante (Arrivé, 2007); ainda assim, e isso não é excludente, existe um capítulo todo dedicado ao estudo da linguística da fala no texto do *Curso* e para além disso é a massa falante que permite que a língua mude ao longo do tempo em uma evolução diacrônica – a hipótese do autor (Saussure, 2014, p. 113) é a de que um sujeito falante isolado por séculos não teria nenhuma mudança em sua língua, justamente pelo fato de estar isolado.

Assim, como tenho compreendido, a sombra dessa língua que institui e assujeita o falante (Milner, 2016) e que não é a língua dos linguistas, já pode ser entrevista no texto Saussuriano. Não me parece que a partir de um olhar mais aberto e generoso com relação aos modos como se produz o texto de Saussure, o único modo como conseguimos hoje nos aproximar de seu ensino, exista uma concepção rígida que, de fato, exclua o metalinguístico. Esse conjunto de signos que se definem por oposição é, ao fim e ao cabo, uma substância escorregadia (Arrivé, 2007).

Dessas leituras menos rígidas do texto saussuriano se beneficiaram autores como Pêcheux, Milner e Lacan para o desenvolvimento de suas teorias e para os modos como pensam a língua. Na seção seguinte deslizamos ainda mais para esses outros sentidos possíveis.

1.2 Deslocamentos na concepção de língua

Minha argumentação, no que tange a conceituação de língua na e a partir da obra de Saussure, tem seguido um caminho bastante pontual. Poderíamos chamar de linear, sem considerar que essa linha seja, por outro lado, uma linha reta. Parto do *Curso*, da ideia de um texto produzido por seus alunos que, tendendo a se encaixar num modelo científico acaba por possibilitar leituras um pouco mais rígidas, diferentemente do que ocorre com o *Sobre a essência dupla da linguagem*, por exemplo.

Nesse movimento em que discutindo sobre língua busco desconstruir determinados sentidos forçosamente estabilizados ou propor leituras outras para o texto de Saussure – nenhuma novidade, isso já está nos textos – é possível contemplar elementos que ficam de fora da conceituação de base de Saussure, bem como encontrar trabalhos e autores que buscam trazer esses elementos novamente para a discussão. Nessa seção busco explorar alguns desses elementos e discutir alguns desses autores que propõem outras leituras da obra de Saussure.

Arrivé (2007), como temos visto, considera que no que tange à obra de Saussure, em específico no *Curso*, existe uma hierarquização entre língua e fala e salienta que isso é relativamente claro no texto, sendo posta por Saussure a fala como acessória. Arrivé ainda considera que sobre a obra do linguista genebrino há uma ênfase na importância da fala que é atribuída do exterior. Nesse sentido, destaca o papel de Lacan e, portanto, da psicanálise:

Bizarrement, c'est souvent en dehors de la linguistique qu'on trouve les appréciations les plus lucides sur la parole et le discours chez Saussure. Ainsi Lacan reconnaîtra l'importance de la parole dans la réflexion de Saussure. Comment s'en étonner de la part d'un psychanalyste, pour qui l'exercice de la parole est chose si fondamentale ? (Arrivé, 2007, p. 41).¹⁴

Esse interesse no campo da fala, ou o reconhecimento de sua importância, traz para a discussão a massa falante, para nos atermos ao conceito saussuriano, e com ela o *falasser*, o inconsciente, discurso e a língua. O *falasser*, compreendo com Lacan, se dá como resultado de uma espécie de soma de um organismo humano com a presença de um inconsciente, é a partir daí que é possível entendê-lo como um sujeito, passando a ter um corpo simbólico – vamos avançar nessa discussão adiante, o que interessa nesse momento é a possibilidade de, a partir da inserção da massa falante na equação, a inserção também dos elementos oriundos da psicanálise citados acima.

Na medida em que temos falantes – um conjunto de *falasseres* –, compondo essa massa, temos sujeitos. A fala volta, e com ela se rompe a suposta homogeneidade da língua (Souza Jr., 2023, p. 53) – não que ela já não apareça, como vimos, no texto do *Curso* em que Saussure diz textualmente que é a fala que faz evoluir a língua (Saussure,

¹⁴ Curiosamente, é frequentemente fora da linguística que se encontram as apreciações mais lúcidas sobre a fala e o discurso em Saussure. Assim, Lacan reconhecerá a importância da fala na reflexão de Saussure. Como se surpreender disso, vindo de um psicanalista, para quem o exercício da fala é algo tão fundamental? (Arrivé, 2007, p. 41, *tradução minha*).

1916/1972, p. 27). Além desses elementos que entram em campo importados da teoria da psicanálise, elementos outros, vindos de outros campos, também afetam e são afetados pela língua. Cito a dimensão do político, do histórico e do ideológico, para ilustrar essa possibilidade de afetação e entrelace.

Nessa seção busco avançar na discussão sobre língua e faço isso levando em conta alguns desses elementos citados. Digo que alguns, pois os discutirei na medida em que apareçam no texto dos autores com quem pretendo aqui trabalhar, autores que levam em conta o campo da língua mas que o abrem para interlocuções outras. Começo esse percurso pela obra de Michel Pêcheux que embora notório por sua luta política e pela sua produção de conhecimento no campo do discurso, colabora também nas teorizações sobre língua a partir de sua produção.

[...] tudo não pode ser dito”; em outras palavras, toda língua é afetada por uma divisão (figurada pela distinção entre o correto e o incorreto), que se sustenta pela existência de um impossível, inscrito na própria ordem da língua: A língua em si não é nada mais do que essa divisão considerada em geral, *uma* língua é uma forma particular desta divisão; *um dialeto de uma língua, uma reorganização específica de uma divisão particular*” (Gadet e Pêcheux, p.32, 2004. *Grifos meus*).

A considerações de Pêcheux sobre língua me são de grande interesse por: ser de língua que se trata, havendo preocupação com a materialidade do enunciado; reconhecer essa língua em uma posição deslocada que permite o atravessamento da subjetividade; permitir uma interlocução bem fundamentada com a teoria de língua no que tange o interesse em investigar língua materna. Ainda: a interlocução com o discurso e o político permitem uma discussão mais aprofundada acerca daquilo que, na língua, funciona no campo do social.

Por fim, o que me chama a atenção nas discussões que Pêcheux apresenta sobre a língua, e talvez seja por isso que ele aparece nesse texto nesse momento, são as questões que ele coloca à linguística – e a psicanálise – convocando-a(s) a “se pensar(em)”, ou, aos teóricos de cada um desses campos a realizarem uma forma de análise sobre suas próprias teorias. Destaco, nesse sentido, a já citada obra *A língua inatingível*, de Michel Pêcheux com Françoise Gadet. Apresento um recorte que ilustra essas questões das quais tenho feito referência:

O questionamento sobre a língua – e sobre o que se pode articular a seu respeito – é uma preocupação estritamente especializada, independente de onde a psicanálise tiver chegado a respeito do homem como animal simbólico, ser

falante? Se as apropriações que a psicanálise acreditou poder se autorizar com relação a certos conceitos linguísticos fazem a linguística correr o risco de desaparecer como tal com o avanço da primeira, essa ameaça tem, entretanto, a vantagem de constituir em retorno um sintoma para os linguistas: na verdade, eles não podem mais recusar a ideia de que sua ciência organiza sua autonomia em troca de um certo número de ignorâncias e recalques (Gadet, Pêcheux, 2004, p. 20).

Lacan lê Saussure, Pêcheux lê ambos. A partir dessas leituras e das cisões que elas operam, é possível reconhecer um significativo deslocamento com relação a concepções correntes de língua. A partir daí pode se dar o reconhecimento da língua como rebelde, incontrolável, por fim, imperfeita (Miller, 2022, p. 89). Considerando a língua como um conjunto de signos, e mais, um conjunto de signos que se definem por oposição, considero com Normand que:

a língua como sistema de diferenças, sem termos positivos, implica [...] o desaparecimento do pressuposto clássico de um sentido sempre já lá, idêntico a si mesmo sob formulações diversas (pois a identidade linguística é apenas uma relação). Desaparecimento, portanto, também do sentido próprio, original, que perde seu poder na jurisdição, uma vez que todas as diferenças se equivalem; em um campo sincrônico, nenhuma delas pode valer-se de privilégios com base em qualquer tipo de autoridade. Assim, elimina-se a referência à origem e o problema é reformulado em termos de funcionamento, de jogo, de mecânica (Normand, 2009, p. 48)

Podemos compreender com Normand que não há identidade linguística, e isso tem alguns desdobramentos importantes. Com relação à língua propriamente, os sentidos são sempre abertos e sempre postergados, de modo que nunca se fecham, possibilitando que Lacan vá considerar que não há palavra que ele não possa fazer significar o que quer que seja se a frase empregada for longa o suficiente (Miller, 2022, p. 94).

Para além disso, em uma perspectiva mais aberta, há implicações para a compreensão que se tem da e para a língua em funcionamento. Considerar que não há sentido único, sentido próprio, sentido original, já é compreender que os sentidos, assim como a língua, não se fecham. Friso esse ponto pois, por vezes, existe uma ênfase sobre esse ponto em uma dimensão que chamarei aqui de discursiva e emula-se (por falta de proximidade talvez) uma concepção de língua como fechada, como se essa abertura não a tocasse.

Assim é que há algo sobre língua que é pouco palpável. Escapa, escorre. Faz isso a nível de funcionamento e faz isso a nível de construção teórica. Do que se trata isso que tem relação com língua – materna – e que tem, também, relação com o Inconsciente, tendo como efeito a impossibilidade de que língua se feche em si mesma, permitindo o

jogo entre significantes? Na forma como enlaça o sujeito é que, compreendo, ela se mostra.

[...] é ao Saussure do valor que convém retornar, pois é esse Saussure que permite pensar a língua, sem imediatamente e no mesmo movimento, excluir a língua, já que o sistema pressuposto pelo conceito de valor é um sistema capaz de subversão, sem que esta seja vista como a quebra das regras do jogo ou um funcionamento anormal (Baldini, 2012, p. 69).

Para Baldini a língua é aberta à falha. É isso que possibilita que ela se faça diferente de si mesma? Em minha compreensão isso fica ainda mais evidente quando trata-se de língua materna. Constitutivamente diferente de si e constitutivamente entrelaçada com a língua, marcada pelo inconsciente. No capítulo seguinte é dela que trato.

CAPÍTULO 02

ENTENDIMENTO (S) DE LÍNGUA MATERNA

*[...] língua materna é aquela na qual, graças ao jogo do
significante, se entretém e se dá a escutar o desejo
daquilo que é impossível.*

Charles Melman, 1992

*Entender se opõe a interpretar, assim como o discurso do
mestre se opõe ao discurso do analista.*

Jacques A. Miller, 2023

O objetivo dessa pesquisa é compreender os modos pelos quais a língua dita materna afeta e produz o sujeito de linguagem. Convém considerar, antes, que língua materna é um significante que tem sentidos – amplos, é verdade – que são sócio-historicamente determinados. Neste capítulo é isso que busco investigar. Os modos pelos quais a expressão é produzida e que sentidos ela, reatualizada, produz.

A expressão língua materna se apresenta na literatura e na linguagem coloquial de modo relativamente comum. Os usos são os mais diversos e se assentam, no mais das vezes, na ideia de ser essa a primeira língua falada pela criança, língua que é, com frequência, transmitida pela mãe. Seus usos, assim como significações, são plurais, e em razão disso, compreendo, os sentidos que carrega se ampliam.

Fato é que a língua materna – sendo aquela a partir da qual o sujeito se diz e se constitui – carrega¹⁵, significados e efeitos *estruturalmente* singulares. Essa especificidade aparece de forma *mais ou menos marcada* a depender do lugar teórico em que se enuncia sobre ela. Aparece por vezes de forma relativamente abstrata, associando-se com a ideia de ser uma língua não computável, de ser uma língua de paixão sofrimento e prece. Por outro lado, ela aparece, por vezes, de forma vulgar e simplificada, figurando como sinônimo de idioma, língua oficial, língua nacional ou ao menos em uma concepção estruturalista da designação *língua*.

¹⁵ Esse verbo me interessa por apontar e implicar o corpo na lógica de afetação do sujeito.

Neste capítulo, proponho uma investigação acerca de sentidos que se constroem sobre a noção de língua materna, buscando estabelecer um panorama histórico acerca de seus usos e de sua construção como noção, bem como dos sentidos que carrega e das aporias que com ela – e entre ela(s), por que não – são possíveis.

2.1 Recuperação histórica da designação “língua materna”

Aquino (2019) linguista e pesquisador do campo da história das ideias linguísticas, na obra “*A origem medieval da expressão língua materna: uma história contra a evidência de sentidos de um termo canônico na reflexão sobre a linguagem*” nos apresenta uma interessante e encorpada explanação sobre as origens e usos dessa forma de dizer.

Citando Grondeux (2008), o autor (Aquino, 2019) salienta que nos séculos X e XI, os vernáculos de uso comum nos distintos territórios nos quais a igreja se apresenta são chamados de *lingua rusticana* ou *rustica*, *sermo rusticus*, *rustice*, *pagensis lingua*, *lingua rusticorum*, *romana lingua* e *romane*. Segundo o autor, o primeiro registro da expressão *língua materna* data do séc. XII, precisamente entre o ano de 1104 e 1108 e foi produzido pelo monge francês Guilberto de Nogent no seu *Dei Gesta per Francos* e põe em contraposição a forma de expressão do Papa na língua latina e de advogados em suas “línguas maternas”. Nesse sentido, a expressão é utilizada para fazer referência, em latim, à uma língua outra que não o próprio latim.

A distinção, entre latim e língua materna, importa à Igreja, pois demarca um distanciamento entre o clero e o restante da população, os leigos.

Da mesma forma que a ancoragem do latim é assegurada pelo lugar da Igreja na sociedade, como afirma Auroux (1992), a própria diferenciação entre latim e vernáculos, com a criação da expressão língua materna, pode ser encarada como um feito da Igreja, pois são aqueles que empregam o latim que cunham essa expressão, são aqueles que conhecem o latim que traçam uma distinção entre essa língua e aquela chamada língua materna (Aquino, 2019, p. 58).

A língua materna, nessa perspectiva, atestaria a situação linguística particular do mundo latino, no qual há uma conservação do latim como língua da administração e da vida intelectual e religiosa e pelo aparecimento de línguas neolatinas. Do fato de que há um entrelaçamento bastante marcado entre “língua materna” e a igreja, para os propósitos desse texto, importa frisar que língua materna, nos usos que se faz dessa expressão nesse

período, não faz contraposição à uma língua estrangeira – construção histórica que foi naturalizada –, já que não há uma língua estrangeira mas sim “o latim e todas as línguas”.

É nesse passo que o latim é restaurado como instrumento de comunicação internacional, comum tanto à Igreja quanto à chancelaria, sendo seu aprendizado permitido somente a reis, príncipes e clérigos, o que faz com que as falas vernaculares sejam convertidas em “línguas vulgares”, abandonadas ao povo, de forma a haver uma demarcação entre dirigentes e dirigidos (Aquino, 2019, p. 56).

Para Aquino (2019) haveria uma certa “facilidade” maior em se aprender esses vernáculos outros que não o latim, haja visto que eles se sustentariam mais na fala e não requereriam elementos tão amplos para seu aprendizado quanto o latim, que pressupunha, além do ensino da fala e da escritura, o estudo de autores e textos latinos.

Os poucos registros da expressão língua materna que parecem marcar uma relação da língua com a mãe não nos permitem afirmar que a expressão tenha sido criada para indicar a língua falada e ensinada pela mãe. Não é o caso de negar a existência de um jogo entre língua e mãe na composição da expressão língua materna, afinal a própria associação entre os significantes *língua* e *materna* promove semanticamente a ideia de uma língua que é da mãe. Por outro lado, se não é inadequado tratar a língua materna como língua da mãe, não nos parece produtivo, contudo, partir dessa evidência para explicar os sentidos da expressão, afinal não apenas a figura mãe, tantas vezes usada para falar também da pátria e da Igreja, mas igualmente a qualidade do que é materno foi historicamente ressignificado. Segundo Tombeur (2005), o substantivo *maternitas* (“maternidade”), por exemplo, só bem recentemente passou a ser associado à mulher, tendo, em grego, no início, por volta do ano de 858, o sentido de *terra natal*, estando em paralelo com *patris,-idos, dos ancestrais, terra dos ancestrais, pátria*, aparecendo no século XII com o sentido de *qualidade de uma igreja catedral, maternidade espiritual da Igreja* (Aquino, 2019, p. 69).

Aquino ainda aponta que quando empregada em textos literários, leis e outras produções em língua vernácula – línguas outras “quaisquer” que não o latim –, língua materna é designada como *língua natural de uma terra, língua do lugar onde se nasce, língua de um país*, marcando, ao contrário do caráter universal do latim, uma territorialização e nacionalização da língua. Do exposto acima, podemos depreender dois pontos fundamentais para o avanço de nossa compreensão sobre língua materna: 1º- a forma de designação *língua materna* não é imanente, mas historicamente produzida (pela Igreja); 2º- em sua origem, se relaciona não de forma indissociável da mãe, mas associada a ideia de língua de um povo.

Um pouco depois do aparecimento da expressão em latim, Nicole d'Oresme importa para o francês essa forma de designar:

*En 1361, Nicole d'Oresme, francisant une expression déjà existante dans le latin médiéval, introduit en français la locution **langue maternelle**. [...] il entend, dans une France con encore unifiée linguistiquement, désigner à l'aide de ce composé un certain niveau de langue : celui du français, d'oïl ou d'oc, par opposition au latin, la langue du savoir et de la pensée. Par **langue maternelle**, il entend donc langue **régionale** ou **locale**. Mais il entend également langue **comune**, langue de bas usage*¹⁶ (Urbain, 1982, p. 9, **negritos do autor**).

A partir do emprego que d'Oresme faz da expressão os sentidos de língua materna ficam relativamente mais abertos. Ainda é utilizada para fazer oposição ao latim, mas leva em conta a *origem* do falante, na medida em que é concebida então como língua regional ou local. Se até então a expressão designava todas as línguas outras que não o latim buscando fazer aporia a ele – em um único bloco homogêneo, operando quase como sinônimo de vulgata –, a partir de então é possível compreender que existem distintas línguas maternas, levando em conta a origem geográfica dos distintos falantes. Uma definição mais próxima daquela que circula nos dias atuais e ainda carregando o entendimento de fazer referência à língua comum e de uso popular. Para Urbain:

*Remarquons surtout que, dès cette époque, la notion de langue maternelle engendre l'ambiguïté : mépris et le respect, le rejet et le remords. Politiquement dévaluée, en tant que langue domestique de bas usage, elle es contradictoirement surévaluée en tant que langue optimalement proche des origines. Elle est donc langue originelle et vulgaire, langue pure et impure à la fois ...*¹⁷ (Urbain, 1982, p. 11).

¹⁶ Em 1361, Nicole d'Oresme, afrancesando uma expressão já existente no latim medieval, introduziu no francês a locução *língua materna*. [...] Ele pretende, em uma França ainda não unificada linguisticamente, designar com essa expressão um certo nível de língua: o francês, seja de *oïl* ou de *oc*, em oposição ao latim, a língua do saber e do pensamento. Por *língua materna*, ele entende, portanto, língua regional ou local. Mas ele também a considera como língua comum, língua de uso popular (Urbain, 1982, p. 9, *grifos do autor*).

¹⁷ Notemos sobretudo que, desde essa época, a noção de língua materna gera ambiguidade: desprezo e respeito, rejeição e remorso. Politicamente desvalorizada, enquanto língua doméstica de uso inferior, ela é contraditoriamente supervalorizada enquanto língua considerada como a mais próxima das origens. É, portanto, ao mesmo tempo, língua originária e vulgar, língua pura e impura... (Urbain, 1982, p. 11, *tradução minha*).

Ambígua, a compreensão que se tem da noção de língua materna é, desde seus primórdios, ambivalente. Assim como Milner considera que não há designação unívoca para a língua (Milner, 2016, p. 21), não há sentido único para língua materna.

Para Decrosse (1989), língua materna foi um mito importante para a constituição de fronteiras ajudando a promover a constituição de territórios nacionais. Aponta que desde os séculos I ao V houve tentativas de construção de uma unicidade linguística a partir da criação de alfabetos específicos e emancipação gramatical, movimentos que precedem ou que apontam o estabelecimento de uma língua materna – no sentido de uma língua que ajuda a constituir uma fronteira.

A investigação e a construção de alfabetos foi, assim, um traço importante no desenvolvimento da episteme de uma língua materna. Eles foram concebidos, na maioria das vezes, como um atributo nacional que permite a cada população se identificar como unida e autônoma (Decrosse, 1989, p. 22).

O entendimento da autora acerca de língua materna aparece nesse sentido muito ligado a compreensões de língua materna mais abertas, por vezes se aproximando da noção de língua nacional. O adjetivo “materna” faria então referência, nessa perspectiva, a uma pátria mãe, à língua oficial de um país.

Língua materna, antes de ser uma noção – representação de uma ideia, podendo ser expressa de diferentes formas¹⁸ –, ainda que de contornos instáveis, é uma expressão – um modo de dizer, um significante – utilizada para fazer referência a algo que a princípio pode-se definir rapidamente: Língua materna é aquela língua que se aprende com a mãe, é a língua falada *pela* mãe, a primeira língua que a criança fala, é sinônimo de língua nacional. Lepschy (2001) considera que a língua materna normalmente se associa com a ideia de um falante nativo em uma definição que é simétrica: um falante nativo seria aquele que tem X língua como sua língua materna, enquanto a língua materna seria a primeira falada por um falante nativo.

2.2 Língua Nacional e o mito da unicidade

Como vimos, uma perspectiva a partir da qual por vezes se encaram os contornos que se dão à língua materna, é compreendendo que ela é a língua falada por um povo, por uma nação. Dessa forma, em alguns entendimentos, língua materna seria coincidente com

¹⁸ Como por exemplo os significantes “alíngua”, “lalíngua” e “lalangue” são modos distintos de dizer do mesmo conceito lacaniano.

língua nacional. Nessa seção, portanto, proponho investigar os sentidos de língua nacional para melhor compreender essa *incoincidência* possível. Por serem, língua materna e língua nacional, diferentes, é que pode haver um tensionamento entre ambas.

Ainda antes de discutirmos essa *inconincidência*, voltemos nossa atenção para as concepções de língua nacional e, também, de língua oficial. Ghiraldelo em *As representações de língua materna: entre o desejo de completude e a falta do sujeito* (2002), coloca em perspectiva as definições de *língua nacional*, *língua oficial* e *língua materna*. Para a autora:

A língua oficial é a língua estabelecida pelo governo de um Estado-nação, a língua que deve predominar, ao menos nas comunicações institucionais e públicas, em todo o território nacional. É uma suposta língua definida pelas gramáticas normativas, que teria o léxico estabelecido pelos dicionários [...] *A língua nacional* guarda arranjos fonético-fonológicos, lexicais, sintáticos e semânticos das línguas maternas dos falantes de determinada sociedade e arranjos da língua oficial. É a língua que possibilita a comunicação entre os falantes, sejam eles escolarizados ou não (Ghiraldelo, 2002, p. 51, *grifos da autora*).

A autora ainda apresenta uma relação com a língua materna, que abordarei mais adiante. Ghiraldelo salienta que se utiliza do termo língua oficial para fazer referência ao que em outros campos do conhecimento como história, sociologia e mesmo outras abordagens da linguística e da linguística aplicada é denominado língua nacional.

Para Aquino, a língua nacional é “a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a esse povo”, geralmente sobreposta à língua oficial, “língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais” (Aquino, 2016, p. 136). Considerando que as línguas têm um papel bastante importante na construção de um imaginário de nação e a partir daí a construção de uma identidade nacional e de um Estado, entendo que não são comuns os casos em que uma língua nacional e uma língua oficial não sejam coincidentes – embora possa ocorrer, como no Haiti até 1987 (Pimentel, Cotinguiba e Ribeiro, 2016), ano em que se oficializa o crioulo como língua do Estado. Antes disso, ele operava como língua nacional, uma vez que falado pela maioria da população.

Explico a razão pela qual não englobo nessa condição a língua materna. A manutenção de uma determinada língua como oficial em um Estado implica, eu diria que necessariamente, o incentivo ou coação do uso dessa determinada língua em diferentes espaços geográficos, dentro do país, e o apagamento de outras línguas nesse mesmo território, já que é a partir disso que se constrói certa unidade estatal. Aí então, por um

processo que é político, eleva-se a mesma ao status de língua nacional. Língua materna, como tenho compreendido, não se encaixa nessa sobreposição tal como encaixo língua nacional e oficial, uma vez que a entendo de forma bastante particularizada. Ao se fazer referência a língua nacional faz-se referência à uma língua que funciona na sociedade, em um coletivo. Ao se fazer referência à língua oficial é a uma língua documentada, determinada que se faz referência, implicando aí também esse coletivo. Por fim, língua materna, é de outra ordem, que não tem a ver com a língua instituída tal como as outras duas possibilidades de compreensão.

Como tenho compreendido, língua nacional e língua oficial, as conceituações, não se distanciam o suficiente para que, para os propósitos dessa pesquisa, convenha firmar uma distinção entre ambas. Assim, ao encontrar no texto referências à língua oficial, peço ao leitor que a considere como uma língua cuja o Estado determina (em maior ou menor medida) a utilização por parte de seus falantes, se fazendo portanto, língua nacional e construindo a partir daí um ideário de nação e de Estado. Interessa, para os propósitos dessa pesquisa, o jogo de oposição e complementariedade que ela sustenta com o que tenho – junto com outros autores – compreendido como língua materna, uma língua particular, e não estatizável.

Questões relativas à língua são questões de Estado (Gadet e Pêcheux, 2004). Nesse sentido, definir uma língua nacional dentro de um território tem uma implicação política e social importante, não apenas no que tange à língua em si, mas também, e talvez principalmente, no que tange a outras possibilidades de dizer dentro do território. O sociólogo Pierre Bourdieu, considera que:

A língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais. É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória em ocasiões e espaços oficiais (escolas, entidades públicas, instituições políticas etc.), esta língua de Estado torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas. Ninguém pode ignorar a lei linguística que dispõe de seu corpo de juristas (os gramáticos) e de seus agentes de imposição e de controle (os professores), investidos do poder de submeter *universalmente* ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho linguístico dos sujeitos falantes (Bourdieu, 2008, p. 32, *grifos do autor*).

Se o avanço e a mudança das línguas enquanto sistemas, com suas possibilidades de dizer e suas variedades de distintos modos é um processo natural, o mesmo não se dá com a instituição de línguas nacionais/oficiais. Ainda que os estados não criem uma língua de forma rígida e fechada, promovem um recorte dentro das possibilidades de dizer

no território. Nesse sentido, por vezes, apagam-se diferenças linguísticas que se dão dentro de um mesmo idioma e aplaina-se a língua e as possibilidades de língua. Fato que se dá, por exemplo, com a instituição do português brasileiro e a supressão política das línguas indígenas já faladas no território antes da chegada dos portugueses, as línguas de imigração e, mais contemporâneas, as variações linguísticas do português brasileiro. Não vou adentrar de forma marcada essa questão da instituição do português brasileiro como língua nacional uma vez que me interessa apenas na medida em que a partir desse exemplo fica mais fácil demonstrar o fato de que, a despeito de uma língua nacional que opera no território, existem outras possibilidades de língua que ocupam outros espaços. Assim:

Sobre os efeitos da sobreposição entre língua materna e língua nacional, Guimarães (2005) argumenta que a distribuição das línguas para seus falantes, por ser desigual, constitui uma hierarquia, no que vêm a pesar os instrumentos linguísticos da gramatização, que trabalham na divisão entre o certo e o errado, produzindo duas ordens de divisão social da língua no seu funcionamento, quer dizer, uma divisão vertical, entre um registro formal e um registro coloquial, e uma divisão horizontal, entre variedades normalmente chamadas de dialetos ou de falares. Por essa divisão não ser de igualdade, a divisão vertical recorta a língua de uma maneira que as divisões hierarquicamente mais baixas são qualificadas como não pertencentes à língua. Nesse gesto, o registro formal passa a ser considerado *a língua*, enquanto todo o resto é significado como *erro*, estando, portanto, fora da língua. No cruzamento entre divisões verticais e horizontais, alguns falares regionais são significados unicamente como línguas coloquiais, como línguas de pessoas não escolarizadas (Aquino, 2016, p. 137).

Nessa hierarquização entre línguas que se sustenta, no mais das vezes em mecanismos de controle linguístico e na gramática, a língua nacional, em sua forma padrão, se impõe como a língua legítima, enquanto falares coloquiais e regionais são marginalizados, deslocados para um lugar de erro e de não-língua. Enfatiza-se uma língua legítima. Para Payer:

Língua nacional, tal como elaborada na história do Estado e das idéias lingüísticas, é a língua elevada a esta categoria pelo Estado Nacional, formadora dele, minuciosamente cultivada e difundida portanto, na construção da Nação, na alfabetização (dos estrangeiros, mas também de outros) e na escrita através da escola e da literatura. Língua gramatizada, de difícil acesso a alguns sujeitos, língua na qual muitos deveriam (ou talvez gostariam) de dizer, mas não podem (Payer, 2009, np.).

Nesse sentido, a língua nacional passa a ser algo relativamente fechado. Por ser gramatizada, ou seja, fruto de um processo de gramatização, não é exatamente *qualquer* língua. Aquino (2016) questiona se há alguém que, considerando o processo que a constitui, fale efetivamente a língua nacional. De uma língua gramaticalmente instituída que, ainda que mude, muda muito mais lentamente do que a língua funcionando nas ruas, não entendo que efetivamente aquela língua idealizada seja a que ocorra na sociedade. Entendo a partir daí a presença da massa falante, que se marca na língua por meio de regionalismos e outros modos de variação linguística que distanciam a língua falada daquela, idealizada, língua nacional. Aqui, toco apenas na questão das variações linguísticas do português e não de línguas de imigração, antigas e contemporâneas, línguas indígenas e outras pois, aí a diferenciação é bastante marcada e me interessa o tensionamento da língua com ela mesma, ou antes, mesmo código. Para Guimarães (2005, p.24):

Essa divisão, que elege um falar (ou falares) em detrimento de outro ou outros, assume maior gravidade se observarmos que a hierarquia traz consigo, além da sobreposição da língua oficial e da língua nacional, a sobreposição destas à língua materna (os falares específicos politicamente excluídos: o nordestino e o baiano no caso de São Paulo, e o cuiabano no caso de Mato Grosso). Com essa sobreposição, o português não é só a língua nacional e oficial, mas também a língua materna de todos os brasileiros. Desse modo, se um falar regional é identificado com o registro coloquial do português, então essa língua regional (toda ela) está fora da língua nacional e da língua oficial. E, ao mesmo tempo, sendo a língua materna de seus falantes, não é língua materna deles enquanto brasileiros (é como se eles nunca falassem certo – ou, pior, como se nunca falassem).

Desta forma, considerando – suspendendo a discussão que venho promovendo – que o português seja efetivamente a língua materna de todos os brasileiros, e considerando que o português seja aquele da língua nacional/oficial, podemos, portanto, reconhecer uma coincidência entre ambas. Outrossim, essa coincidência, na prática, abrangeria poucos falantes do português – ou de algum português.

Considero, por isso mesmo, pertinente pensar a dinâmica *língua materna* ≠ *língua nacional* não a partir de uma relação entre, por exemplo, o *Hunsrückisch* (variante do alemão que ocorre em algumas regiões do Brasil) como língua materna e o português, mas dentro de um próprio território nacional as distintas variações de determinada língua e a língua do estado, como o português como língua oficial com seu ordenamento que lhe é próprio e as variações do português que se distanciam dessa norma padrão. Na verdade

é essa configuração que me faz pensar alguns pontos relativos a essa não coincidência, elemento chave de minha pesquisa.

Uma pequena anedota ilustrativa: moro no Sul do Brasil e aqui a *Manihot Esculenta Crantz* é conhecida como mandioca. A própria palavra *mandioca* me lembra minha avó. A própria palavra faz com que por vezes eu sinta o cheiro da mandioca frita, a crocância por fora, a maciez por dentro dela e, em um dia de maior inspiração, comendo a mandioca ou, nesse momento escrevendo e pensando sobre isso, sou levado ao interior da casa da minha avó, as paredes de um verniz escuro e os quadros pequenos sobre a mesa. A potência de uma palavra dita na língua materna. Já na idade adulta conheço outra forma de dizer. Macaxeira. Ouço, digo, e nada acontece. Ambas as palavras funcionam dentro do português brasileiro produzindo sentidos e dentro de determinada discursividade se fazem compreender. Outrossim, afetam de modo distinto (trago aqui um exemplo bastante particular, mas poderia ser outro). Isso me faz pensar que ainda que produzam sentido dentro da mesma língua há algo aí de uma diferença. Assim, para se fazer materna não basta se assentar no mesmo código, mas existem elementos metalinguísticos aí implicados.

Ainda no mesmo tópico abro um parêntese. Realizando uma busca on-line sobre as origens das palavras mandioca e macaxeira (ambas tupi) para a construção desse parágrafo, o navegador me informa que macaxeira é um regionalismo, tirando a palavra de um lugar de operação dentro da língua portuguesa e a colocando num lugar bem especificado e demarcado, como se dissesse: é possível dizer, mas não em todo lugar.

Assim cabe notar que língua materna e língua nacional não são coincidentes. São duas línguas ou são de duas ordens distintas, cuja aproximação nem sempre é possível. Para Aquino:

Para alguns, aqueles que supostamente falam a língua nacional, a língua materna coincidiria com a língua nacional. Para outros, a língua materna diverge da língua nacional. Para todos, no entanto, a língua nacional é *apresentada* como a única língua do Estado nacional, logo, como língua materna de todos os cidadãos (Aquino, 2016, pp. 136-137, *grifos meus*).

Nessa perspectiva, acreditar e proferir uma coincidência entre as distintas possibilidades de se dizer dentro de um mesmo território é não reconhecer as possibilidades de variação que ali ocorrem. Essa divisão marca elementos de muita importância relativos ao uso da língua que podem ser observados ao voltarmos nossa atenção para a mídia e para um telejornal, por exemplo. E, para além disso, dá mostra da

importância de se pensar a língua materna, como efetivamente singularizada e singularizável, considerar as diferentes possibilidades de expressão dentro de uma língua e a singularidade da forma de dizer de um falante.

A língua que estabelece singularidades e que constitui o sujeito não é – pode ser, mas não é necessariamente – uma língua que é determinada politicamente, mas sim uma entre outras, uma língua que por sua singularidade não pode ser uma entre outras. Sobre essa dinâmica entre a língua que institui o falante e a língua nacional, cito Miller:

Há ainda um nome, impróprio, de língua que é preciso reter: dizemos “a língua nacional”. Efetivamente a língua nacional poderia passar por um equivalente de língua. Só que a língua nacional – todas as línguas nacionais – é uma produção histórica do discurso do mestre. Eu precisaria repassar aqui a longa história da luta dos patoás, dos dialetos contra a língua nacional, da língua nacional contra eles em primeiro lugar, pois ela visa a estandardizar a comunicação com fins econômicos, políticos (Miller, 2022, p. 101).

Língua, isso que em alguma medida escapa à representação e cuja figuração mais direta é a língua materna (Milner, 2016), permanece assim, distante da língua nacional. Essa última, produção histórica do Discurso do Mestre, não entendo que ela possa, dessa posição, produzir sujeitos. Chamo a atenção para o fato de que é a língua nacional que isso – a produção do sujeito de linguagem – é interditado, o português, por exemplo, língua nacional do Brasil, operando como *língua materna* pode perfeitamente produzir sujeitos, não por ser língua nacional, mas por a partir dela o sujeito fazer laço.

Esse deslocamento, em que línguas distintas por vezes se sustentam no mesmo código, e que passa a supor um materno na língua será desenvolvido adiante.

2.3 Sentidos de língua materna

Alinho-me a Aquino (2016) quando argumenta que uma vez que língua materna seja algo do qual acredita-se já se saber por antecipação, a heterogeneidade constitutiva¹⁹

¹⁹ Tomemos, por exemplo, o significante “discurso”. Ao ler esse termo nessa tese, provavelmente o leitor que começa a se familiarizar com o campo dos estudos do discurso, em suas diversas vertentes, pode se perguntar: “Discurso para quem? Para a AD? Para Foucault? Para Lacan?”, por isso, por vezes, se faz necessário que eu explique. Ao contrário, o leitor já com um certo trânsito pela psicanálise pode entender de forma direta que quando trato aqui de discurso eu o faço a partir de uma perspectiva lacaniana, isso não é um pressuposto, é uma interpretação que pode ser feita de forma relativamente simples a partir de, por exemplo, os títulos que apresento nas minhas referências bibliográficas ou mesmo os conceitos que apresento no índice. Isso, é claro, para quem tem esse trânsito pela psicanálise. Um outro significante que se presta a esse exemplo é o próprio “significante”. Lacan ou Saussure? Saussure ou Lacan? A

que se dá em torno de conceitos basilares da linguística não se aplica a ela. Para Urbain (1982, p. 08), ela é uma noção presentificada por linguistas mas que, ainda assim, não é explorada.

La notion de langue maternelle est bien loin d'être aussi claire et aussi stable que le laconisme rassurant des dictionnaires pourrait le laisser croire :

- « Langue maternelle, langue du pays où l'on est né » (Dictionnaire Encyclopédique Quillet, éd. 1975, article langue).
- « ...// (v.1300). Langue maternelle, langue du pays où l'on est né, ou de la communauté à laquelle on appartient par ses origines : une nurse lui avait appris à parler l'anglais comme sa langue maternelle (Triolet). // ... » (Lexis, Larousse 1977, article maternel, elle).

Où est la mère ? Il n'est question ici que de langues nationales ou régionales, de langues officielles et de dialectes ! « La langue maternelle, répètent bien à tort les dictionnaires, c'est la langue du pays où l'on est né. » Bien sûr, on peut toujours dire que la mère est là, métaphorique : la langue maternelle c'est la langue de la terre-mère, la langue des origines. Mais doit-on alors en conclure que la notion, dès sa création au XIV^e siècle, n'était qu'une image, sans référence aucune à l'individu social concret de la mère ? (Urbain, 1982, p. 07, grifos do autor)²⁰.

A citação acima, do sociólogo francês Jean-Didier Urbain, me interessa por distintos pontos que, acredito, sejam pertinentes para o começo dessa seção. O primeiro deles é com relação ao tempo de publicação. O texto é de 1982 e já nesse tempo se reconhecia certa defasagem com relação aos usos desse termo, ao funcionamento dessa noção. O segundo ponto é esse certo distanciamento, ou antes, tensionamento de um alinhamento entre isso que é chamado de língua materna e língua de um país/primeira língua, que aparece nos dicionários por ele apresentados. Por fim, o questionamento do autor sobre a ligação ou não de língua materna com a figura da mãe parece abrir para

argumentação de Aquino e com a qual me alinho é a de que com língua materna isso não se dá, uma vez que, talvez por ser uma forma de designar bastante antiga, cria-se a ilusão de ser algo já dado.

²⁰ A noção de *língua materna* está longe de ser tão clara e estável quanto o laconismo reconfortante dos dicionários poderia sugerir:

- "*Língua materna*, língua do país onde se nasceu" (Dictionnaire Encyclopédique Quillet, ed. 1975, artigo *língua*).
- "...// (c. 1300). *Língua materna*, língua do país onde se nasceu, ou da comunidade à qual se pertence por suas origens: *uma babá lhe ensinou a falar inglês como sua língua materna* (Triolet). // ..." (Lexis, Larousse 1977, artigo *materno*, -a).

Onde está a mãe? Não se fala aqui senão de línguas nacionais ou regionais, de línguas oficiais e de dialetos! "A língua materna, repetem equivocadamente os dicionários, é a língua do país onde se nasceu." Certamente, pode-se sempre alegar que a mãe está ali, em uma forma metafórica: a língua materna seria a língua da terra-mãe, a língua das origens. Mas isso nos levaria a concluir que a noção, desde sua criação no século XIV, seria apenas uma imagem, sem qualquer referência ao indivíduo concreto, socialmente situado, que é a mãe? (Urbain, 1982, p. 07, grifos do autor, tradução minha).

novos sentidos acerca dessa expressão, outrossim, se centra no indivíduo concreto e social da mãe. Esses sentidos de certa forma auto evidentes, sedimentados nesse laconismo reconfortante dos dicionários, bem como os sentidos conflitantes acerca dessa noção ainda perduram.

Na página que abre e ilustra a primeira parte dessa tese apresento ao leitor distintas definições de língua materna a partir de dicionários on-line. Ainda que naquele contexto a proposta seja a de instigar o leitor com relação aos sentidos – aparentemente estáveis, para não dizer evidentes – de língua materna, as definições apresentadas têm o seu valor por (re)produzirem *efeitos de sentido sobre* aqueles que os acessam.

Contudo não é aos dicionários que recorro nesse momento para desvelar sentidos de língua materna em distintos campos teóricos. Tampouco, busco nessa seção “descobrir” ou construir um sentido único para essa expressão. O que pretendo aqui é, colocando distintas designações de língua materna em diálogo, tensionar os *dizeres sobre* e os efeitos de evidência que sustentam as concepções correntes. Para Urbain:

*Cette langue a-t-elle seulement **un** sens et est-il **intrinsèque** ? Rien n'est évident en ce qui concerne en propre la langue maternelle. Il n'y a guère que la fréquence de l'usage de cette notion dans le discours des linguistes qui est évidente. Au-delà de cette première observation, nous nous trouvons en face d'une entité sémiotique polymorphe et équivoque, aussi peu déterminée qu'interprétable globalement. La langue maternelle, ensevelie au cours du temps sous un monceau de synonymes relatifs, est une notion dont l'unité et la valeur opératoire doivent être remises en question²¹ (Urbain, 1982, p. 08, **negritos do autor**).*

No meu segundo ano do Mestrado em Estudos Linguísticos (2020/01), nesse mesmo programa de Pós-Graduação, realizei o componente curricular de Língua e Discurso e me deparei com uma obra que me é muito cara e é bastante interessante para se pensar a produção de sentidos sobre língua materna. O livro *Conversas com Linguistas* (Xavier; Cortez, 2003) é um compilado de entrevistas com pesquisadores e docentes de distintas áreas da linguística. A obra me interessa – para além do fato de “mostrar a grande heterogeneidade em torno dos conceitos básicos que sustentam a linguística [dentre os quais língua materna] enquanto campo de estudo científico” (p. 09) e “revelar as

²¹ Essa língua possui, de fato, **um** sentido e ele é **intrínseco**? Nada é evidente no que concerne, propriamente, à língua materna. O que se torna evidente é, sobretudo, a frequência com que essa noção aparece no discurso dos linguistas. Para além dessa primeira observação, deparamo-nos com uma entidade semiótica polimorfa e equívoca, tão pouco determinada quanto passível de interpretação em sua totalidade. A língua materna, soterrada ao longo do tempo sob uma pilha de sinônimos relativos, constitui uma noção cuja unidade e valor operatório precisam ser questionados (Urbain, 1982, p. 08, *tradução minha*, **negritos do autor**).

controvérsias da linguística” (p.10) – pela forma por meio da qual foi construída: entrevistas realizadas oralmente com pesquisadores da área. A entrevista realizada oralmente e depois transcrita é de interesse para os propósitos desse texto por nela ser menor a possibilidade de controle do dizer. Se na produção de um texto teórico o autor pode voltar atrás, deletar o seu escrito e produzir outro, em uma tentativa de apagamento das marcas do dito anterior, na entrevista oral isso é menos possível. Compreendo, isso atribui mais fluidez a essas entrevistas e ao dizer dos linguistas entrevistados. Atribui menos controle sobre o *dito sobre* língua materna, ou, elaborado de outra forma, é um *dizer*.

Retomo as entrevistas que compõem o livro.

Mary Kato (2003), doutora em Linguística pela USP e professora aposentada pela UNICAMP na área de sintaxe, ao ser questionada sobre se a linguística teria algum compromisso necessário com a educação considera que “... existe. Tanto que já dei minha contribuição, continuo dando e acho que se há alguém que pode contribuir para a área de línguas, não só língua materna, mas para língua estrangeira são os linguistas...” (Kato, 2003, p. 118). Nessa perspectiva a língua materna é colocada em uma relação – possível mas não pressuposta – com a língua estrangeira. Essa relação, que não vou aqui tentar nomear, compreendo, se sustenta – e talvez daí a própria possibilidade de aproximação – no fato de serem línguas, ambas, passíveis de aprendizado.

Eleonora Albano, graduada em psicologia pela UFRJ e doutora em Linguística pela Brown University considera que:

Talvez todas as outras linguagens se desenvolvam a partir da experiência que a gente tem com uma língua básica, uma língua materna: a primeira língua que a gente aprende, seja ela oral, seja ela de sinais. E as outras se constroem em cima desse modelo. A gente está cercado de linguagens outras, artificiais (Albano, 2003, p.27).

As ponderações de Albano me interessam em duas perspectivas: por si só, o seu *dizer sobre* língua materna coloca a mesma como uma primeira língua, uma língua básica. Ora, se ela é *primeira*, é passível de ser contada junto de outras (segunda, terceira...) – uma compreensão bastante distinta da de Milner, já que para ele “Essa língua, que chamam habitualmente de materna, pode ser sempre considerada por um lado que a impede de ser contada junto a outras, de ser acrescentada a elas, de ser comparada com elas” (Milner, 2016. p. 15). Além disso, para além do fato de ser a primeira língua falada pela criança, “não há nada de muito especial” com relação a ela. É uma língua *básica*.

Assim, é possível sintetizar a opinião de Albano, dizendo que língua materna é a primeira língua falada pela criança e que a partir dela outras se desenvolvem.

Por outro lado, o entendimento de Albano pode ser retomado para pensarmos, com ela, o posicionamento de Nascimento (2022). A autora salienta que:

[...] a principal questão na constituição subjetiva da criança surda é o fato de a perda auditiva não lhe permitir apreender a língua materna (língua oral), portanto, essa língua não serve para a sua socialização. A língua que permite a socialização da criança é a língua de sinais, que aparece em idade tardia e é adquirida na interação com sujeitos adultos pelo viés profissional, e não familiar (Nascimento, 2022, p. 8)

Nesse artigo, a autora considera que a primeira língua da criança – libras – por não ser a língua da mãe não vai ser para a criança uma língua materna. Mais. Por, digamos, a língua falada pela mãe ser o português e a criança ser introduzida na linguagem através das libras, a criança não teria língua materna alguma, já que a língua da mãe não é passível de utilização pela criança e a língua da criança não é a língua da mãe. Perspectiva muito distinta da de Albano (2003) e de Leite e Souza Jr. (2021), que consideram que a língua materna – por ser a primeira língua da criança (e me parece que no caso de Albano a autora queira dizer apenas isso) – pode ser uma língua de sinais. O posicionamento de Nascimento é no mínimo singular e, levada em conta essa compreensão, tem implicações bastante importantes para o processo de constituição do sujeito, notadamente a criança surda, mas não apenas.

A autora coloca uma relação de causalidade entre *ser a língua da mãe* e *ser a primeira língua aprendida pela criança* para que a língua se faça materna. Esse posicionamento não é, evidentemente, uma novidade no que tange as compreensões sobre língua materna. Existe, é bem verdade, uma certa generalização acerca das possibilidades de compreensão da língua materna. Faço essa pontuação para reiterar que não realizo um ataque à autora mas que, ênfase, coloco as compreensões em diálogo.

Essa relação de causalidade proposta por Nascimento (2022) coloca muitas perguntas e coloca a língua materna em uma posição muito frágil. Em situações em que a criança não tem uma mãe e é criada por avós, ela não tem uma língua materna? Em situações em que a criança é filha em uma relação homoafetiva masculina – cis ou trans, podendo portanto ser filha biológica ou não –, ela não tem uma língua materna? Em situações em que, havendo uma mãe, mas a criança não sendo inserida na língua dela – vamos pensar em uma situação hipotética, mas palpável de imigrantes haitianos no Brasil que decidem, em razão as políticas linguísticas ainda vigentes (que apontam para um

suposto monolinguismo), inserir seus filhos não no crioulo haitiano nem no francês, mas sim no português brasileiro –, ela não tem uma língua materna?

Não proponho aqui uma diminuição de configurações familiares que prescindem da mãe, muito pelo contrário. Parece-me, outrossim, que a forma de dizer carrega relações com elementos outros que não a mãe diretamente, que a figura da mulher diretamente.

A forma de dizer materna funciona e inclui essas possibilidades outras de constituição familiar quando a pensamos – materna – a partir do aporte teórico da psicanálise, não por esse apresentar um sentido verdadeiro, mas sim por abrir para sentidos outros. Desvincula-se o “materna” da “mãe”, ou, antes, passa-se a entender que “mãe” tem que ver com uma função a ser desempenhada e não necessariamente com a figura da genitora. Na seção seguinte, sigo esse movimento de análise e desconstrução de sentidos, agora voltando o olhar para o campo da psicanálise.

2.4 Uma concepção deslocada – o materno na língua

Nesse capítulo até então eu apresentei e discuti compreensões de língua materna e a relação dessas compreensões com o surgimento da expressão, a suposta relação entre língua materna e língua nacional bem como algumas discussões acerca dos usos da noção em diferentes campos do conhecimento. Por fim, me alinho agora ao campo da psicanálise para pensar – a partir de autores que têm um diálogo maior ou menor com a mesma, mas que se valem da teoria psicanalítica e de seus conceitos em alguma medida – essa língua que institui e assujeita o falante (Milner, 2016).

Dou um passo atrás nesse momento e “começo” esse percurso me deixando interrogar por Régine Robin. Em *Le Deuil de la langue, une langue en trop, la langue en moins* (1993 [2013]) a autora aponta e questiona:

Moi, j'aime ma langue. Mais c'est quoi ma langue ? Avoir une langue à soi comme on a une chambre à soi. Avoir une langue et qui plus est une langue maternelle, une langue natale. Langue de la mère, langue des ancêtres, de la famille, langue des autres, l'autre de la langue, l'autre dans la langue ? (Robin, 1993 [2013], np.).²²

²² “Eu amo minha língua. Mas o que é minha língua? Ter uma língua para si como ter um quarto para si. Ter uma língua e que além disso é uma língua materna, uma língua natal. Língua da mãe, língua dos ancestrais, da família, língua do romance familiar? E as línguas outras, as outras línguas, a língua de outros, o outro da língua, o outro na língua?” (Robin, 2017, *tradução minha*).

Eu amo minha língua, mas *o que é* minha língua? Não é qual, mas o que. Entendo a partir de Robin, mas também com outros autores, que essa língua que é amada possa ser de outra ordem, que esse significante encubra sentidos outros, que exista um deslize de sentidos no uso desse significante, e por isso *língua materna*, dizendo de outra coisa, é tão passível de afetação. Digo aqui que ela é passível de afetação e não que é o sujeito por ela afetado, pois, antes – ou concomitantemente – de ela poder afetar o sujeito ela é investida libidinalmente, afetada pela dimensão do Inconsciente.

Ainda nessa citação a escritora dá indícios de como ou porque essa língua significa – aqui, lançando mão do verbo significar, faço referência ao uso tal como empregado a partir do corpo teórico da psicanálise. Ter uma língua para si como se tem um quarto para si. Completude? Apropriação total dessa língua? Língua enquanto código passível de apreensão? O quarto é só seu?

Em Robin, compreendo, existe um deslocamento com relação a dizeres outros sobre a língua materna. Não é apenas materna, não é *relativo* à mãe, mas é *da* mãe – *langue de la mère* –, algo que lhe pertence e lhe é constitutivo – do sujeito que enuncia nessa língua e também da mãe. Parece-me, a associação aqui é muito mais direta com essa *figura* da mãe.

Robin, na citação apresentada acima promove um retorno e relembra que, ainda que eventualmente a língua materna possa sim ser pensada como relativa a campos outros de significação como uma *pátria mãe*, a mãe, enquanto função – sempre função e sempre semblante – tem aí um papel fundamental.

Existe uma certeza de amor por esse objeto mas uma impossibilidade de apreensão do mesmo. O que é ele? Língua *dita* materna, como aponta Derrida (1996). Essa pequena adjetivação na expressão proposta por Derrida já abre para uma possibilidade mais ampla de sentidos e desconstrói outros forçosamente estabilizados. A língua não é materna nessa perspectiva mas por outro lado “*La langue dite maternelle n'est jamais purement naturelle, ni propre, ni habitable. Habiter, voilà une valeur assez déroutante et équivoque: on n'habite jamais ce qu'on est habitué à appeler habiter*” (Derrida, 1996. p. 112, *negritos meus*)²³.

Há então algo de Incômodo (Freud, 1919 [2021]) com relação à essa língua dita materna. Ainda que nos pareça habitável, um espaço que ocupamos com conforto, como

²³ A língua dita materna não é jamais puramente natural, nem própria nem habitável, *habitar*, aí está um valor confuso e equivocal: Nunca habitamos o que estamos habituados a chamar de habitar (Derrida, 1996. p. 112. *Tradução minha*).

“*on a une chambre à soi*” (Robin, 2013), estamos todos fora dessa língua, língua que é do Outro. Dentro de um campo simbólico que, em alguma medida nos parece confortável mas que comporta, constitutivamente, algo que nos é inapreensível, que pela Incômoda proximidade (Derrida, 1996), nos desassossega.

A aproximação entre Derrida e Robin, nesse sentido, se dá com relação a isso que, em alguma medida se relaciona com a in-possibilidade de “habitar esse quarto”. Em Robin, por outro lado, a referência à mãe parece ocorrer de forma mais direta.

Em Derrida, a referência à relação com o que faz dela materna é, como tenho compreendido, mais abstrata – como é a língua materna. A referência a mãe aparece quando faz referência à Khatibi:

*Mais dès, oui, dès l'ouverture de ce grand livre qu'est **Amour bilingue**, il y a une mère. Une seule. Quelle mère aussi. Celui qui parle à la première personne élève la voix depuis la langue de sa mère. Il évoque une langue d'origine qui l'a peut-être « perdu », certes, lui, mais qu'il n'a pas perdue, lui. Il gardé ce qui l'a perdu. Et il gardait aussi, déjà, bien entendu, ce qu'il n'a pas perdu. Comme s'il pouvait en assurer le salut, fût-ce depuis sa propre perte. Il eut une seule mère et plus d'une mère, sans doute, mais il a bien eu sa langue maternelle, une langue maternelle, une seule langue maternelle **plus** une autre langue. Il peut alors dire « **ma** langue maternelle » sans laisser paraître, en surface, le moindre trouble: (Derrida, 1996. p. 64)²⁴.*

Derrida propõe essa aproximação com a figura materna a partir do texto de Khatibi mas, em linhas gerais, é por outro campo que ele constrói sua argumentação. Derrida fala de língua materna a partir de uma discussão sobre um monolinguismo, monolinguismo que entretanto é plural uma vez que “*On ne parle jamais qu’une seule langue. On ne parle jamais une seule langue*” (Derrida, 1996. p. 21)²⁵. Ora, se jamais falamos mais do que uma única língua e se jamais falamos uma só língua a dimensão do metalinguístico se presentifica de forma marcada, uma vez que essa língua – qual língua? (Milner, 2016. p. 95) –, essa única língua, tem a ver com elementos outros e não se fecha em si mesma. Se não há monolinguismo absoluto (Khatibi, 1985, p. 10) e se a língua é sempre do outro

²⁴ Mas desde, sim, desde a abertura deste grande livro que é *Amour bilingue*, há uma mãe. Apenas uma. E que mãe, também. Aquele que fala na primeira pessoa eleva a voz a partir da língua de sua mãe. Ele evoca uma língua de origem que talvez o tenha "perdido", é verdade, mas que ele mesmo não perdeu. Ele guardou aquilo que o perdeu. E guardava também, claro, aquilo que não perdeu. Como se pudesse assegurar sua salvação, ainda que fosse desde sua própria perda. Ele teve uma única mãe e, sem dúvida, mais de uma mãe, mas certamente teve sua língua materna, uma língua materna, uma única língua materna mais outra língua. Ele pode então dizer "minha língua materna" sem deixar transparecer, na superfície, o menor sinal de perturbação: (Derrida, 1996, p. 64. **Negritos do autor, Tradução minha**).

²⁵ “Não falamos senão uma só língua. Não falamos nunca uma única língua” (Derrida, 1996. p. 21. *Tradução minha*).

e ao outro retornando – qual outro? – « *reste à cerner ce qu'est une langue maternelle dans sa division active, et ce qui se greffe eentre cette langue et celle dite étrangère. Qui s'y greffe et s'y perd, ne revenant ni à l'une ni à l'autre: l'incommunicable*» (Khatibi, 1985. p. 10)²⁶. Isso que se marca entre a língua dita materna e aquela dita estrangeira (e eu poderia suspender essa divisão e tomar como algo dado mas não colabora no avanço da discussão), compreendo como algo da ordem do metalinguístico, pela forma como é inapreensível e mesmo pela dificuldade de se delimitar, pela forma como transita por diferentes possibilidades de língua enquanto código. Um exemplo:

Qu'ai-je fait tout à l'heure, à prononcer une sentence telle que "je n'ai qu'une langue, ce n'est pas la mienne" ou bien "on ne parle jamais qu'une seule langue" ? Qu'ai-je voulu faire en enchaînant à peu près ainsi: "donc, il n'y a pas de bilinguisme ou de plurilinguisme" ? ou encore, multipliant ainsi les contradictions, "on ne parle jamais une seule langue", donc "il n'y a que du plurilinguisme" ? Autant d'assertions en apparence contradictoires (il n'y a pas X, il n'y a que X), autant d'allégations dont je crois bien que je serais pourtant capable, si le temps m'en était donné, de démontrer la valeur universelle. N'importe qui doit pouvoir dire "je n'ai qu'une seule langue et (or, mais, désormais, à demeure) ce n'est pas la mienne" (Derrida, 1996. p. 42)²⁷.

Eu tenho só uma língua e ela não é minha. Mais uma vez a dualidade moebiana: É possível um fechamento da concepção de língua, e mais, da língua materna, tendo em vista o que postula Derrida? Existe possibilidade de uma conceituação fechada? É desde Derrida que começo a compreender e a dizer não de uma língua materna, mas de uma *língua dita materna*, uma língua que é assim falada, dita.

Em um sentido relativamente próximo, recorro à Revuz (2001) para propor mais um olhar para a discussão. Em *A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio*, a autora também vai discorrer sobre a afetação pela língua materna, ainda que, como tenho compreendido, ela faça isso de um modo mais orientado a partir da psicanálise e na relação com a língua estrangeira. A autora se interessa pela relação do falante com cada uma dessas línguas, as distintas formas como se dão e as formas como

²⁶ “Resta delimitar o que é uma língua materna em sua divisão ativa, e o que se enxerta entre essa língua e a chamada língua estrangeira. Quem se enxerta ali e se perde, não retornando nem a uma nem à outra: o incommunicável” (Khatibi, 1985. p. 10. *Tradução minha*).

²⁷ O que fiz há pouco, ao pronunciar uma sentença como “eu só tenho uma língua, e ela não é minha” ou “nunca se fala mais do que uma única língua”? O que quis dizer ao prosseguir mais ou menos assim: “portanto, não há bilinguismo nem plurilinguismo”? Ou ainda, multiplicando as contradições, “nunca se fala apenas uma língua”, logo, “só existe plurilinguismo”? Tantas afirmações aparentemente contraditórias (não há X, só há X), tantas alegações que acredito, no entanto, que seria capaz, caso tivesse tempo, de demonstrar seu valor universal. Qualquer pessoa deveria poder dizer: “eu só tenho uma língua e (ora, mas, agora, permanentemente) ela não é minha” (Derrida, 1996, p. 42. *Tradução minha*).

o falante permite se afetar por cada uma. Revuz argumenta nesse texto que o *eu* da língua materna e o *eu* da língua estrangeira não são coincidentes, já que falar uma língua estrangeira é sempre se tornar, em alguma medida outro (Revuz, 2021, pp. 225-227) uma vez que:

Esse estranhamento do dito na outra língua pode tanto ser vivido como uma perda (até mesmo como uma perda de identidade), como uma operação salutar de renovação e de relativização da língua materna, ou ainda como uma descoberta embriagadora de um espaço de liberdade (Revuz, 2001, p. 224).

O pressuposto da autora é, como tenho compreendido, que língua materna tem uma importância *muito* marcada, mas de certa forma isso não se dá em um nível qualitativo, ela não é uma língua essencialmente “boa” enquanto outra língua seria “má”. Também não é “má” e “boa” ao mesmo tempo. Ela é *potente*.

Para além do fato de que ela afeta os modos pelos quais o sujeito se relaciona com a língua estrangeira – tenho compreendido que essa sensação de perda de identidade e/ou de abertura para novas possibilidades, uma certa liberdade, ainda que se liguem de forma direta com a língua estrangeira se sustentam em uma dialética com a língua materna, já que é pela afetação da primeira que se dão os efeitos da segunda –, a língua materna “a língua materna não se separará jamais dessa sedimentação afetiva para tornar-se um instrumento de designação objetivo das coisas do mundo, no sentido em que pode sê-lo a linguagem científica” (Revuz, 2001, pp. 219-220). Daí, mais um indício de que no que tange a língua materna há um metalinguístico importante.

Essa dimensão do metalinguístico – que neste momento compreendo como aquilo que é relativo ao afetivo e ao libidinal – da língua materna aparece também no processo de aprendizado de uma língua estrangeira, uma vez que:

Começar o estudo de uma língua estrangeira é se colocar em uma situação de não saber absoluto, é retornar ao estágio do *infans*, do neném que não fala nada, (re)fazer a experiência da impotência de se fazer entender [...] Há alguma coisa de impossível, isto é, de perigoso, nessa tomada de distância, e a intelectualização e a racionalização pelo recurso à escrita se apresentam como uma proteção contra alguma coisa que parece ao mesmo tempo regressiva e transgressiva (Revuz, 2001, pp. 221-222).

Mais uma vez há aí indícios de um para-além. Essa tomada de distância, arrisco complementar, não é apenas impossível (como bem veremos adiante) e perigosa, como também, por vezes, necessária. Ainda, compreendo, a citação acima corrobora o elencado por Melman (1996) e a sua referência à língua paterna, compreendida pelo autor como

uma língua que interdita o desejo ligado à língua materna. Isso não quer dizer que eu entenda que a língua paterna seja uma língua estrangeira, pelo contrário, acredito que ela possa se sedimentar sobre o mesmo código linguístico que a língua materna, mas que muda, no sujeito, a forma de relação com a língua. Assim, nessa língua estrangeira que o sujeito se propõe ou é forçado a aprender, o “recurso à escrita” (Revuz, 2001, p. 222) se apresenta como um porto seguro – uma tentativa de cerceamento do excesso da língua materna, seus desejos e suas angústias, pela gramática e pelo simbólico? Nesse sentido, em texto anterior (Mattos, 2021, p. 19), argumento que há uma espécie de “segunda cisão” – pelo simbólico –, em verdade “um deslocamento de uma estrutura simbólica já presente no sujeito. Um rearranjo na sua relação com suas línguas e suas possibilidades de dizer”. Esse deslocamento na forma de o sujeito se relacionar com a língua e a partir dela, materna ou estrangeira, se relacionar com o mundo, pôde ser verificado tanto na pesquisa de então, com imigrantes haitianos, bem como nos textos que compõem essa pesquisa, as autobiografias de Canetti e Wolfson.

Por fim – em alguma medida, apenas – sobre o texto de Revuz, chamo a atenção para o fato de que a definição da autora ainda não foi apresentada nesse texto. Movimento deliberado. A definição de língua materna, Revuz apresenta também em relação com a língua estrangeira. Considera a autora que:

[...] a língua estrangeira é por definição, uma segunda língua, aprendida depois e tendo como referência uma primeira língua, aquela da primeira infância. Pode-se aprender uma língua estrangeira somente porque já se teve acesso à linguagem através de uma outra língua. Essa língua chamada “materna” pode não ser a da mãe, a língua “estrangeira” pode ser familiar, mas elas não serão jamais da mesma ordem [...] O encontro com a língua estrangeira faz vir à consciência alguma coisa do laço muito específico que mantemos com *nossa* língua (Revuz, 2001. p. 215, grifos da autora).

Essa citação tem pontos bastante interessantes que tangenciam a relação do falante com a língua materna. Alinho-me a autora, como venho argumentando, quando ela pontua que língua materna e estrangeira não são da mesma ordem. Não teria como ser, já que uma é libidinalmente muito mais investida que a outra.

Contudo, se a autora sustenta uma discussão muito bem encorpada sobre os efeitos da língua materna sobre o sujeito e na relação com a língua estrangeira, entendo que com relação a conceituação que apresenta sobre língua materna²⁸ a discussão poderia ser

²⁸ Ou antes, os contornos que dá, já que não me parece interessada em discutir os sentidos da noção – sustentada, talvez, no laconismo reconfortante (Urbain, 1982) dos dicionários?

estendida. Se a língua materna pode, ou não, ser a da mãe, quais as outras possibilidades? Qual a compreensão de mãe sustentada por Revuz? Para considerar que pode não ser a da mãe, ela está fazendo referência a uma mãe concreta?

Ainda, no final da citação a autora faz referência à língua materna, definindo-a como “*nossa*” língua – as aspas são minhas, o grifo da autora. Aqui, o uso desse significante e o itálico me inquietam.

Em que medida uma língua – “*je n'ai qu'une langue, ce n'est pas la mienne*” (Derrida, 1996. p. 42) – que, em seu processo de nos atravessar, nos constitui pode ser “*nossa*”? – “*comment on a une chambre à soi ?*” (Robin, 1993 [2013], np.). Compreendo, com Derrida e Robin, pouco possível. O que indica o itálico de Revuz (*nossa língua*)? Poderia ter, no texto da autora, o sentido de aspas, indicando um certo distanciamento? Ou, por outro lado, o itálico enfatiza a ideia da autora marcando que língua materna é de fato *nossa*? A segunda possibilidade me parece mais provável, já que melhor se coaduna com a linha argumentativa nesse texto em que sustenta – muito bem – uma aporia entre materna e estrangeira, *nossa* e do outro. Não entendo que seja possível dizer dessa forma sem relativizar e explicitar de forma marcada os sentidos que se pretende construir, o que a autora não faz.

Eu não entendo que isso seja um problema de Revuz, muito pelo contrário. A discussão que sustenta acerca dos *efeitos* da língua materna é inegavelmente clara, já que prescindindo de conceitos relativamente complexos da psicanálise (como *lalíngua* e Outro) ela explora com propriedade os entrelaces entre língua materna e estrangeira. Apresento esse ponto não como crítica, mas, como faço com os textos da seção anterior, buscando tensionar sentidos. A não coincidência acerca da forma de dizer sobre língua materna a partir de distintos autores – mesmo dentro de um campo teórico que se coaduna em torno da psicanálise – colabora na tomada de uma posição investigativa, na medida em que convida e convoca a que se coloquem questões à essa noção.

Uma obra que não trata de língua materna e não trata de língua diretamente, mas sim do processo de constituição do sujeito é *O sujeito Lacaniano* (1998), de Bruce Fink. Nessa obra, a expressão língua materna aparece rapidamente e o psicanalista estadunidense, faz uma ligação direta entre ela e a psicanálise, em específico, o conceito de Outro:

[...] o Outro é essa linguagem estranha que devemos aprender a falar e que é eufemisticamente referida como nossa “língua materna”, mas que seria melhor ser chamada nossa “língua do Outro materno”: são o discurso e os desejos dos

outros a nossa volta na medida em que estes são internalizados (Fink, 1998. 28).

Antes de discorrer sobre o Outro, tesouro do simbólico, me volto para outros elementos da citação que merecem um olhar cuidadoso. De uma forma que tenho compreendido como bastante direta, Fink liga língua materna ao “discurso e os desejos dos outros a nossa volta na medida em que estes são internalizados” (Fink, 1998. 28), já que língua materna seria melhor dita dessa forma, essa linguagem estranha, o Outro. Há aí uma concepção de língua materna que vai no extremo oposto daquelas que – eu entendo como rígidas – compreendem língua materna como o primeiro conjunto de signos no qual a criança é inserida.

Acredito que eu entenda a direção que Fink propõe. Contudo, em minha compreensão, há quase que um desligamento da dimensão do código linguístico, já que a língua aí é apenas suposta e suposta como língua materna. Entendo que nessa dinâmica o Outro tenha um papel fundamental e compreendo que a língua materna possa ser compreendida de forma aproximativa com um discurso, mas no texto de Fink isso aparece de forma muito mais crua.

Dizer dessa língua do Outro materno tem, em minha compreensão, muito sentido e funciona muito bem no campo semântico da psicanálise, essa ênfase no libidinal também me interessa.

Para que a língua do Outro materno *seja* o discurso e o desejo dos outros a nossa volta, como quer o autor, há aí a necessidade de um suporte no código linguístico, caso contrário ela deixa de ser língua e passa a ser discurso, que para Lacan pode subsistir sem palavras. Compreensões particulares.

Retomo a relação de língua materna com o Outro proposta pelo autor e apresento, a partir de Lacan (que por vezes grafia como A, de *Autre*, em francês), uma primeira compreensão desse conceito:

[...] podemos fazer uma primeira leitura do A tomado como Outro, ou lugar do código. O A encerra o tesouro da linguagem, que é preciso supor já presente, para que dele possam ser extraídos, sob o selo da intenção, os elementos que vêm inscrever-se uns após outros, para se desenrolarem sob a forma de uma [...] frase que descreve um circuito até que algo seja realizado, fechado (Lacan, 1968-1969 [2008], p. 50).

O Outro tem, portanto, uma importância bastante significativa no processo de inserção do *infans* na linguagem. Por já estar inscrito na linguagem ele “a detém”. Para

Lacan (1973 [1996]), se o sujeito é determinado pela linguagem e pela fala, ele começa de fato no lugar do Outro – ou a partir do Outro.

Nesse sentido, considerar que língua materna tenha relação com o Outro – será esse o outro que já aparece em Derrida? – é considerar que há algo que não se finda nela mesma. Um para além constitutivo. Acredito, embora Fink não cite, que nessa dinâmica entre língua materna e outro convém considerar também lalíngua. Esse conceito lacaniano tem, em minha leitura, papel fundamental na articulação entre língua materna e Outro.

Lalíngua, como lugar dos equívocos é:

uma língua entre outras; ao mesmo tempo em que, uma vez formulada, ela impede, por incomensurabilidade, que se construa uma classe de línguas que chegue a incluí-la. Sua figuração mais direta é precisamente a língua materna, que não carece de muita observação para admitirmos a necessidade de uma torção bastante forte, para todos os efeitos, caso o intuito seja acomodá-la no lote comum. Mas ela é, tão logo, qualquer língua – na medida em que todas são, em algum aspecto, uma entre outras; e que são, para algum ser falante, língua materna” (Milner, 2016. p. 21 *grifo do autor*).

Não vou me demorar na exploração do conceito de lalíngua, que será trabalhado na segunda parte dessa tese. Aqui me interessa por possibilitar, ou antes ser fundamental, para o avanço dessa análise digressiva acerca dos dizeres sobre língua materna. Língua materna por sua proximidade com lalíngua, indicativo de que há a um só tempo linguagem e inconsciente, é infectada por lalíngua – não são coincidentes – e passa a ser marcada por seu excesso. Por essa proximidade é que língua materna já não é totalmente abarcada por gramáticas e teorias.

É essa ideia que me faz considerar que há um metalinguístico muito importante e muito potente naquilo que diz respeito à língua materna. Existe aí algo que é irrepresentável, que faz rizoma e que escapa. Miller considera que ela se arrasta. Entendo, nessa bonita metáfora, que entre os significantes da cadeia ela não tenha um deslocamento organizado indo de um para outro S^1 para S^2 de forma encadeada, pelo contrário, se arrasta e por meio desse se arrastar produz algo, nesse se arrastar é que pode ser reconhecida. Para o autor:

Lalíngua não deve ser dita viva porque está em uso. É sobretudo a morte do signo que ela veicula. Não é porque o inconsciente é estruturado como uma linguagem que lalíngua não vai jogar [*jouer*] contra o seu gozar [*jouir*], pois ela se constitui a partir desse próprio gozar (Miller, 2023, p. 34).

Se a letra mata a coisa, e por isso o real é inalcançável, o que dizer da citação de Miller? Compreendo que a lalíngua “mate” o signo na medida em que, se arrastando, o atropela. Lalíngua se aproxima de uma dimensão menos organizada, pois marcada por repetições, por rupturas e por tropeços significantes. Ela não comunica, ela produz efeitos.

O ponto crucial, compreendo, é que *lalíngua* não é neutra, ela se forma justamente a partir do gozo, capturando traumas, lapsos e intensidades subjetivas. Essa origem vinculada ao gozo explica por que *lalíngua* está sempre em movimento, resistindo à estabilização dos significados e produzindo efeitos que escapam ao controle consciente. Se assim é, qual a compreensão de uma língua materna afetada por lalíngua? Qual a compreensão de língua materna passo a sustentar?

COMPREENSÕES PROVISÓRIAS

Durante muito tempo me perguntei o que era uma língua materna, uma vez que somos frequentemente capazes de falar várias línguas diferentes e por vezes uma língua estrangeira com uma maior facilidade. Poderíamos pensar que a diferença é de ordem afetiva e que a língua materna veicula a lembrança daquela que nos introduziu na fala.

Charles Melman, 1992.

Nessa primeira parte desta tese me dediquei a interpretar sentidos que carrega a expressão língua materna, não só dentro dos campos com os quais trabalho de forma mais aproximada ou com os quais tenho afinidade – faço aqui referência a psicanálise e a análise de discurso, respectivamente – mas dentro de distintos campos da linguística e mesmo correlatos. Isso me interessa para colaborar na desconstrução de sentidos disso que diz da mãe, mas também diz de língua.

Para todos os efeitos, convém lembrar que “língua” (*lin-gua*), esse substantivo feminino, ganha dentro do *sistema da língua*, status de signo. Esse, o signo linguístico, não é pensado como signo *de*, mas como signo *em relação à*. Elemento na cadeia significante que recebe novos sentidos a partir de sua relação com outros sentidos que são, por sua mais básica condição, abertos. Cito Saussure (2002):

Nenhum signo é, portanto, limitado no total de ideias positivas que ele é, no mesmo momento, chamado a concentrar em si mesmo; ele só é limitado negativamente, pela presença simultânea de outros signos; e é, portanto, inútil procurar o total de significações de uma palavra (Saussure, 2002, p. 72, grifos do autor).

Se é assim, compreendo ser possível reconhecer, em determinadas condições de enunciação, um deslize na concepção de língua (-materna) utilizada por cada um dos autores. Não interpreto esses sentidos como descolados das concepções mais basilares de língua, e aqui faço referência à Saussure, haja vista a importância de sua teorização para as considerações posteriores. Reconheço no *Curso* um texto fundador que produz efeitos de sentido diversos sobre concepções (e teorizações) de (sobre) língua posteriores –

reitero a importância de sua obra para Lacan – e entendo que o “efeito Saussure” (Farraco, 2016) se mantenha mesmo em concepções de língua deslocadas.

Como tenho compreendido, em razão de sua repetibilidade ao longo do tempo e em diversas condições de enunciação, os sentidos sobre língua materna deslizam e se abrem, comportando em si, sentidos outros para além daqueles aventados por uma linguística que poderíamos chamar de mais “clássica”.

No início dessa pesquisa a expressão língua materna era compreendida como uma metáfora. Se, no séc. XVIII os usos da expressão se restringiam a um movimento designativo e faziam referência a uma língua enquanto código, com o passar do tempo e em diferentes usos, os sentidos que passa a atribuir tornam-se outros. A expressão língua materna, nessa perspectiva, teria seus sentidos deslocados em um processo metonímico. A forma de dizer se manteria – “língua” – mas diria de elementos outros.

Essa mudança é natural do processo linguístico, uma mudança diacrônica dos sentidos de língua. Existe aí uma massa falante que, ao longo do tempo, falando e se dizendo a partir dos significantes desloca sentidos, diferentemente do homem solitário na ilha. Assim não é mais razoável considerar que a expressão “língua materna” seja utilizada hoje para fazer oposição ao latim. Resta compreender que outros sentidos são apagados e que outros sentidos surgem nesse deslocamento do significante ao longo do tempo. Assim como manga e manga não são coincidentes, talvez língua materna e língua materna também não sejam.

Língua materna \longrightarrow *Língua materna*

Essa ideia tem um certo sentido e avança a compreensão em certa medida, porém, força uma solução que pode ser alcançada de forma mais simples.

Entendo que esses elementos que dizem respeito ao que na língua é materno tem que ver também com a concepção de língua em si, especificamente com aquilo que é possível a partir da fala. Discorrendo sobre esse elemento do linguístico que não é menor em Saussure, ao ser incorporado ao se pensar sobre língua, Fingermann (2021) considera que: “A fala, suas modulações e seus recursos poéticos são privilegiados com relação ao acesso à ‘Outra cena’, na qual se tramam os meandros da subjetividade de cada um” (Fingermann, 2021, p. 26).

O real da língua, nos dizem Pêcheux e Gadet (2004, p. 55): “não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas atestadas pela existência

do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo”. Essa citação breve nos relembra a todos que, da língua, algo fica de fora desde seus primórdios imaginários. Para que Saussure dê conta de controlar seu objeto, de conta de tornar o mesmo científico, ele precisa fazer um recorte e, portanto, algo fica de fora. O seu real? Para pensar a língua materna talvez precisemos trazer esse real de volta, ou ao menos considerá-lo. A solução, provisória, talvez seja considerar que a concepção de língua ao se falar de língua materna é uma outra já que:

na língua que se diz materna adquirem incomparável valor o regionalismo, o vocabulário afetivo-familiar, o jeito particular de dizer e a musical-gestualidade: elementos que, não estando exatamente na chave estrita da comunicação, podem justamente abrir para algo mais. Esse “algo mais” relaciona-se com aquilo que Lacan, amparado na ideia de lalação [...] chamou de *lalíngua* (Leite, Souza Jr., 2021, p. 42).

Qual a compreensão de língua materna passo a sustentar? Antes de ensaiar uma resposta, retomo dois autores que também se colocam essa pergunta:

Durante muito tempo me perguntei o que era uma língua materna, uma vez que somos frequentemente capazes de falar várias línguas diferentes e por vezes uma língua estrangeira com uma maior facilidade. Poderíamos pensar que a diferença é de ordem afetiva e que a língua materna veicula a lembrança daquela que nos introduziu na fala (Melman, 1992, p. 31).

Melman, que abre como epígrafe essas considerações parciais, entende que língua materna não tem a ver com falar uma língua em que se fala de forma mais fácil – embora na mesma obra vá nos dizer que a língua materna é aquela na qual o sujeito se autoriza a falar como mestre –, já que pode-se por vezes falar uma língua estrangeira com mais facilidade. Para o autor, há algo da língua materna que tem a ver com aquela que introduz a fala – suas primeiras marcas de inserção no registro do simbólico? No mesmo sentido, Ayouch também se põe diretamente essa questão:

Mas o que é a língua materna? No uso comum, a primeira língua falada por uma criança é sempre associada a uma dimensão materna em muitas línguas (*Muttersprache*, *mother-tongue*, *lingua materna*, *madre língua*, [...] {*lughat el um*}, [...] {*sefet im*}). Porém, segundo a definição de muitos dicionários, não há relação necessária entre essa primeira língua e a mãe. Existem “vice-mães”, e a língua materna é também a língua das pessoas que aparecem e desaparecem do cenário psíquico da criança pronunciando as suas primeiras palavras. A língua materna é a língua veiculada pela mãe ou a pessoa em posição de mãe que permite à criança se separar dela, articular uma demanda sem temer ser engolida em um “sim” massivo que antecipa seus desejos ou em um “não” que os anula. Para não ser mortífera, essa língua tem que marcar uma distância, conjugar o familiar e/ou estrangeiro (Ayouch, 2015, p. 102, *sic*).

Ayouch, como tenho compreendido, coloca a língua materna em um lugar de singularidade e possibilidade de singularização. Isso se dá, compreendo, pelas dimensões psíquicas implicadas nesse código linguístico e em seu funcionamento. O autor apresenta essa recuperação dos modos de designação em distintas línguas que, embora no mais das vezes façam referência à mãe, não tem, por vezes, relação direta em sua definição. Uma compreensão de língua materna que, como alguns dicionários, a associe diretamente com língua nacional, não é, em minha compreensão, frutífera.

Essa língua é então a língua que, saindo da mãe – ou seu equivalente, como pontua o autor – vai “conjuguar o familiar e/ou estrangeiro” possibilitando que a criança se faça.

Se a fala é o que a linguística forclui para fora de si mesma para que seja possível, reconhecendo que algo falta na concepção de língua apresentada no texto do *Curso* – mas que nem por isso deixa de se fazer presente – e cujos indícios podem ser vistos em Revuz (2001), Robin (2013), Derrida (1996) e outros, além dos autores que compõem o arquivo desta tese, aponto, em um primeiro momento, para uma concepção de língua materna que por ser atravessada e constituída por aquilo que na língua de Saussure falta, *aproxima-se* da noção de discurso. No discurso, esses elementos outros aparecem. Voltam. Essa compreensão se alinha com Payer (2007, 2009) que considera que, no que tange a língua materna importa pensar a dimensão discursiva da língua, e não tomar a mesma como um elemento empírico.

No texto dessa pesquisa, após o avanço da mesma, tenho compreendido que língua materna é algo que conjuga em si aquilo que é da língua, enquanto sistema, e de um metalinguístico que, à afetando, afeta o sujeito. Nesse sentido, o código, a língua tal como a compreendemos a partir de Saussure – mesmo em uma leitura mais rígida – se sustenta como suporte da *dita língua materna*. Aqui inverte a asserção derridiana (Derrida, 1996. p. 31) e grafo *dita língua materna*, assim como Stübe (2008), uma vez que entendo que mais do que ser uma língua *dita* de tal modo, é *dito* ser uma língua – materna –, em uma definição que é porosa e que não se fecha. Isso não quer dizer que a *dita língua materna* perca seu suporte no linguístico e que deva ser considerada como qualquer outra coisa, um discurso por exemplo. Opto, entretanto, por essa grafia justamente para manter abertos os sentidos e enfatizar a possibilidade de abertura de um sentido que é sempre postergado.

Da mesma forma como não acredito que língua materna tenha a ver com uma língua nacional ou oficial, não entendo que a *mãe* tenha um papel direto na instituição de determinada língua, como a *dita língua materna* da criança. Em tempo, o que é mãe? Essa

é uma questão que nessa primeira parte da tese ainda ficou bastante nebulosa. As referências à mãe que se distanciam de uma definição social e concreta de mãe aparecem mais como perguntas do que como explicações. Esse ponto, quem para a criança faz a função materna, bem como outros mais específicos do atravessamento do sujeito pela *dita língua materna*, como por exemplo a suposta “mudança de língua materna” e o papel do lalíngua nos modos como afeta língua materna serão observados na parte II dessa tese, a partir das relações de Canetti e Wolfson com suas *ditas* – por eles, por vezes – *línguas maternas*.

PARTE II – VÍSCERA

NOTA INTRODUTÓRIA II

Tendo avançado no entendimento da forma como podemos compreender língua materna – não em uma perspectiva universalista e hermenêutica, mas nessa pesquisa e naquelas que, de alguma maneira tenham diálogo com ela e entendam as considerações apresentadas nesse texto como pertinentes – reconheço que trata-se de uma *dita língua materna*, pois dita desse modo em um movimento estabilizante. Nessa segunda parte da tese sigo investigando os modos pelos quais ela, a língua, produz o sujeito.

“Língua é uma coisa engraçada”, nos provocam Leite e Souza Jr. (2021, p. 39). A graça dessa expressão, ao menos para mim, é o fato de que o sentido de língua é aí ambíguo e ainda assim se marca, sedimenta seus sentidos. Em um primeiro momento sou dado a considerar que trata-se, aí, de língua enquanto sistema, na esteira do que os autores vêm argumentando. Mas eles seguem: “Língua é uma coisa engraçada. Se, por um lado, em geral nascemos com uma dentro da boca, é só depois de um tempo razoável que começamos a tirar maiores consequências desse órgão tão faceiro e peculiar” (Leite, Souza Jr., 2021, p. 39). Sustentada na mais banal das catacreses, é de corpo que se trata, mas e a língua enquanto sistema? Fica de fora? Penso que não.

O título dessa segunda parte da tese, *Viscera*, joga com essa ambivalência. A língua, enquanto órgão, não é considerada uma víscera – mas aqui me reservo alguma liberdade poética e, ainda que ela não seja uma víscera, as outras vísceras do corpo são, pela língua, nomeadas. Nessa segunda parte discuto, a partir do *corpus* – as autobiografias de Elias Canetti e Louis Wolfson – a forma como os autores, em suas relações com suas línguas, se constituem enquanto sujeitos e, em alguma medida, como seus corpos se fazem a partir de suas relações com suas línguas – um corpo é sempre um corpo de linguagem.

No capítulo 01, *Língua Maldita, Língua Sagrada, Língua Materna*, parto da afetada e por vezes conflituosa relação com a língua de cada um dos autores para investigar os modos como se dá a relação da língua materna com a língua. Cabe frisar que, nesse sentido, o que tenho considerado língua materna de cada um dos autores não é, necessariamente, sua primeira língua ou o que enunciam como língua materna. Aqui faço referência especificamente ao alemão de Canetti que aparece em seu relato como uma língua fortemente investida. Ainda nesse capítulo volto a minha atenção para aquilo que permite que a língua materna tenha uma potência tão grande, a saber, função materna.

No capítulo 02, *O sujeito enredado na trama do simbólico*, me dedico a compreender as distintas formas como os autores são afetados por suas línguas maternas e suas possibilidades de dizer ou não nela e os modos como conseguem *se* dizer nessas línguas. Ainda, me interessa discutir o papel de Elias Canetti – pai do autor – no processo de instituição do sujeito na linguagem e sua relação com a língua materna, compreendida como lugar de paixão e de prece (Derrida, 1996). Por fim, finalizo discutindo a possibilidade de uma segunda cisão pelo simbólico e em que medida é possível pensar em *mudança* de língua materna, entendendo que ela é em si impossível de ser computada e impossível de se fazer uma consigo mesma.

CAPÍTULO 01

LÍNGUA MALDITA, LÍNGUA SAGRADA, LÍNGUA MATERNA

Foi lá que minha mãe morreu.

Foi onde nasci.

Edgar Allan Poe

Nesse primeiro capítulo da segunda parte da tese me dedico ao estudo, desde a psicanálise, da língua dita materna (Derrida, 1996). Ora, na verdade isso já vem sendo feito, em alguma medida, desde a primeira parte da tese, ainda que a psicanálise não entrasse como referencial principal, mas estabelecendo interlocuções. A diferença (ou *différance*?) para esse momento do texto é que agora a dita língua materna passa a me interessar mais a nível de como produz o sujeito do simbólico do que como um modo de dizer. Interessa-me mais os seus efeitos do que os discursos sobre ela.

Para isso, nesse primeiro capítulo, investigo a partir da relação de Canetti e de Wolfson com suas línguas, dois elementos que aparecem e ecoam a todo momento quando discorremos sobre língua materna. Elementos, antes de serem conceitos, que produzem efeitos *na língua* e que possibilitam a ela a já elencada potência.

O primeiro desses elementos é *lalíngua*, essa potência que se arrasta e, imiscuindo-se com língua materna carrega ela de libido. O segundo – ao menos na ordem de aparecimento neste capítulo – é... a mãe propriamente. Mas o que é *mãe*?

1.1 Língua da mãe - Lala lalíngua

Manzanicas coloradas, las que vienen de Stambul

Elias Canetti

Nos textos com os quais tenho trabalhado para a construção dessa pesquisa, sejam os textos que compõem o arquivo da mesma ou os textos com os quais trabalho para o desenvolvimento das análises, as descrições de língua materna são carregadas de uma dimensão libidinal marcadamente importante. Nada mais evidente, nesse sentido, do que a relação de Wolfson com o inglês, língua de sua mãe, idioma doloroso a ele (Wolfson, 1970). Decorrência ou causa de sua condição psíquica, Wolfson evita a todo custo a relação *com* o inglês e *a partir* do inglês. Para além do seu movimento de tradução dos

vocábulos ingleses quase que concomitantemente, para outros, em outras línguas – preferencialmente francês e alemão – Wolfson chega a tapar seus ouvidos para não precisar ouvir essa língua que, em alguma medida, é a da mãe. Como tenho compreendido há aí um testemunho da carga libidinal que a língua inglesa tem para ele, não é um desconforto, é *dor*. Essa linha de pensamento, essa carga libidinal de extrema potência, pode ser desenvolvida a partir do seguinte enunciado:

*Cela pour qu'il pût s'imaginer en quelque sorte qu'on ne lui parlât pas **cette maudite langue, sa langue maternelle, l'anglais**. En effet il nourrissait des réactions parfois aiguës qui le lui faisaient même douloureux que de l'écouter sans qu'il pût vite en convertir les vocables en des mots pour lui étrangers ou en détruire en esprit d'une manière constructive, pour ainsi dire, les vocables qu'il venait d'écouter de **cette sacrée langue, l'anglais** !²⁹* (Wolfson, 1970, n.p., *negritos meus*).

Nesse recorte extraído de um momento do texto em que Wolfson explana sobre sua rotina doméstica de estudos³⁰, podemos reconhecer uma explicitada ambivalência com relação ao inglês, essa língua a qual ele se refere:

maudite langue (l'anglais) – sacrée langue, l'anglais.

Uma solução simples seria construir uma associação rápida entre as referências a essa língua e a partir daí analisá-la. No recorte apresentado acima, a primeira referência à língua é uma adjetivação de língua que é pouco óbvia, começo por ela: “*maudite langue*”. Na sequência, é possível e interessante, quebrando a ordem de aparecimento no texto, trazer outra adjetivação que, além de ser também pouco óbvia se coaduna com a anterior pela referência ao mítico/religioso: “*sacrée langue*”. Há aí uma lógica, muito embora grandes cortes tenham sido realizados no enunciado para recuperar essas duas expressões. Significantes que se destacam no texto. Em seguida, uma outra referência à língua, essa mais corriqueira: “*sa langue maternelle*” e após, se repetindo e fazendo

²⁹ Ele fazia isso para que pudesse de alguma forma imaginar que não estavam falando com ele *naquela maldita língua, sua língua materna, o inglês*. De fato, ele tinha reações às vezes agudas que tornavam até doloroso para ele ouvir sem que pudesse rapidamente converter os vocábulo em palavras estrangeiras para ele ou destruir em sua mente de maneira construtiva, por assim dizer, as palavras que acabara de ouvir *naquela sagrada língua, o inglês!* (Wolfson, 1970, n.p., *grifos meus, tradução minha*).

³⁰ Aproveito o ensejo para deixar claro que o uso dos recortes das duas obras dentro dessa tese obedece a ordem argumentativa deste texto e não das obras das quais são extraídas.

referência à “*maudite langue*” e a “*sacrée langue*”, “*l’anglais*”. A ordenação das referências à língua e dos elementos que me proponho, em um primeiro momento, analisar, ficaria dessa forma:

Maudite langue – sacrée langue – langue maternelle – l’anglais

A construção sintática é perfeitamente possível e é possível, também, dizer que dentro do enunciado de Wolfson algo possa ser desvelado, recuperando sentidos na construção do enunciado, sentidos que poderiam estar lhe escapando/atravessando. Uma outra forma de dizer da organização do enunciado que não é o de Wolfson mas que proponho a partir dele é apenas inserir “*sacrée langue*” onde antes não havia. Nenhuma outra alteração precisaria ser feita:

Cela pour qu’il pût s’imaginer en quelque sorte qu’on ne lui parlât pas cette maudite langue [cette sacrée langue], sa langue maternelle, l’anglais.

Esse arranjo que funcionaria por meio de uma espécie de *via di porre* é, compreendo e reitero, bastante possível e profícuo, abrindo espaço para avançar na discussão da ambivalência com que Wolfson encara a língua materna. Contudo, opto por analisar os dois pontos destacados em separado, por razões que serão clarificadas em breve.

Chamo a atenção para o fato de que, quando o inglês aparece como língua sagrada, há como que um desligamento da condição de ser materna (*cette sacrée langue, l’anglais*). Isso se coaduna com a ideia de que, o fato de se fazer materna tem menos a ver com o código linguístico do que com uma possibilidade de expressão e de relação com essa língua – faço essa afirmação pois essa língua, na condição de ser materna e sem a condição de ser materna, ainda que se sedimentando no mesmo código linguístico, ocupa para ele dois “locais” distintos, opera em dois registros distintos. Seja com relação as variações da língua ou, no caso de Louis Wolfson, pela ligação direta e agressiva com a mãe. O que há de sagrado nessa língua?

Quando faz referência ao inglês como língua maldita, aí é que o materno da língua aparece, não apenas como abstração, não como uma língua entre outras. Assim é que « *maudite* » [‘modʒt] – maldita – e « *mot dite* » [‘mo deeht] – palavra dita – se misturam

e se confundem e a língua se faz, para Wolfson, maldita pois sustentada no dizer da mãe, em suas palavras uma vez ditas. Ganha potência a partir de seus vocábulos.

O dizer da mãe (mas não só dela) “embora não seja independente dos ditos enunciados, nem por isso se reduz a eles, mas implica uma dimensão que extrapola e subjaz, simultaneamente, todo ato de fala, inscrevendo-se no falante sem que ele tenha ciência disso” (Leite, Souza Jr., 2021, p. 49).

Assim, no dizer – que difere do sistema de fala tal como proposto por Saussure e não equivale a nenhuma organização pragmática de envio e recebimento de mensagens fonéticas – algo sempre sobra, sobrando *no* e *para* o sujeito. Esse resto, se deposita e se sedimenta em lalíngua. Esse nome próprio e conceito teórico, surge no ensino de Lacan a partir do que ele (Lacan, 1971-1972, p. 33-34) reconhece como um lapsus:

On avait trouvé un machin formidable : les deux types les mieux qui auraient pu travailler dans cette trace, filer ce fil, on leur avait donné un très joli travail : Vocabulaire de la Philosophie. [lapsus] Qu'est-ce que je dis ? Vocabulaire de la psychanalyse ! Vous voyez le lapsus, hein ? Enfin ça vaut le Lalande.
« Lalangue » comme je l'écris maintenant - j'ai pas de tableau noir - ben écrivez : Lalangue en un seul mot, c'est comme ça que je l'écrirai désormais. Voyez comme ils sont cultivés ! [Rires] Alors on n'entend rien ! C'est l'acoustique ? Vous voulez bien faire la correction ? C'est pas un « d » c'est un « gu » [Lalande/Lalangue] (Lacan, 1971-1972, p. 5, grifos do autor)³¹.

Na sequência, Lacan afirma que lalíngua não tem a ver com o dicionário. Com o que tem a ver então esse conceito tão potente que é responsável, compreendo com Milner (2016), pela mudança de paradigma da dita língua materna? Para Baldini (2012), lalíngua permite uma articulação entre gozo e linguagem e nesse mesmo sentido Miller (2022) considera que lalíngua joga com esse gozar, que lhe é constitutivo. Lalíngua demonstra que em língua, algo vem de outro lugar e diz de outro modo. Milner (2016), sobre lalíngua, salienta que ela é:

uma língua entre outras; ao mesmo tempo em que, uma vez formulada, ela impede, por incomensurabilidade, que se construa uma classe de línguas que

³¹ Havíamos encontrado algo formidável: os dois tipos os melhores que poderiam trabalhar nesse campo, para seguir esse fio, deram a eles um trabalho muito bonito: **Vocabulário da Filosofia**. [lapsus] O que estou dizendo? **Vocabulário da Psicanálise!** Vocês perceberam o lapsus, né? De qualquer forma, isso vale tanto quanto Lalande.

“**Lalangue**”, como eu escrevo agora — não tenho um quadro-negro aqui —, mas escrevam: **Lalangue** em uma só palavra, é assim que passarei a escrevê-la daqui em diante. Vejam como eles são cultos! [Risos] Mas não dá para ouvir nada! É a acústica? Vocês poderiam corrigir, por favor? Não é um “d”, é um “gu” [Lalande/Lalangue] (Lacan, 1971-1972, p. 5, **negritos do autor, tradução minha**).

chegue a incluí-la. Sua figuração mais direta é precisamente a língua materna, que não carece de muita observação para admitirmos a necessidade de uma torção bastante forte, para todos os efeitos, caso o intuito seja acomodá-la no lote comum. Mas ela é, tão logo, qualquer língua – na medida em que todas são, em algum aspecto, uma entre outras; e que são, para algum ser falante, língua materna” (Milner, 2016. p. 21).

Assim é que lalíngua assume essa posição ambígua de ser qualquer língua (ou de poder se sustentar em qualquer língua) e não poder ser agrupada a nenhuma outra/nenhum conjunto. Isso não quer dizer que ela seja escandida, ao contrário, está sempre “em vias de infectar a língua” (Milner, 2016. p. 43). Lalíngua é singular e rizomática, ela “produz como efeito a impossibilidade de fechamento da língua, pois permite o jogo incessante entre os significantes” (Baldini, 2012, p. 69). A potência e aproximação com a língua materna aparece também na compreensão que Miller tem de lalíngua. Na conferência *Teoria de lalíngua*, buscando recuperar os sentidos que lalíngua, se arrastando (Miller, 2022, p. 105), deixa atrás de si e recapitulando os modos de dizer sobre lalíngua que tem relação com elementos outros, o autor destaca que:

[...] ainda que não havia palavra para designar lalíngua antes de Lacan criá-la. Nenhuma palavra, nem na lógica nem na linguística. Dizíamos “línguas naturais” [...] Dizíamos “língua corrente” – ela corre, é verdade, lalíngua, tão rápido que não a alcançamos [...] Dizíamos também “a língua de todos os dias, a língua da conversação”, mas é também a língua da criança no berço [...] Dizíamos também “língua materna”, e isso já é bem melhor, claro (Miller, 2022, pp. 100-101).

Chamarei a atenção para alguns pontos do recorte acima na medida em que eles ajudem a construir minha argumentação. O primeiro, como já vimos, é que lalíngua tem alguma relação com a língua materna – é por isso que trato dela nesse texto – e com a lalação (Leite, Souza Jr., 2021). Para Nasio (1993, p. 55), ela é “algo que mama, é a parte materna e gozosa da língua”.

O segundo ponto é o fato de nela a conversação ter um papel importante. Assumo isso diante da afirmação de Miller de que antes ela era chamada de língua de todos os dias e língua da conversação. Ora, compreendo, a partir daí, que a “massa falante” volta à cena com força, permitindo que o metalinguístico, compreendido aqui estritamente como aquilo que transcende o código, ganha espaço. O terceiro e último ponto é com relação a essa língua que não alcançamos. Chamo a atenção para esse ponto, pois aqui tentarei cercear esse conceito, me aproximar dele. Começo uma tentativa de aproximação pelo seguinte enunciado:

*Le psychotique trouvait très intéressant que, d'après son père, les vocables russe et anglais pour arbre soient identiques, et il ne doutait pas de la correction de cette déclaration faite d'un ton beaucoup positif. En outre, l'anglais **tree** (comme dit signifiant arbre et prononcé environ **trî**) lui avait parfois fait de la peine, car il n'avait pu tout à fait se débarrasser de ce nom commun de sa langue maternelle en le convertissant en un mot étranger ou, si ç'aurait été nécessaire, même en plus d'un. Mais, du moins, le **r** de l'anglais **tree** s'était souvent immédiatement dédoublé dans l'esprit du schizophrénique pour devenir un instant après le vocable français du même sens, c'est-à-dire pour devenir arbre. La voyelle **-ee** (prononcée **î**) ne lui avait guère fait mal, probablement parce qu'elle est au bout du mot (quoique petit) et que les voyelles sont généralement moins importantes dans un mot que les consonnes. Ç'avait été le premier phonème, la consonne **t**, qui l'avait agacé des fois. Mais maintenant, pensait-il, depuis que, d'après son père, le mot est aussi bien russe qu'anglais, ce **t** ne devrait point l'agacer (ni le mot entier non plus), et il pourrait néanmoins continuer de former aussitôt mentalement le français **arbre** du **r** de l'anglais **tree**, si, en percevant ce dernier de façon ou d'autre, il pensait pour une raison quelconque en avoir besoin (Wolfson, 1970, np., **grifos meus**).³²*

Na mesma medida em que existe uma ênfase por parte de Wolfson na gramática, e isso é inegável, uma organização das palavras das diversas línguas com um enfoque claro nas consoantes, compreendidas por ele como o esqueleto das palavras, há essa possibilidade muito interessante, em minha opinião, que é a possibilidade de aparecimento de “*tree*” enquanto uma palavra que transita entre os limites daquilo que ele pode ou não dizer e ouvir. Eu apresento essa silhueta dessa forma, limites do que pode ou não dizer e ouvir e não limite entre as línguas russa e inglesa, pois “árvore” em russo, não escreve-se “*tree*”, mas sim “Дерево” (*dié-rrí-va*). Ainda assim se sustenta, para o

³² O psicótico achava muito interessante que, segundo seu pai, os vocábulos russo e inglês para árvore fossem idênticos, e ele não duvidava da exatidão dessa declaração feita em um tom bastante positivo. Além disso, o inglês *tree* (como se diz significando “árvore” e pronunciado aproximadamente “trî”) às vezes o entristecia, pois ele não conseguia se livrar completamente desse substantivo comum de sua língua materna ao transformá-lo em uma palavra estrangeira ou, se fosse necessário, até em mais de uma. Mas, pelo menos, o *r* do inglês *tree* frequentemente se desdobrava imediatamente na mente do esquizofrênico para se tornar, um instante depois, o vocábulo francês de mesmo sentido, ou seja, *arbre*. A vogal *-ee* (pronunciada “î”) raramente o incomodava, provavelmente porque está no final da palavra (ainda que pequena) e porque as vogais geralmente são menos importantes em uma palavra do que as consoantes. Foi o primeiro fonema, a consoante *t*, que o irritava às vezes. Mas agora, pensava ele, desde que, segundo seu pai, a palavra é tanto russa quanto inglesa, esse *t* não deveria mais irritá-lo (nem a palavra inteira também), e ele poderia, no entanto, continuar formando mentalmente o francês *arbre* a partir do *r* do inglês *tree*, se, ao perceber esta última de uma forma ou de outra, pensasse que, por alguma razão, precisava dela (Wolfson, 1970, np. Tradução minha).

autor, a crença de estar enunciando em russo e não em inglês – que é o que me interessa aqui.

O ponto que possibilita essa “pacificação” dos efeitos de angústia da palavra – não de um esvaziamento libidinal, pois se assim fosse não haveria angústia alguma – é a “homofonia entre as palavras”, ou o que o autor reconhece como tal. É aí que lalíngua dá alguns de seus sinais. É a partir de Miller que dou desenvolvimento:

O que é lalíngua? O Bloch e Wartbug, tantas vezes citado por Lacan, indica bastante do que a língua é feita. Lalíngua é feita de qualquer coisa, do que se arrasta nos porões assim como nos salões. O mal-entendido está em todas as páginas, pois tudo pode fazer sentido, imaginário, com um pouco de boa vontade. Mal-entendido é a palavra exata. Ele disse *dire* [dizer] ou *Dieu* [Deus]? Será que é *croate* [croata] ou *cravate* [gravata]? “*Was ist das*”? A homofonia é o motor de lalíngua. E é por isso, imagino, que Lacan não encontrava nada melhor para caracterizar uma lalíngua do que evocar seu sistema fonético (Miller, 2022, p. 105, *sic*).

Lalíngua, por toda a sua amplitude, possibilidade de expansão e de se fazer raiz não se apreende facilmente. É pela fonação, naquilo que toca a língua e toca a língua, que toca o sistema e que toca também o corpo, que lalíngua tem condições de se fazer presente. Nesse mal-entendido, visto que algo escapa, é que ela aparece, como na dinâmica que Wolfson constrói com relação a palavra *tree*. Compreendo, se dá aí mais o que talvez seja possível chamar de tradução libidinal do que significante: ele pega essa palavra que, por ser inglês – e calhar de ser a língua de sua mãe –, é tão carregada libidinalmente e faz algo com ela. Retomo Deleuze (1970), aqui já citado a esse respeito, para relembrar o procedimento de Louis. Ele toma uma palavra em sua língua materna (aqui estou entendendo a partir da declaração dele e juntamente com Deleuze que sua língua materna seja o inglês), uma palavra já dada, e busca a substituir por uma palavra de sentido e sonoridade semelhante (com foco nas consoantes).

Isso que chamei acima de uma tradução libidinal – e que não me parece nem de longe a melhor forma de dizer –, nesse momento, fica turvado. Wolfson por vezes efetivamente traduz e substitui uma palavra por outra. Nesse sentido então, ocorre um afastamento da língua materna porque ele vai dizer em uma língua outra. Contudo, também aponta para um afastamento emulado já que: ele busca sustentar as palavras nas mesmas consoantes; a dimensão libidinal, em alguma medida, permanece. Relembro que se lalíngua está sempre em vias de infectar a língua, e que se sua figuração mais direta é a língua materna, não teria então como ser muito diferente, um afastamento efetivo da língua materna é pouco possível.

Essa reaproximação, ou possibilidade de reaproximação, aparece quando Wolfson busca por garotas de programa. Se, tudo o que eu disse acima com relação a evitação do uso do inglês por ele é verdade na maior parte do tempo, quando ele busca por companhia sexual isso não se sustenta. Ele faz uso do inglês – embora construa no texto a descrição dos eventos transcorridos em francês –, ainda que de uma forma “atrofiada”:

– *Quoi ? lui demanderait le malade mental, peut-être déjà bien moins familier avec la langue anglaise qu'il ne le penserait* (Wolfson, 1970, n.p.).³³

Buscando essas mulheres as quais ele paga por sexo – ou ao menos para a tentativa de – Wolfson pode falar inglês, embora é verdade que tente, antes, se comunicar em espanhol com a mulher (de acordo com seu relato, não é a primeira que ele busca, mas é apenas com relação a uma que ele dá detalhes da interação). O que muda? Talvez apareça aí nessa relação algo que não aparece em nenhuma outra, seja com o pai, seja com as palavras em uma embalagem de comida, seja quando ouve os transeuntes na rua. Por qual razão não cito a mãe nessa lista de pessoas e possibilidades? É a partir dela que se desenrola essa problemática com a língua, é em aporia com ela que se dá a relação com a prostituta. Isso, algo que aparece nessa relação com ela, faz com que ele consiga movimentar a rede e, nessa situação e nesse contexto, fazer uso da língua inglesa. Não é só com ela que ele fala inglês, fala também com o senhor do hotel, fala com o homem que vende cigarros para os dois. Mas, o que muda?

Compreendo que a resposta talvez esteja no tipo de relação propriamente. Se a relação com a mãe é uma relação de cuidado, mas também de dominação nos sentidos mais imaginários e mais concretos, com a prostituta o papel de inverte. Ele paga para que ela esteja com ele. Em alguma medida ele não é dominado por essa mulher, mas a domina. Nesse sentido, avancemos na discussão a partir do seguinte recorte.

Cette approche tapageuse contrastait fortment avec les temps fréquentes où elle [sua mãe] s'approchait de la porte du cabinet de son fils sans qu'il pût en écouter le moindre bruit et ouvrait ladite porte très vite, maintes fois avant qu'il ne pût se boucher les oreilles, les plus souvent en disant quelque chose lui semblant bien inutile, c'est-à-dire commençant à crier très fort et à ouvrir la porte en même temps, comme pour triompher

³³ – O quê? perguntaria o doente mental, talvez já bem menos familiarizado com a língua inglesa do que imaginaria (Wolfson, 1970, n.p. *tradução minha*).

sur lui, pensait-il, en le faisant souffrir et, peut-être souffrir des ses paroles anglaises (Wolfson, 1970, np., *grifos meus*).³⁴

O recorte acima permite que nos aproximemos, da relação de Wolfson com sua *langue maternelle* – escreve no que reconhece como uma língua estrangeira, talvez, para aumentar o distanciamento que ele tem com relação a essa língua – por meio de elementos outros que são metalinguísticos e que influenciam na sua relação com o inglês. Retomemos: não proponho um achatamento na compreensão da língua materna e do “lugar” do qual ela “vem”, lugar que é sempre outro. Mas cabe considerar os elementos que, para além do código linguístico, impactam na relação do falante com o mesmo.

No excerto supracitado, Wolfson nos diz dessa mãe barulhenta, de uma mãe que, através de seus sons, invade o espaço do filho. Ela não apenas fala, ela busca sobre ele triunfar, e ela o faz de um modo tão brusco e violento que ele não tem condições de lidar com isso de uma forma comedida. Ele não consegue tapar suas orelhas para não ouvi-la. Tampouco consegue elaborar esses elementos que, vindos da mãe e se sustentando também no inglês, (enquanto código linguístico) o sufocam. Será essa a razão a partir da qual Louis fala de si em terceira pessoa? Será uma tentativa de se distanciar das palavras maternas, compreendidas aqui, nesse momento, como discurso, por contemplarem elementos outros que não apenas a língua – que o sustenta – e que modulam o modo de relação ou de laço de Louis Wolfson com a mãe?

Não é só a língua mas também é a língua. Se começa a falar tarde em sua vida (Generoso, 2008), é ainda mais tarde que ele vai buscar aprender essas línguas outras. Com Revuz (2001) compreendemos que é a partir da relação com a língua materna, portanto com o inglês (ele o nomeia como sua língua materna), que se dá a sua relação e o seu aprendizado de novas línguas.

Em Wolfson, isso não quer dizer *apenas* que por já ter sido inserido no simbólico tendo portanto uma relação de base com uma língua, toma-se a mesma como modelo para o aprendizado de outras. Para ele, é pela existência da língua materna que existe o interesse ou necessidade de aprender línguas outras. Essas, mais do que a abertura para o

³⁴ Essa abordagem barulhenta contrastava fortemente com as frequentes vezes em que ela se aproximava da porta do escritório do filho sem que ele pudesse ouvir o menor ruído e abria a referida porta muito rapidamente, muitas vezes antes que ele pudesse tapar as orelhas, na maioria das vezes dizendo algo que lhe parecia bastante inútil, ou seja, começando a gritar muito alto e abrir a porta ao mesmo tempo, como se para triunfar **sobre ele**, pensou **ele**, fazendo-o sofrer e, talvez, **sofrer de suas palavras em inglês** (Wolfson, 1970, np, *grifos meus*).

novo, novas possibilidades de significar e possibilidades de viajar, por exemplo – interesses pragmáticos no aprendizado de uma língua – permitem a Louis que ele fuja da língua da mãe e que, ainda assim, se sustenha em alguma medida no simbólico.

A relação de Wolfson com línguas outras e a relação hostil com o inglês, são atestadas de forma um pouco mais clara por Deleuze (1970) no prefácio da referida obra. Segundo o autor, o procedimento de tradução de Louis:

*Toute cette entreprise de l'étudiant, avec cet écart qui la creuse, cette totalité mal formée qui l'inspire signifie quelque chose. On dirait qu'elle symbolise quelque chose au sens vague et courant du mot symbole cette fois. Et, en effet il s'agit très clairement de détruire la langue maternelle. La traduction, impliquant une décomposition phonétique du mot, et ne se faisant pas dans une langue déterminée, mais dans un magma aqui réunit toutes les langues contre la langue maternelle, est une destruction délibérée, une annihilation concertée, un désossement, puisque les consonnes sont l'os du langage. La traduction se confond donc avec une linguistique générale ; mais l'étudiant peut assigner comme motif de toute linguistique générale **le désir de tuer la langue maternelle** – « un désir peut-être vague, sinon subconscient et refoulé, de ne pas devoir sentir la langue naturelle comme un entité comme la sentent les autres, mais par contre de pouvoir la sentir bien différemment, comme quelque chose de plus, come exotique, comme un mélange, un pot pourri de divers idiomes » (Deleuze, 1970, **grifos meus**).³⁵*

Deleuze atesta a violência que atravessa a relação de Wolfson com sua língua ao pontuar que não é apenas uma questão de se distanciar dela, mas de a destruir (*détruire*) e de matá-la (*tuer*). No processo de tradução de Wolfson, diferentemente do que propõe Derrida, que atesta que a tradução é uma aproximação entre as línguas, o que existe é uma tentativa de afastamento desses elementos que se coadunam em torno da língua materna. Não é aproximação pois, dentro de sua organização metódica, qualquer língua que se preste ao jogo embaralhado de significantes, pode assumir lugar – mas não o papel – dessa língua materna.

[...] Wolfson modifica a palavra inglesa *tree* (árvore), decompondo-a, pois o som do *t* pronunciado nesta palavra o machuca. Ele trabalha com o *t* e o *r* para transformá-la em *tere*, convertendo-a foneticamente em *dere*, a qual faz surgir

³⁵ Todo esse empreendimento do estudante, com essa lacuna que fica em aberto, essa totalidade mal formada que o inspira, significa algo. Diríamos que ele simboliza algo no sentido vago e corrente da palavra símbolo, dessa vez. E, certamente, trata-se claramente de destruir a língua materna. A tradução implicando uma decomposição fonética palavra, e não sendo feita em uma língua determinada, mas em um magma que reúne todas as línguas contra a língua materna, é uma destruição deliberada, uma aniquilação combinada, um desossar, uma vez que as consoantes são os ossos da linguagem. A tradução se confunde então com uma linguística geral; mas o estudante pode atribuir como motivo de toda linguística geral **o desejo de matar a língua materna** – “um desejo talvez vago, talvez subconsciente e reprimido, de não dever sentir a língua materna como uma entidade como a sentem os outros, mas ao contrário de poder a sentir bem diferentemente, como algo de mais, como exótica, como uma mistura, um pot pourri de diversos idiomas” (Deleuze, 1970, **grifos meus**).

a palavra russa *derevo* (árvore). Faz essa conversão porque o som do t associado ao *ree*, formando a pronúncia [tri:] (conforme o alfabeto internacional de fonética), o irrita e invade seu espírito, impulsionando-o a se livrar desse som. Wolfson fazia longas pesquisas nos dicionários de línguas, sempre recorrendo ao alfabeto internacional de fonética para fazer suas conversões linguísticas, buscando se apoiar e se servir do código de um contexto mais universal em seu combate às mensagens que se interrompiam ao esbarrar na “palavra como gozo”: aquela que destrói a associação da cadeia significante e, por conseguinte, a unidade corporal se desfaz. (Generoso, 2008, p. 278).

Como temos visto a relação com mãe e com a língua que vem dela não é linear e anódina. Um mito se sustenta: a mãe, sendo aquela figura pura, casta e puro amor pelo filho insere essa criança em uma língua que é dela e que é essencialmente um lugar de acolhimento e conforto. Compreendo, contudo, que os caminhos pelos quais transita a relação com a língua dita materna podem ser outros, aposta dessa tese.

Por essa relação passa algo de incômodo (Freud, 2021) que ajuda a desestabilizar essa linearidade que por alguma razão é suposta. Compreendo, nesse sentido, que pensar sobre o próprio conceito de incômodo/infamiliar/inquietante/estranho/*unheimlich* seja um caminho pertinente, já que é a partir daí, creio, que determinados sentidos podem ser desconstruídos e/ou estabilizados.

Nesse texto, eu opto pela utilização do significante “Incômodo” como possível tradução para o conceito freudiano de *unheimlich*. Essa tradução proposta por Souza Jr. (2021) me interessa por eu entender que ela funcione bastante bem dentro da língua portuguesa, sendo aplicável e aplicada dentro de diversos contextos de enunciação, que é o que, compreendo, Freud propõe. Souza Jr. considera que na formulação do conceito por Freud “Extraí-se algo ordinário (uma palavra relativamente comum, que não levanta suspeitas nem chama particular atenção) de sua abordagem habitual, abrindo alas para um ‘singular sentimento de insegurança’” (Souza Jr., 2021, p. 24). Esse “relativamente comum” deve-se ao fato de que *unheimlich* – a palavra propriamente – tem seu pico de curva de utilização em 1900 (*Digitales Wörterbuch Der Deutschen Sprache* [www.dwds.de/r/plot].), pouco antes da escrita do *Das Unheimliche* em 1919 por Freud. Assim é possível compreender que a palavra que Freud usa, e não como novidade, para a elaboração de seu conceito (Tavares, 2019) era de uso corriqueiro no período em que o texto era escrito, havendo aí um ponto de funcionamento dentro do campo linguístico que a diferencia, por exemplo, da expressão “estranho familiar”, tradução para o português empregada para atribuir sentido ao texto freudiano e, em minha compreensão, bastante artificial. Para Jentsch:

Assim, com a palavra unheimlich [incômodo] a nossa língua alemã parece ter produzido uma construção bastante oportuna. Por meio dela parece sem dúvida estar expresso que, se acontece algo de “incômodo” para alguém, é porque esse alguém não se sente “em casa”, “acomodado”, na referida situação; porque a questão lhe é [...] estranha. Em resumo, a palavra quer sugerir que a impressão de incômodo com uma coisa ou ocorrência está atrelada a uma falta de orientação (Jentsch, 1906 [2022], p. 20).

Recorro a Jentsch, que utiliza o conceito de *unheimlich* ainda antes de Freud, para recuperar alguns sentidos sobre a construção/desdobramento da elaboração do conceito a partir de uma palavra que já funciona na língua alemã e que já apresenta elementos dos quais o autor (bem como Freud) se apropria e nomeia. Em minha leitura quando o autor cita que “esse alguém não se sente em casa” aponta para a possibilidade de que, em algum momento, em alguma condição ele poderia se sentir (diferente de, por exemplo, uma situação ser tão alheia ao sujeito que não lhe causaria qualquer sentimento de familiaridade). A questão lhe é estranha e lhe causa falta de orientação.

Incômodo (Souza Jr. 2021), palavra que ampara o conceito (Tavares, Ianini, 2019), carrega algo dessa ambivalência, do cômodo da casa e do cômodo do confortável. Por outro lado, o sufixo “in” vem desassossegear essa tranquilidade a partir da qual o sujeito poderia se supor e se dizer a partir de um lugar estável. É dentro, e por ser dentro é que incomoda. Ianini, em texto de 2024, publicado em uma conjuntura bastante específica em que muito se disse sobre o conceito freudiano em um intervalo de tempo relativamente curto (faço referência ao Infamiliar da editora Autêntica, ao Incômodo da editora Blucher e ao próprio texto citado, de 2024), apresenta um ponto bastante interessante com relação as escolhas de tradução possíveis e seus equivalentes em alemão:

Sem precisar saber alemão, gostaria de destacar apenas a equivalência bastante aproximada da oposição “*Heim/Haus*”, em alemão, ao par “*home/house*” em inglês. “*Heim*” equivale aproximadamente a “*home*”, que, por sua vez, é mais ou menos nosso “lar”, em português, ao passo que “*Haus*” equivale a “*house*”, que é mais ou menos “casa”, em português. O termo “*heimlich*” deriva desse termo “*Heim*”, que significa “lar”, quer dizer, não a “casa” enquanto espaço físico, constituído por paredes, portas, piso etc., mas o “**lar**”, ou seja, **ali onde nos sentimos bem**. No uso concreto do português, contudo, a palavra “casa” tende a aglutinar muitos sentidos que seriam reservados a “*Heim*” e “*Home*”. Nunca tivemos, parece, um lar (Ianini, 2024, pp. 217-218, **negritos meus**).

Esse movimento pode nos levar ao entendimento, ainda que momentâneo, que a escolha por incômodo possa ser questionável por levar em conta apenas a dimensão

espacial física e concreta³⁶, havendo algo aí que se marcaria como uma falta no uso do significante “incômodo” como tradução para “*unheimlich*”. Se há essa dimensão relativa à moradia e ao morar e Souza Jr. explora isso em sua escolha de tradução, *heim* teria menos a ver com esse espaço físico, o cômodo onde os pais vivem uma intimidade da qual o filho não pertence do que com o lar como esse espaço de afetividades múltiplas.

Entretanto chamo a atenção para o fato de que, etimologicamente, “lar” faz referência ao lugar da casa em que se pode fazer fogo, algo como uma lareira ([Lar - Dicio, Dicionário Online de Português](#))

Assim, compreendo, essa divisão entre “casa” e “lar” não se sustenta de forma concreta. Tenciono sentidos: Wolfson vive com a mãe e com seu padrasto. Apesar de toda a violência que lhe é infligida pelas palavras da mãe, ainda assim sua casa é um espaço de refúgio onde ele consegue estudar suas línguas e se isolar de um mundo que fala inglês:

« [...] *il n'y avait pas beaucoup de gens en ce lieu plutôt éloigné des entrées – cela au goût de l'aliéné, qui, en général, préférerait la solitude et le silence* » (Wolfson, 1970, n.p.).³⁷

« *De plus, il préférerait en général la demi-sécurité de la maison de sa mère aux endroits publics* » (Wolfson, 1970, n.p.).³⁸

Assim a casa da mãe é um lar, em alguma medida, ainda que não seja livre de desconfortos. Sem pender para uma relativização absoluta, acredito que a possibilidade de coabitar com a família seja sempre ambivalente em alguma medida, não se podendo crer que a casa/lar seja uma coisa ou outra. Faço esse giro para salientar que, ainda que existam determinadas críticas ainda assim considero o uso de Incômodo como o mais eficaz para se produzir sentidos no português com relação ao conceito de *Unheimlich*.

Reconheço ainda a argumentação de que lar é onde nos sentimos bem, também apresentada por Ianini como um pouco forçada, já que coloca “lar” como um espaço (físico e social?) idealizado. Não acredito que seja o caso. Ainda que para Wolfson, como

³⁶ Considero entretanto que o campo simbólico onde o sujeito se constitui ganha também contornos físicos, visto que no espaço entre o *eu* e o *outro* é que a criança consegue se reconhecer.

³⁷ “[...] não havia muitas pessoas naquele lugar, bastante afastado das entradas – algo do agrado do alienado, que, em geral, preferia a solidão e o silêncio” (Wolfson, 1970, n.p. *Tradução minha*).

³⁸ “Além disso, ele geralmente preferia a semi-segurança da casa de sua mãe aos lugares públicos” (Wolfson, 1970, n.p. *Tradução minha*).

afirmo acima, a casa da mãe se faz um espaço de conforto em alguma medida, isso não quer dizer que seja livre de conflitos, como podemos depreender de sua narrativa. Assim é que qualquer movimento que desconsidere a ambivalência presente no espaço da casa/lar é pobre e não reconhece a conflitiva como ponto fundamental do processo de constituição e de possibilidade do sujeito. A situação muda se seguirmos a ideia do autor e entendermos que, por conta de “casa” aglutinar sentidos de “*heim*” e “*haus*”, nunca tivemos um lar propriamente. Mas essa me parece uma solução fatalista e pouco proveitosa.

Já tendo dito sobre a palavra, digo agora sobre o conceito. Começo esse movimento a partir do próprio texto freudiano:

Não há dúvida de que ele [o Incômodo] figure entre o que é aterrador, que suscita medo e horror, assim como também é certo que essa palavra nem sempre é utilizada num sentido que se possa determinar com precisão e acabe por coincidir com aquilo que suscita medo. No entanto, pode-se esperar que haja um núcleo particular que justifique, assim, a utilização de um termo conceitual particular. Gostaríamos de saber o que é esse núcleo comum que porventura permita, no interior daquilo que é medonho, distinguir um incômodo (Freud, 2021, p. 48).

O incômodo produz efeitos de angústia que são, ao seu tempo, escapáveis e inescapáveis. Explico. Se é fato que os efeitos que produz sobre o sujeito escapam dele, que não é palpável que os toque, que os simbolize, que os consiga nomear (por isso é que se dão), por outro lado, no que tange a língua materna – talvez principalmente – é impossível que deles o sujeito escape. Condição do encadeamento entre os três registros, afetação pelo real.

Assumo aqui que, acerca da relação da criança com mãe e com a língua materna, o incômodo se presentifica por meio das relações que se dão entre ambas – mãe e criança – bem como pelas posições nas quais a criança se coloca/é colocada na relação com a linguagem. Como vimos em capítulo anterior, a dita língua materna tem uma potência bastante marcada com relação ao processo de constituição do sujeito de linguagem (elementos – língua e linguagem – que não são cindidos), assim é que ao falar de língua materna fala-se dessa relação imaginária com a mãe, uma relação que é, na melhor das hipóteses, fadada ao fracasso. Nos primeiros tempos de vida da criança, ela e a mãe formam, mais do que um par, uma certa unidade. A relação que une ambas é imaginária, não havendo aí espaço para terceiros ou mesmo para que a criança se diferencie da mãe.

Ao menos até que algo aconteça. A separação de ambas é bastante fundamental e tratarei desse tema, com maiores detalhes, adiante.

A criança, em seu processo de constituição e mudança da posição de *infans* para a de sujeito se aliena ao Outro – compreendido como tesouro do significante – em um movimento de alienação que, assevera Lacan, precisa ser aceito pela criança, ela não sendo de forma alguma passiva diante dele. É a partir desse processo de alienação que a criança poderá vir a ser sujeito enquanto tal. Nesse momento do texto, para os propósitos aqui desenvolvidos, cumpre entender que a mãe é o protótipo do Outro para a criança e que assumir essa posição gera a ela alguns efeitos.

A partir de Derrida, podemos compreender que esse Outro que também é « *...l'autre comme le prochain, le plus proche. Unheimlich* » (Derrida, 1996. p. 66)³⁹, pode ser lido como esse outro falasser que para a criança cumpre a função materna. Ou que, ao contrário mas no mesmo sentido, há algo de incômodo (como já vem sendo argumentado) na relação da criança com esse sujeito que para ela desempenha a função materna. Não acredito que exista a possibilidade de que um caminho muito diferente se desenrole. A inserção no campo do simbólico e a possibilidade de triangulação (*mãe – infans – não/nome do pai*) tira a criança da relação simbiótica com a mãe e a coloca, a criança, à mercê do Outro. Não é que a partir daí a relação com a mãe será conflituosa, mas será, como já foi antes, muito carregada libidinalmente. Isso tem efeitos psíquicos importantes que não podem ser linearizados de forma simples. A relação não é homogênea e não é homeostática.

Com relação ao que tange a língua especificamente, compreendo que a ambivalência se presentifica, também, de forma bastante marcada. No caso de Wolfson, notório pela especificidade da relação que sustenta com o inglês, essa citada ambivalência fica explícita. Ainda que exista um distanciamento com relação a língua materna em nível de prática e em nível de uso, ela ainda assim é extremamente carregada libidinalmente. Embora seja uma língua que ele evite, é uma língua que ele evita – o próprio movimento de evitação do inglês, deliberado, indicia que, por isso mesmo, essa língua não é para ele esvaziada, não é anódina.

Weissmann (2017) fala em perda de língua materna, mas não entendo que seja possível dizer dessa forma, pelo menos no caso de Wolfson. A impossibilidade de dizer a partir do inglês tem uma relação maior com uma certa repressão dessa língua do que

³⁹ “... o outro como o próximo, o mais próximo. *Unheimlich*” (Derrida, 1996, p. 66. *Tradução minha*).

com uma língua que escape a ele. Pode-se dizer isso com certa segurança já que os efeitos que ela promove, e aqui falo da angústia especificamente, são bastante marcados. É nessa ambivalência que, reconheço, opera algo da ordem do incômodo.

Em texto anterior (Mattos, 2021), argumento que isso que nesse momento tenho chamado de incômodo, mas ao qual poderíamos fazer referência como essa afetação assombrosa que a língua materna causa no falante, efeito de *lalíngua*, se relaciona com o fato de que língua materna se sustenta em uma aproximação gozosa com a mãe. A dimensão do gozo, que enlaça prazer e sofrimento, bem como *lalíngua* e seu transbordamento vêm sendo abordados ao longo dessa seção. A dimensão daquilo que tem sido chamado de mãe será tratado na seção seguinte.

1.2 Mãe como possibilidade

Nas duas obras a partir das quais o texto dessa tese é construído, a mãe de cada um dos autores é representada de uma forma bastante potente e, mais do que isso, de uma forma bastante particularizada.

O que Canetti diz de sua mãe não pode ser dito de qualquer mãe, na medida em que é apenas a partir da relação com a *sua* que ele tem possibilidade e condições de enunciar daquele modo, além, é claro, da forma como ela se faz presente em sua vida. A mãe de Wolfson também tem uma singularidade que lhe é inescapável. São os detalhes barulhentos acerca dela que fazem com que ele busque outras possibilidades de relação com o mundo. Assim é que a relação com a mãe não é uma relação genérica.

Mathilde Canetti, mãe de Elias, era uma mulher orgulhosa de suas origens Sefardim e uma mãe que, na mesma medida em que por vezes se mostrava amorosa era também bastante dura com o filho mais velho. Canetti a descreve como uma mulher de inteligência penetrante, conhecedora de grandes obras da literatura, mas com pouco interesse em animais. Ainda que, na prática, a relação de Canetti com a mãe tenha sido bastante próxima, principalmente depois da morte do pai, essa relação foi em grande parte “mediada por ele”, tema do qual tratarei no capítulo 02. Contudo trago essa compreensão nesse momento para ressaltar a forma de relação que Mathilde sustenta com o filho.

A cena é a seguinte: durante o café da manhã Elias Canetti, o pai, falece e o filho é enviado a casa dos vizinhos para ficar lá enquanto resolvem-se em sua casa as questões relativas ao falecimento. No recorte a seguir ele narra a situação que se segue a sua ida para a casa dos vizinhos:

Aproximei-me da árvore, apalpei-lhe a casca, me abracei ao seu tronco e ia começar a escalada quando se abriu a janela de nossa sala de jantar. Minha mãe se debruçou bem para fora e, ao me ver com Alan junto à árvore, gritou estridentemente: “Meu filho, você está brincando e seu pai está morto! Você brincando, brincando, e seu pai está morto! Seu pai está morto! Seu pai está morto! Você está brincando e seu pai está morto!” (Canetti, 2004, n.p.).

A mãe o interpela e o faz colocando em cena o pai, na medida que é sobre a morte dele que ela fala com o filho. Nesse momento, quando transcrevo a narrativa de Canetti, a referência à mãe é, à mãe concreta, Mathilde Canetti. Por outro lado, compreendo com Leite e Souza Jr. que na compreensão da psicanálise “mãe”:

não se trata necessariamente da pessoa que trouxe o bebê ao mundo, fisicamente, embora seja importante reconhecer que carregá-lo durante a gestação constitua um percurso importante para ambos – história que terá a sua relevância, bem como aquela, aliás, em que o bebê fora criado por outro sujeito que não a mãe biológica (Leite, Souza Jr., 2021, p. 43).

Isso posto, compreendo que exista a necessidade de alguma compreensão sobre isso que, tendo a ver com a mãe mas não se alienando na sua representação biológica ou mesmo sociológica, tem essa importância toda – inserção da criança no campo simbólico – para o filho enquanto *infans* e enquanto sujeito. É apenas a partir daí que podemos compreender como uma língua pode ser materna sem ter relação com a mãe do falante, que pode eventualmente nem ter uma mãe quando de sua inserção na linguagem, mas que ainda assim terá uma língua, a chamada dita materna, que o afeta de um modo como nenhuma outra é capaz.

A mãe, para a psicanálise, tem que ver com outras possibilidades. Essa seção é dedicada a compreender, a partir da psicanálise – ou na leitura da psicanálise – isso que é chamado de mãe, compreender a partir da psicanálise sentidos do significante *mãe*. Começo salientando que a compreensão da psicanálise é distinta daquela do uso corrente. Quando escrevo sobre mãe no texto desta tese – quando não estou fazendo referência direta às mães dos autores com quem tenho trabalho – os sentidos que estou propondo se alinham com a ideia de *função materna*, mais do que com a mãe como figura concreta, mãe biológica ou adotiva.

O que interessa para a psicanálise no que tange a compreender a mãe ou o seu papel, é considerar que a maternagem (cuidados orgânicos e psíquicos com o bebê), isso que ao fim e ao cabo pode tornar uma pessoa mãe⁴⁰, é uma função: no sentido matemático – $F(x)$ – na qual os elementos podem variar, de modo que, nesse caso, qualquer sujeito pode ocupá-la, homem ou mulher (compreendidos a partir dos quadros de sexuação de Lacan, como veremos adiante, não levando em consideração a anatomia dos corpos mas sim os modos de relação com o gozo), macho ou fêmea na concretude dos corpos, tendo que ver com as práticas – languageiras e de cuidado – que $\$$ (considerando que a pré-condição é que seja um sujeito assujeitado à linguagem [condição relativamente abstrata, não implicando um indivíduo concreto]) desenvolve com relação à criança.

Desse modo, como tem-se compreendido, a mãe/função materna tem que ver com outros elementos para além da gestação ou com o que se reconhece socialmente como figura materna. Assim é que:

Mesmo no último ensino de Lacan, no qual é cunhado o conceito de *lalíngua*, essa dimensão de impessoalidade da Função Materna continua a existir. O grito da criança produz o encontro com o Outro primordial que lhe entrega *lalíngua* e afeta seu corpo pelo mal-entendido que lhe é intrínseco. A língua materna, que carrega um modo de gozo, constituirá o corpo do *infans* como suporte de gozo do falasser que ali começa a surgir na lalação (Miranda Junior, 2020, p. 45).

Nesse sentido é que podemos considerar que a função materna não se ampara em aspectos biológicos, abrindo margem para a compreensão de mãe enquanto função a partir de distintas constituições familiares. Dizer de uma *função materna* não implica dizer de uma biologia específica ou de uma – possibilidade para ou efetiva – gestação. Homem e mulher, ao fim e ao cabo, são dêíticos, semblantes. A função materna nem mesmo se aliena a um dos membros desse par ou da família, havendo possibilidade de, por outro lado, ser exercida por mais de um dos cuidadores da criança na medida em que eles ocupem esse papel, de cuidado e de desejo.

Recupero um enunciado, a partir de Canetti, para tentar exemplificar isso que venho discutindo. O enunciado em questão ilustra a dinâmica matinal entre Elias Canetti pai – que nesse momento será referenciado como genitor, já que falamos de função materna e suponho ele nessa função – e seus três filhos, em especial, Georg, o mais jovem:

⁴⁰ Atesto que a maternagem *pode* tornar uma pessoa mãe, e não que torna, impreterivelmente, pois existem possibilidades diversas de constituição familiar em que a criança é cuidada por figuras parentais que vão desempenhar a função materna mas que não são mães da criança.

Georg, meu irmãozinho caçula, era uma criança bonita, de olhos escuros e cabelos negros. Meu pai lhe ensinou as primeiras palavras. De manhã, quando ele vinha ao nosso quarto, sempre se repetia o mesmo diálogo entre eles, que eu acompanhava com atenção. “Georgie?”, dizia meu pai num tom insistente e interrogativo, ao que o pequeno respondia: “Canetti”. “Two?”, dizia meu pai; “three”, respondia a criança; “four?”, meu pai; “Burton”, a criança; “Road”, meu pai. A princípio ficavam nisso. Aos poucos nosso endereço foi se completando, acrescentando-lhe “West”, “Didsbury”, “Manchester”, “England”, em vozes alternadas. Eu tinha a última palavra, e não podia evitar de acrescentar “Europe” (Canetti, 2010, n.p.).

São diversas as passagens a partir das quais, compreendo, seria possível dizer da função materna no texto de Canetti. Opto por essa pois ela desconstrói uma relação de obviedade entre genitora e função materna. Elias Canetti (o genitor) interpela o filho, o nomeia e o convoca ao jogo do simbólico e da palavra – “Georgie?” – faz isso chamando a criança no diminutivo, uma aproximação da lalação infantil e carregando de afeto o processo de alienação à linguagem. A convocatória ao campo da palavra vem em tom de pergunta, e abre espaço para que a criança diga de si e diga do – e no – Outro: “Canetti”, responde a criança. Mais do que a possibilidade de inserção da língua, o pai dá meios para que a criança se oriente no mundo, coloca-a em possibilidade de relação com um terceiro, triangulação simbólica, portanto. Elias Canetti, o autor, então uma criança já tendo sido atravessada pelo campo do simbólico acrescenta “Europe”. A língua envolve a todos.

Como exposto acima, a função materna não é estanque, de modo que pode ser desempenhada por diferentes sujeitos – quer componham o grupo familiar da criança ou não. Assim, no excerto transcrito, podemos reconhecer um atravessamento das funções materna e paterna na figura concreta de Elias Canetti Pai/Genitor. Em minha leitura, ambas as funções se atravessam na forma como ele dá suporte para o filho no enunciado acima discutido. Ele deseja, ele se mostra desejante (e portanto faltoso, castrado), e assume também a posição de interditor/castrador, colocando o filho diante da incompletude e da falta. Os papéis não são estanques.

Até então nos aproximamos do conceito de função materna pelos modos a partir dos quais ela opera e no que ela implica ou não, elementos importantes para não nos atermos a uma visão de senso comum. Recorro a Leite e Souza Jr, para um maior delineamento desse conceito:

[...] é evidente que não se trata necessariamente da pessoa que trouxe o bebê ao mundo, fisicamente, embora seja importante reconhecer que carrega-lo durante a gestação constitua um percurso importante para ambos – história que terá a sua relevância, bem como aquela, aliás, em que o bebê fora criado por outro sujeito que não a mãe biológica (Leite, Souza Jr., 2021, p. 43).

A função materna, tem que ver com a possibilidade de $\$$, a partir de sua posição no campo simbólico – em sua relação com o imaginário e com o real – fazer-se Outro para a criança. Essa posição implica que:

Quem ocupa o lugar da Função Materna encarna, em certo momento, a onipotência de poder satisfazer a demanda da criança. A Mãe [enquanto função] é aquela que se encarrega da operação sobre os objetos. No jogo de sua presença e ausência, é o agente do encontro da falta de objeto, pois o objeto real falta. Tal frustração, conforme diz Lacan (1956-1957/1995), permite ao objeto passar do estatuto real para o simbólico, adquirindo então o valor de signo do amor Materno. Se o objeto é então simbólico, ele pode ser substituído, pode ser inserido no regime de trocas ou, como afirma Barroso (2015), no circuito dos dons (Miranda Junior, 2020, p. 44).

E ainda, com Leite e Souza Jr:

O que é fundamental nesse ponto é deixarmos claro que *mãe* é o exercício de uma função que se realiza pela via da linguagem, ou seja, muito além dos cuidados materiais; de modo que uma mãe que cumprir tão somente a função de atender às necessidades do bebê, por exemplo, vai estar em falta com a função materna (Leite, Souza Jr., 2021, p. 43).

É por essa razão que consigo reconhecer que Canetti pai assume em alguma medida a função materna. O pai, enquanto figura concreta, em um primeiro momento se mantém usualmente em uma relação menos próxima com os filhos do que a mãe o faz, já que a relação desta com os filhos é sustentada primordialmente no imaginário, diferente do pai, cuja relação se estrutura a partir de uma ênfase no simbólico. Contudo, como tenho lido, Canetti, o pai aparece, fazendo esse jogo de presença ausência e é por isso que o tenho reconhecido como atravessado por e desenvolvendo essas duas funções.

A partir de Lacan, compreendemos que para a inscrição da criança no registro do simbólico e no campo da lei, a mãe – ou quem, para a criança, desempenhar a função materna – precisa ser desejante, desejante de um falo (falo, enquanto o significante do desejo *per se*, inacessível a $\$$ e não o órgão genital). Nesse sentido, se pressupõe a presença de algo que atraia o seu desejo e seja colocado como terceiro termo da relação. No recorte que apresento acima assumo que Elias Canetti, o genitor, desempenhe a função materna.

Em que medida ele se encaixa nisso que agora é proposto? Como vimos, existem mesmo dentro da psicanálise referências ao significante *mãe*, mas é possível compreender que os sentidos propostos são outros e não tem relação com a figura concreta.

Para avançarmos na discussão acerca da relação entre genitora (ou qualquer *falasser* que ocupe o papel de cuidador) e função materna, creio ser importante discutirmos alguns pontos. Um dos mais prementes é compreender que ao dizer *mulher* estamos, a partir da psicanálise e da teoria da sexuação de Lacan, falando de uma posição no discurso e de um modo de gozo, o mesmo se dá quando fala-se em homem. O emprego dos termos aqui – tanto mulher quanto homem – é, portanto, diferente do corrente e não é de modo algum empírico, tampouco se alinha com a biologia.

Mulher e homem, em psicanálise, são considerados a partir de suas posições no discurso, ao seu modo de desejo e ao seu modo de gozo. Essa forma de se pensar esses papéis (sendo, portanto, o que reconhecemos como homem e mulher, semblantes sexuais) é proposta por Lacan nos anos 1970:

Assurément, ai-je dit, ce qui apparaît sur ces corps, sous ces formes énigmatiques que sont les caractères sexuels qui ne sont que secondaires, sans doute fait l'être sexué. Mais l'être, c'est la jouissance du corps comme tel, [...] comme a-sexué, puisque ce qui est dit jouissance sexuelle est dominé, marqué par l'impossibilité d'établir comme tel, nulle part dans l'énonçable, ce seul Un qui nous intéresse, l'Un de la relation « rapport sexuel » (Lacan, 1975, p. 8).⁴¹

Na compreensão de Lacan, o corpo, tendo importância na constituição do sujeito, não abarca a amplitude a partir da qual a psicanálise opera, a lógica do gozo e do inconsciente. Lacan, no seminário 20, apresenta as fórmulas da sexuação e aponta que se relacionam com uma lógica inconsciente e não com caracteres biológicos ou com o semblante exercido pelo sujeito. Para além disso, como tenho compreendido, as posições em cada uma dessas possibilidades não são estanques pois:

Par contre en face, vous avez l'inscription de ceci que, pour une part des êtres parlants, et aussi bien à tout être parlant, comme il se formule expressément dans la théorie freudienne, à tout être parlant il est permis, quel qu'il soit, pourvu ou non des attributs de la masculinité, attributs qui restent à déterminer, pourvu ou non de ces attributs, il peut s'inscrire dans l'autre part

⁴¹ Claro, como eu disse, isso que aparece nesses corpos, essas formas enigmáticas que são os caracteres sexuais que são apenas secundários, sem dúvida fazem o ser sexuado. Mas o ser, o gozo do corpo como tal [...] como assexuado pois isso que é chamado de gozo sexual é dominado, marcado pela impossibilidade de estabelecer como tal, em nenhuma parte do enunciado, esse único Um que nos interessa, o Um da relação, “relação sexual” (Lacan, 1975, p. 8, tradução minha).

et ce comme quoi il s'inscrit, c'est justement de ne permettre aucune universalité, d'être ce « pas-tout » (Lacan, 1975, p. 102).⁴²⁴³

Entendo a partir daí que as fórmulas, mais do que apontarem para uma dicotomia entre dois tipos de sujeito expressam um campo relacional e de tensão entre eles. Há algo de inerente/uma possibilidade a cada sujeito falante. Possibilidade de deslocamento entre essas posições que, justamente por serem posições, não são rígidas, permitindo que, por exemplo, Elias Canetti Pai/Genitor transite entre elas.

Compreendo que, “ser suficientemente mulher” tenha relação com a possibilidade de que esse \$ deseje como mulher, ou seja, deseje desde um lugar do feminino, desejar outra coisa, buscar um falo, abrindo margem para a presentificação de um terceiro e permitindo a interjeição da figura paterna e a triangulação simbólica.

Por fim, concluo essa seção considerando com Lacan que:

Já não se trata aí [...] nem de pai nem de mãe, mas de relações com o objeto. A mãe é o objeto primitivo, o objeto por excelência. O que o sujeito retém do vaivém que, em relação ao objeto, fez com que ele entrasse em rivalidade com um terceiro termo é o que se caracteriza pelo que podemos chamar de fator comum resultante, no psiquismo humano, da existência dos significantes. Posto que os homens lidam com o mundo do significante, são os significantes que constituem o desfiladeiro por onde é preciso que passe seu desejo. Por essa razão, esse vaivém sempre implica o fator comum na incidência do significante no desejo, naquilo que o expressa, naquilo que faz dele, necessariamente, um desejo significado – esse fator comum é, precisamente, o falo (Lacan, 1999 [1957-1958], p. 309).

Pensar que aquilo que faz de uma língua materna não tem relação direta e estrita com a figura da genitora abre margem para uma compreensão que, entendo, é muito mais interessante acerca dessa noção.

Isso não é, de modo algum, colocar a genitora em um lugar menor, pelo contrário. Permite, atestar desde o lugar da psicanálise, que famílias de constituição distintas nada tem de disfuncionais, como pregam determinados discursos na contemporaneidade. Situações de adoção por casal heterossexual, famílias monoparentais, casais

⁴² Por outro lado, vocês tem a inscrição disso que, para uma parte dos seres falantes e também para qualquer falante, como se formula expressamente na teoria freudiana, à todo ser falante é permitido, seja ele provido dos atributos de masculinidade ou não, atributos que resta determinar, provido ou não desses atributos, ele possa se inscrever na outra parte [do quadro] e como inscrito, justamente, não permitir nenhuma universalidade, ser “não todo” (Encore, 1975, p. 102. *Tradução minha*).

⁴³ Esse “outro lado” é associado na página 107 do “Seminário 20: mais, ainda”, traduzido para o português brasileiro pela editora Jorge Zahar, diretamente com a figura da mulher. Isto, talvez, colabore com confusões relativas a sexuação tal como proposta e compreendida por Lacan. A referência que Lacan faz e a partir da qual constrói aporia, na verdade, não é o homem, mas a “função paterna”.

homossexuais masculinos, pais solo, crianças criadas por avós ou outros membros familiares, todas essas configurações possibilitam que a criança tenha um desenvolvimento psíquico saudável, pois a função de maternagem está além de uma questão biológica⁴⁴. Isso também não quer dizer que no caso de um casal de homens adotar uma criança – um dos pais estando em uma posição de desejo alinhada à direita na taboa –, um deles será a mãe. Não é disso que se trata.

O que interessa é que a pessoa que faça a função materna deseje. Deseje a criança e deseje para além dela, pois: “O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente” (Lacan, 1992, [1969-1970], p. 105). Essa é a condição. Essa é a possibilidade.

Para além disso, a nível de língua, considerar mãe nessa perspectiva resolve, compreendo, o problema semântico de entender que, aquela língua que é a criança aprende com um familiar outro que não a mãe, não seja sua língua materna. Bato nessa tecla novamente pois, como tenho compreendido, chamar de língua paterna, por exemplo, não resolve o problema. Língua materna é outra coisa, uma noção de corpo e com sua especificidade. Entendo que os deslizos de sentido são possíveis e que os sentidos sempre mudam, mas não entendo que uma sobreposição teórica colabore para o aprofundamento da discussão. A língua vem sempre de Outro lugar, é sempre língua do Outro – mesmo a língua paterna (Melman, 1996). Ainda assim, a mãe – enquanto função – ainda é o Outro primordial da criança. Avancemos na discussão.

⁴⁴ Por qual razão casais homossexuais femininos não são citados nos exemplos de distintas configurações familiares? Pelo fato de que, nessa configuração familiar que se compõe de duas mulheres a mãe já aparece de forma mais direta. Não me parece que, nesse sentido, a possibilidade da função materna precise ser defendida, uma vez que é pressuposta.

CAPÍTULO 02

O SUJEITO ENREDADO NA TRAMA DO SIMBÓLICO

“Ó avó, que orelhas grandes você tem!”

“É para melhor te escutar!”

“Ó avó, que olhos grandes você tem!”

“É para melhor te enxergar!”

“Ó avó, que mãos grandes você tem!”

“É para melhor te agarrar!”

“Ó avó, que boca grande, assustadora, você tem!”

“É para melhor te comer!”

Jacob e Wilhelm Grimm – Chapeuzinho Vermelho

Agora acontecia de ele vir para cá sozinho, ficava sentado um instante junto da lápide e passava os dedos nas letras entalhadas que formavam o nome do pai. Era por causa disso que ele vinha. Com a caixa lá embaixo da terra ele não se importava, mas com o nome.

O ser humano desfigurado no leito de hospital, as cinzas na caixa, nada disso era o pai, mas o nome era a pessoa que ele lembrava e, por isso, ficava às vezes passando o dedo nas cavidades na pedra que formavam Martin Samuelsson.

— Ah, que bonito! — disse a mãe.

John Ajvide Lindqvist – Deixa ela entrar

Neste capítulo abordo o processo a partir do qual podemos compreender que Canetti e Wolfson deixem de ser enunciadores e passem a assumir a posição de um sujeito atravessado pela linguagem – ou um modo como podemos compreender esses dois autores. Chamo a atenção ao leitor para o fato de que esse capítulo seguirá um ordenamento muito próprio, haja visto que ainda que eu esteja pensando sobre o processo de constituição do sujeito não o faço a partir de uma ordenação conceitual prévia, de

modo que elementos teóricos envolvidos nesse processo aparecem no texto na medida em que o arquivo os demande. Assim é que, ainda que a primeira seção deste capítulo receba o título de *O infans e o corpo* não começo pelo conceito de *infans* mas sim o mobilizo uma vez que discorro sobre os “primeiros” – ainda que numa perspectiva ilusória já que, ainda antes de ser concebida a criança já é, de certa forma, atravessada pela linguagem na medida em que é desejada, dita, imaginarizada – atravessamentos linguísticos sofridos por Wolfson e Canetti.

Na seção seguinte discorro sobre a relação de Canetti com o simbólico, articulando o conceito de metáfora paterna, que, se tem sólida importância para Canetti e para a concepção que sustento de língua materna, não tem importância menor para Wolfson que sofre de sua falta em sua relação com a linguagem. Nessa esteira, adiante trato brevemente da possibilidade de relação de Wolfson, que é psicótico, com a linguagem e, por fim na última seção deste capítulo exploro os modos como, considerando a já citada constituição do sujeito, que se dá a partir de sua relação com o simbólico, me interessa investigar os atravessamentos de uma segunda língua que pode se fazer materna para o sujeito.

2.1 – O *infans* e o corpo

Radio, mein Radio [...]
Meine Ohren werden Augen
Radio, mein Radio
So höre ich, was ich nicht seh'
*Stille heimlich fernes Weh*⁴⁵
Radio - Rammstein

Till Lindemann ao compor a letra de *Radio* da banda alemã Rammstein trabalha a ideia de um “rádio” como metáfora, em alguma medida, para uma certa subversão, e, por outro lado, uma certa alienação a isso que vem pelo rádio e precisa ser ouvido em segredo. Compreendo que o eu lírico faça aqui referência as restrições culturais impostas na Alemanha oriental. Começo discorrendo sobre a epígrafe apresentada acima e sobre o

⁴⁵ Rádio, meu rádio/ Meus ouvidos tornam-se olhos/ Rádio, meu rádio/ Então eu ouço o que eu não vejo/ Silêncio secreto, dor distante. *Radio*, Rammstein.

seu metafórico rádio pois talvez seja pouco evidente a relação que proponho aqui e as razões pelas quais entendo que a estrofe caiba como abertura da seção.

Tenho interesse nesse excerto da música e o utilizo como epígrafe desta seção em razão de nele os ouvidos do eu lírico se tornarem olhos e de que através deles, dos ouvidos – mas também do rádio – ele pode se relacionar com o mundo. Ele não vê. Não tem apreensão total, mas ouve. As palavras vêm do Outro e a partir daí algo é possível a ele. Por outro lado, reconheço uma associação entre esse rádio e os temas que trato nesta seção, mas para isso um deslocamento se faz necessário. As palavras *rádio* e *raiz* se sustentam numa relação etimológica devido à origem de ambas no latim. Os dois significantes derivam da palavra latina "*radix, radice*", que significa "raiz". A palavra "rádio" surge como uma forma reduzida de "radiografia" ou de termos relacionados ao latim "*radius*", que significa "raio" (de luz, energia ou extensão). O significante "*radius*" tem relação com "*radix*", porque originalmente fazia referência a "ramificações" ou "extensões" a partir de um ponto central, assim como raízes se espalham a partir de um tronco ou núcleo. Raiz, por outro lado vem diretamente do latim "*radix*", mantendo os sentidos de "raiz" no contexto de plantas. Podemos reconhecer que "*raiz*" e "*radiação*" estão ligados etimologicamente.

É essa aproximação entre os significantes que me faz pensar, a partir da letra da música, alguns pontos sobre essa seção. O *infans* como raiz, como algo basilar, passível de desenvolvimento, ainda que não seja – muito pelo contrário – incipiente. Existindo e, ainda que não falando, tendo por trás de si a linguagem. Incipiência fantasística, já que assim como uma raiz não é um começo de nada, mas parte de um todo maior que ela e da qual ela é parte fundamental. Língua materna como raiz, a língua como raiz, a linguagem como raiz, não como sinônimos, mas como meios a partir dos quais o sujeito sendo afetado pode se desenvolver.

Como tenho compreendido, a relação com a linguagem – e me parece que aí a dita língua materna tem um papel fundamental, aposta dessa tese – produz um sujeito e deixa marcas indeléveis no sujeito que por essa própria relação é bastante singular. Assim é também com relação aos autores que compõem o arquivo desta pesquisa.

Se relacionando com a linguagem, com sua língua materna e com o Outro cada um ao seu modo, tanto Canetti quanto Wolfson se constituem enquanto sujeitos falantes, falasseres, de uma forma muito específica, razão pela qual me interessa tomar suas já citadas obras como arquivo da pesquisa. Para começar a desenvolver essa seção que não se fecha em si mesma, haja vista a multiplicidade de fatores envolvidos no processo de

constituição do sujeito, e na qual busco apresentar um panorama bastante geral da mudança da posição de *infans* para a de sujeito, tomo como ponto de partida para a construção da argumentação dois excertos de *A língua absolvida*, de Elias Canetti. Nesse momento do texto o autor argumenta sobre a relação dos pais com o alemão, uma língua que ele, ainda uma criança pequena, não falava.

Compreendo pouco razoável considerar que se possa pensar a partir desses recortes em um pré-linguístico, pensar literalmente sobre o processo de inserção na linguagem nesses dois casos. Já é dentro da cadeia simbólica que os autores estão, não apenas quando escrevem os livros, mas ainda antes, quando sentem-se excluídos diante da língua dos pais ou quando realizam esse movimento de busca por uma língua estrangeira. Contudo, tomo esses recortes como pontos de partida para pensar a inserção de \$ na linguagem, em um movimento que talvez preceda a dita língua materna.

Esses movimentos de inserção em línguas, por suas especificidades, vão modular as relações posteriores. Canetti e o seu trânsito por distintas línguas e busca por línguas outras e Wolfson e sua relação muito específica com o simbólico. Retomo os trechos extraídos da obra de Canetti.

Portanto eu tinha bons motivos para me sentir excluído quando meus pais começavam a conversar em sua língua (Canetti, 2010, np. **Negritos meus**).

[...] *entre meus muitos desejos ardentes daquele tempo, o mais intenso de todos era entender sua linguagem secreta. Não sei explicar como não guardei rancor ao meu pai por causa disso. Mas contra minha mãe alimentei um profundo ressentimento, que só desapareceu quando, anos depois, após a morte de meu pai, ela própria me ensinou alemão* (Canetti, 2010, np. **Negritos meus**).

Dos dois excertos extraídos de *A língua absolvida*, inicio a análise chamando a atenção para o significante *sua* fazendo referência a *língua*. Em minha compreensão essa forma de designar aponta para uma percepção da língua que a significa como sendo estritamente língua do outro – ou do Outro? –, de modo que o jovem Canetti se situa fora dela, em suas palavras, *excluído*. Mais do que ser uma língua que os pais usam, é uma língua que a eles pertence, é “*sua língua*”. Assumo que esse sentimento de exclusão mais do que se relacionar com o uso ou não uso do alemão enquanto sistema linguístico, se relaciona também com o fato de, em uma língua – ou melhor, em *sua linguagem* – os pais

se relacionarem, deixando-o de fora. Mais do que ser uma língua que, enquanto código, ele não domina é a possibilidade de inserção na (em alguma forma de) linguagem que escapa a ele.

Por qual razão, então, Canetti se ressentia da mãe e com relação ao pai se mantém quase surpreendentemente (*Não sei explicar como não guardei rancor ao meu pai*) sem ressentimentos? Mais uma vez, não cabe aqui fazer conjecturas acerca de um pré-linguístico, tampouco lançar mão do arquivo para explicar a teoria, ainda assim, recorro a ela para avançar na discussão acerca dessa língua da qual Canetti fica de fora e dessa dinâmica de rancores.

Para Lacan, o processo que tem como resultado \$, portanto o processo que insere o *infans* na linguagem e produz o sujeito, se divide em dois momentos: em um primeiro momento se dá a alienação ao Outro e pelo Outro enquanto linguagem. Para Fink, a criança se entrega a esse processo de alienação em alguma medida de forma deliberada, pois é apenas a partir dele que ela poderá se dizer, indo além do choro para a expressão de suas necessidades. Lacan (1973 [1996]) considera que:

O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação. Mas ele só funciona como significante reduzindo o sujeito em instância a não ser mais do que um significante, petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito (Lacan, 1973 [1996], p. 203).

Uma vez assujeitada ao Outro, a criança, agora ser de linguagem, \$, passa a ser representada pela letra e o seu corpo deixa de ser “um conjunto de sensações abstratas” (Mattos, 2021). Assim, alienando-se ao Outro a criança pode ser representada por um significante, portanto:

<u>Outro</u>	<u>S</u>
criança	\$

Em um segundo momento, na separação, a criança se depara com a falta da mãe, na medida em que ela à mostre para a criança. Apenas na medida em que o Outro materno se mostre como um sujeito desejante e incompleto é que \$ pode emergir.

Esse significante “primordial” é instalado através da operação do que Lacan chama de metáfora paterna ou função paterna. Se postularmos hipoteticamente uma unidade inicial mãe-criança (como um momento lógico, isto é, estrutural, se não um momento temporal), o pai, na família nuclear ocidental, atua

tipicamente de tal forma a romper essa unidade, intervindo nesse lugar como um terceiro termo – muitas vezes percebido como estranho e até indesejável. A criança, ainda um tipo de pacote indiferenciado de sensações, carente de coordenação psicomotora e qualquer sentido de *self*, não pode ainda ser distinguida de sua mãe, e considera o corpo desta como uma simples extensão do seu, estando em um tipo de “contato direto e desimpedido” com ele. E a mãe pode estar inclinada a dedicar quase toda a sua atenção para a criança, antecipando cada necessidade, tornando-se acessível e disponível o tempo todo. Em tal situação, o pai ou algum outro membro da família ou algum outro interesse da mãe pode desempenhar uma função muito específica: a de anular a unidade mãe-criança, criando um espaço ou uma lacuna essencial entre elas (Fink, 1998, p. 78, aspas do autor).

Desse modo a função paterna, enquanto cisão, opera a separação entre a criança e a mãe. Trata-se de uma separação constitutiva, já que é a partir dela que a criança passa a advir de fato na linguagem, sendo essa mesma linguagem o que a protege de uma relação eminentemente perigosa — relação essa que se caracteriza por uma natureza dual e potencialmente engolfante. O modo como essa operação se efetiva se dá pela substituição do desejo da mãe por um significante.

Nome-do-Pai / Não do pai Desejo da mãe

Lacan explicita que:

De que se trata na metáfora paterna? Há, propriamente, no que foi constituído por uma simbolização primordial entre a criança e a mãe, a colocação substitutiva do pai como símbolo, ou significante, no lugar da mãe. Veremos o que quer dizer esse *no lugar da*, que constitui o ponto axial, o nervo motor, a essência do progresso representado pelo complexo de Édipo (Lacan, 1999 [1957-1958], p. 186, grifos no original).

O nome-do-pai ou não-do-pai passa então a recobrir o desejo da mãe, o significando. O pai enquanto metáfora, comparece como um não à criança: “não, vocês não são um só”. É essa figura, o nome-do-pai, que instaura a cisão entre mãe e criança. O S^2 vem a simbolizar, de forma retroativa, o desejo do Outro materno, o S^1 . Essa separação inaugura para a criança um espaço próprio, no qual ela poderá, progressivamente, elaborar tentativas de mediar o desejo do Outro, simbolizando-o.

Nesse sentido é que o pai, entrando em cena, permite que a criança saia – ou seja removida? – da relação dual com a mãe – triangulando-a –, relação essa que se sustenta fundamentalmente no registro do imaginário e com potencialidade de se fazer engolfante para a criança que até então está a mercê de seu desejo. Esse desejo materno, que atravessa

a língua da mãe e impede que ela seja apenas uma língua entre outras – ainda que, de fato, o seja –, somente se transforma em significante, e assim passível de ser significado pela criança, na medida em que o Pai enquanto função se faz presente na equação. Contudo, retomo o já citado Lacan para relembrar que:

Já não se trata aí [...] nem de pai nem de mãe, mas de relações com o objeto. A mãe é o objeto primitivo, o objeto por excelência. O que o sujeito retém do vaivém que, em relação ao objeto, fez com que ele entrasse em rivalidade com um terceiro termo é o que se caracteriza pelo que podemos chamar de fator comum resultante, no psiquismo humano, da existência dos significantes. Posto que os homens lidam com o mundo do significante, são os significantes que constituem o desfiladeiro por onde é preciso que passe seu desejo. Por essa razão, esse vaivém sempre implica o fator comum na incidência do significante no desejo, naquilo que o expressa, naquilo que faz dele, necessariamente, um desejo significado – esse fator comum é, precisamente, o falo (Lacan, 1999 [1957-1958], p. 309).

É nesse sentido que, como tenho compreendido, a teoria da triangulação edípica pode colaborar no desenvolvimento das análises. Extrapolando a teoria base de constituição do sujeito, podemos supor a partir desse modelo proposto por Lacan que o rancor que guarda da mãe seja por ela ter deixado o filho de fora da relação que sustentava com o esposo, Elias Pai, já que nesse sentido, o autor não faz referência aos irmãos, marcando uma falta ou, em uma linguagem bastante coloquial, ciúmes. Ao se voltar ao marido, Mathilde Ardití dá as costas a dualidade imaginária que mantinha com o filho, embora, é bem verdade, isso aparece pouco no texto, sendo todas as relações mais diretas com a mãe desenroladas após a morte do pai.

É aí que, como tenho compreendido, há uma possibilidade de compreensão do porquê não houve mágoa com relação ao pai. Ainda que ele cinda a relação com a mãe e em alguma medida desequilibre esse triângulo, já que do alemão, durante a infância, Canetti fica totalmente de fora, ainda assim o pai permite que ele entre na cadeia simbólica e modula de forma bastante marcada a relação de Canetti com o mundo, com o Outro e com a mãe, já que é por o alemão ser uma língua tão investida pelo casal que Matilde é tão firme na necessidade de aprendizado da língua por parte do filho.⁴⁶

Discorri até então sobre o *infans*, mas, e o *corpo*?

Fingermann (2021, p. 28) considera que “O corpo do ser humano é um corpo construído, edificado, produzido pelas experiências simultâneas e sucessivas que esse

⁴⁶ O papel de Elias Canetti Pai enquanto Não e nome do pai será abordado na seção seguinte.

pequeno ser imaturo atravessará, graças aos cuidados dos parceiros cuidadores” e que portanto o corpo não é natural, mas sim constituído.

Observemos como a criança pequena, inicialmente carente de tónus e de coordenação motora, vai progressivamente constituindo seu corpo como conjunto, e sua aparente consistência, desde as experiências de prazer e desprazer de sua constante apreensão do mundo com a boca, ouvidos, mãos, pés pele, olhar, expulsão de fezes e urina, organizando seus primeiros diálogos com o outro parceiro da sua imaturidade fisiológica (Fingermann, 2021, p. 29).

Compreendo que essa consistência corporal que tira a criança da posição que Lacan chama de um pedaço de carne, que faz com que ela deixe de ser um organismo e passe a ter um corpo – já que corpo e organismo não são coincidentes, sendo o primeiro orgânico e o segundo já relativamente simbolizado – com as possibilidades de ser sujeito do simbólico, já que esses “cuidados dos parceiros cuidadores” envolvem, certamente um dizer sobre essa criança pois “Para a criança ‘ter’ um corpo, adquirir uma consistência corporal inconfundível, será preciso uma complexa operação de incorporação, que se inicia desde os primeiros instantes da vida, e até mesmo antes, no período pré-natal” (Fingermann, 2021, p. 28). O campo simbólico preexiste ao sujeito e o constitui na medida em que o envolve, na medida em que nomeia esse sujeito em potencial, que o permite ser, faz com que ele se reconheça como sujeito faltante e cindido, castrado e assujeitado ao simbólico.

Isso não significa, por outro lado, que uma vez a criança saindo da posição de *infans* e deixando de ser um pedaço de carne ela passe a ser senhora de seu dizer, já que sujeito. Ser sujeito implica, como vimos acima, um assujeitamento ao simbólico e ao Outro, as palavras que vem do Outro. Assim aprendemos com Lacan que a aporia cartesiana se inverte e que “sou onde não penso e penso onde não sou”. Reflexo disso é que na compreensão de Lacan o sujeito é uma figura evanescente e só é possível na relação com Outro – ou grande Outro (A) , em oposição ao *outro* ou pequeno outro, escrito com minúscula.

O “A” aparece em Lacan como a representação gráfica do Outro. Para Lacan (1973 [1996]), se o sujeito é determinado pela linguagem e pela possibilidade de fala, ele começa no lugar ou a partir do Outro que por já estar inserido na linguagem, em alguma medida a detém. A definição de Outro em Lacan não é, por outro lado, fechada e engessada, sendo possível encontrar dentro de sua obra definições que se ramificam e produzem sentidos distintos a partir dos quais podemos compreender esse conceito, tais

como Outro como linguagem (Dunker; Paulon; Milan-Ramos p. 54), o Outro como desejo, o Outro como gozo (Fink, 1998, p. 31) e o Outro como lugar da palavra (Lacan, 1956-1957 [1995], p. 79). “Em essência, o Outro sempre traz marcas de um para além, algo que escapa ao sujeito e que se relaciona com a ordem simbólica. Em função disso, submete o sujeito e lhe determina certas posições” (Mattos, 2021, p. 47). Em Lacan (1957-1958 [1999]) a relação entre sujeito e Outro aparece em forma de questão dirigida a seus ouvintes:

O que é um sujeito? Será alguma coisa que se confunde, pura e simplesmente, com a realidade individual que está diante de seus olhos quando vocês dizem *o sujeito*? Ou será que, a partir do momento em que vocês o fazem falar, isso implica necessariamente outra coisa? Quero dizer, será que a fala é como que uma emanção que paira acima dele, ou será que ela desenvolve, que impõe por si só, sim ou não, uma estrutura como aquela que tenho comentado longamente, à qual os habituei? – e que diz que, quando há um sujeito falante, [...] há sempre um terceiro, o grande Outro, que é constitutivo da posição do sujeito enquanto alguém que fala, isto é, também como um sujeito (LACAN, 1957-1958 [1999], p. 185-186, grifos no original).

Ao fim e ao cabo, para os interesses dessa pesquisa e dessa tese, convém reconhecer que o sujeito é inapreensível e que, ao tratarmos dele há um conjunto de elementos por trás e que estes, por vezes, nos escapam. Com relação a Canetti e em relação a língua do amor dos pais, de sua relação com sua mãe, com o lugar que seu pai ocupa na vida ambos, não é possível entender que se chegue ao “*sujeito Canetti*” de fato, mas é possível pensar alguns elementos de sua relação com a língua, com o que temos chamado de dita língua materna e com a linguagem.

Na seção seguinte voltemos nossa atenção para Wolfson. Ilusão de separação motivada também por sua relação com a linguagem e com o simbólico, mais um da série que elementos que, por trás do sujeito, impactam na sua relação com a linguagem e com o Outro.

2.2 Elias Canetti – ou, rolo de pedra

Vimos no capítulo anterior os modos pelos quais a mãe tem um papel capilar no processo de constituição do sujeito cindido pela simbólico. É à mãe que se faz referência ao falar-se dessa língua que institui e assujeita o falante. O pai – simbólico ou concreto – não tem, é claro, um papel menor na triangulação edípica. Quando pensamos sobre língua materna a partir da psicanálise, um pai, enquanto terceiro termo, é necessariamente

pressuposto, sempre aparece. Se presentificando na relação dual da criança com a mãe, é na medida em que o *não* (ou o *nome*) *do pai* passa a equacionar a relação de ambas que há a emergência da criança no simbólico.

A inserção, no texto, de uma seção dedicada a falar do pai e dos nomes que apresenta não é resultado de uma pretensão teórica ou de minha escolha enquanto pesquisador. A partir do arquivo dessa pesquisa, reconheço uma recorrência das referências ao pai e da necessidade de levá-lo em conta para tratar do objeto dessa tese.

Nesse momento do texto compreendo e faço referência a “pai” de um modo que não se relaciona com a figura do genitor – embora venha daí a proposta e os sentidos possíveis ao se tratar disso, nesse momento –, mas que diga de uma função, bastante específica, na constituição do psiquismo de §.

A posição do pai como simbólico não depende do fato de as pessoas haverem mais ou menos reconhecido a necessidade de uma certa sequência de acontecimentos tão diferentes quanto um coito e um parto. A posição do Nome-do-Pai como tal, a qualidade do pai como procriador, é uma questão que se situa no nível simbólico. Pode materializar-se sob as diversas formas culturais, mas não depende como tal da forma cultural, é uma necessidade da cadeia significante. Pelo simples fato de vocês instituírem uma ordem simbólica, *alguma coisa* corresponde ou não à função definida pelo Nome-do-Pai, e no interior dessa função vocês colocam significações que podem ser diferentes conforme os casos, mas que de modo algum dependem de outra necessidade que não a necessidade da função paterna, à qual corresponde o Nome-do-Pai na cadeia significante (Lacan, 1999 [1957-1958]. p. 187. *Grifos meus*).

Esse terceiro termo pode ser um pai – biológico ou não –, uma segunda mãe, um trabalho, um elemento de qualquer ordem que faça com que a mãe ou seu equivalente mostre-se faltosa e incompleta. Por não se vincular necessariamente a uma pessoa ou a um objeto é que considera-se isso como uma função. Função essa que Lacan chama de o nome-do-pai, ou seu não, em suma, a metáfora paterna. Chamo a atenção para o jogo de palavras proposto por Lacan para a construção desse conceito: o *nome-do-pai* e o *não-do-pai*, se sustentam na homofonia da expressão *le nom du père*, manifesta por Lacan em um de seus seminários, o seminário incompleto que seria o seu 11º. Retomemos o pai e suas derivações.

Em *A Língua absolvida* (2010), acompanhamos os primeiros anos da vida de Elias Canetti e sua incursão por distintos países e diferentes línguas. Essas incursões são atravessadas de certo modo pela relação com o pai e com sua memória. No período inicial de sua vida, ele tem com o pai uma relação bastante afetiva e próxima. Quando,

brincando, sofre um acidente grave, é pelo pai que clama e apenas a partir da volta do pai, que se encontrava em viagem, é que melhora.

Elias sente muito a morte de seu pai, que se dá durante o período em que, para se afastar do avô Canetti – que amaldiçoa seu filho, o pai do autor –, moram na Inglaterra. É em certa medida, em memória dele ou para *ocupar* seu lugar como objeto de desejo da mãe – que muito se culpa por sua morte – que ele se *ocupa* das distintas línguas que lhe atravessam.

O alemão, por exemplo, era a língua que seus pais falavam no período de efervescência do amor, quando estudantes em Viena, e passa a ser a língua do amor de ambos, Elias Canetti e Mathilde – sua mãe. Nos conta o autor:

Durante o período de clandestinidade, os jovens apaixonados alimentaram seu amor com conversas em alemão, e pode-se imaginar quantos amantes da ribalta nisso desempenharam um certo papel (Canetti, 2010, n.p.).

[A mãe] *Não admitiu de forma alguma que eu desaprendesse as outras línguas, pois para ela a cultura consistia na literatura de todas as línguas que conhecia, mas a língua de nosso amor — e como foi grande este amor! — seria o alemão (Canetti, 2010, n.p.).*

A figura do pai, entretanto, aparece emaranhada em uma trama de possibilidades de significação que nos aparecem como questões e que se repetem. Os sentidos se cruzam e se constroem mutuamente. Aponto um trecho cujo sentido, ou não sentido, atribuo no só depois e que se não marca de forma clara uma relação com o pai, aponta para um fio solto de um enredamento maior:

Minhas primeiras recordações estão imersas no vermelho. Saio por uma porta nos braços de uma menina, o chão à minha frente é vermelho e à minha esquerda desce uma escada igualmente vermelha. À nossa frente, à mesma altura, abre-se uma porta e aparece um homem sorridente que, alegre, vem em minha direção. Ele se aproxima bem, para e me diz: “Mostre a língua!”. Mostro a língua e ele leva a mão ao bolso, tira um canivete, abre-o e põe a lâmina bem perto de minha língua. Ele diz: “Agora lhe cortaremos a língua”. Não ousou recolher a língua; ele se aproxima cada vez mais, até

quase tocá-la com a lâmina. No último momento ele recolhe a faca e diz: “Hoje ainda não, amanhã”. Ele dobra o canivete e o guarda no bolso (Canetti, 2010, n.p.).

As primeiras recordações são então tomadas de vermelho e essa cor tem uma recorrência significativa na obra. De que cor é a *língua* de Canetti? Ele não nos conta. Mas ali, com a língua de fora e uma lâmina próxima, tudo o que vê é em vermelho. Sua língua é vermelha? É o sangue da angústia que jorra? Em um segundo momento, uma língua e o vermelho retornam.

A mãe, narrando uma viagem de sua juventude à Romênia, de trenó, lhe conta que, desprevenidos e sem armas de fogo, ela e seu grupo foram atacados por lobos. Acabam, ao fim, sendo salvos por homens armados que, também de trenó, vieram ao encontro deles. A mãe conta ao filho o horror pelo qual passa nessa viagem e descreve a ele a língua vermelha do lobo morto. A narrativa da mãe, repetida como um mito – e repetida com gozo – sobre o lobo morto com sua língua vermelha de fora é bastante impressionante para Elias.

As mocinhas jovens que se ocupavam de afazeres domésticos na casa do avô Canetti, primeiras companheiras de infância do autor, contam a ele terríveis histórias de lobisomens, que muito o amedrontam. Por fim, última língua vermelha que aparece é a do pai – que gostava muito de se fantasiar –, vestido como lobo, em uma festa:

*Uma noite em que, apesar de tudo, eu havia conseguido adormecer, fui acordado por um enorme lobo se inclinando sobre a minha cama. **Pendia-lhe da boca uma imensa língua vermelha**, e ele bufava horivelmente. Gritei com todas as minhas forças: “Um lobo! Um lobo!”. **Ninguém me ouviu, ninguém acudiu**; eu gritava e chorava cada vez mais desesperado. Então surgiu uma mão que agarrou as orelhas do lobo e puxou-lhe a cabeça. Por trás, apareceu meu pai, rindo. Continuei a gritar: “Um lobo! Um lobo!”. **Queria que meu pai o espantasse**. Ele me mostrou a máscara do lobo em sua mão, não acreditei nele, por mais que ele dissesse: “Você não vê, era eu, não era um lobo de verdade”; não havia meio de me acalmar e eu continuava a soluçar e a berrar (Canetti, 2010, n.p., **Negritos meus**).*

A *imensa língua vermelha* retorna e dessa vez é ao pai – *enorme* licantropo antropomórfico à espreita – que ela pertence. Elias é o *filho do lobo*. Travestido de lobo, o pai, com sua língua vermelha coloca o pequeno Canetti numa posição que lhe causa

horror e *incômodo* (Freud, 1919 [2021]). O lobo é o pai, e a língua do lobo é a *língua*. Saíamos do concreto:

Lobo → Pai
Língua → *Língua*

Para dar sequência ao gesto analítico faz-se necessário deslocar alguns pontos de estabilidade e, em verdade, nos permitir abrir para sentidos outros. Não é o lobo que importa. Também não é o pai concreto, embora passe a ter, é claro, sua importância a partir do momento em que desempenha certa função do campo psíquico e campo simbólico da criança. *Elias*. O que importa é, precisamente, essa função – que não se vincula de forma imanente ao pai concreto – que no caso de *Elias Canetti* veio a calhar de coincidir entre a figura concreta do genitor e a função paterna. O que importa é o nome-do-pai, ou o não-do-pai, marca da falta da mãe e atestado de que ela é – como todo sujeito assujeitado ao simbólico – não toda.

Para além dessa repetibilidade desconcertante em que aparecem referências, em cadeia metonímica, a um vermelho, a uma língua vermelha e a referência a um lobo: o das histórias infantis, o da mãe com sua língua vermelha na neve – segundo Canetti o único animal com o qual ela parece se importar – e o pai como lobo com sua língua vermelha, o lobo também aparece no nome próprio de Louis. Louis *Wolfson*. O *sobrenome* de seu pai que deriva de *Wolf* – não em inglês, mas em alemão –, um outro *sobrenome* relativamente comum entre Judeus. *Wolfson* como filho do lobo. Para além dessa aproximação entre a representação palavra operando no texto e na vida dos dois autores, *Wolf* aparecendo e mostrando sua língua e *Wolf* do nome de seu pai, eu chamo a atenção para esse fato pela razão de ambos, Canetti e *Wolfson*, serem de famílias judias. Penso a partir daí que a derivação se dá de forma relativamente direta, entre *Wolf* (o *sobrenome*) e *Wolfson*. Em que medida o lobo tem algo a dizer sobre isso?

Com relação à língua vermelha que pende da boca do lobo, proponho o mesmo deslocamento. Não é a língua do lobo que importa, mas sim a *língua* do pai – como aquele que interdita – que convém levar em conta no estabelecimento dessa análise, marca da inserção no simbólico e no campo da palavra. A dualidade entre as formas de dizer do órgão e do sistema já é apontada por Souza Jr. que salienta que “não por acaso, curto-

circuitando o dentro e o fora do organismo que ela habita, se consagra em português na talvez mais célebre e mais banal das catacreses, passando inclusive despercebida como tal: a saber, a língua” (Souza Jr. 2019, p. 538). Assim é que apontar essa proximidade fonética e estrutural de ambos os significantes não é uma novidade. O deslize é possível. Souza Jr. segue:

Afinal, se, por um lado, a preexistência histórica do corpo naturante em relação à linguagem poderia fazer acreditar que foi precisamente o surgimento da linguagem o que permitiu, na esfera de várias línguas, nomear a si mesmas, enquanto idiomas, da mesma forma que haviam nomeado primeiramente a víscera; por outro, nós nos deparamos com uma circularidade tão logo notamos que não se dá nome a algo antes de haver uma língua com a qual se possa nomear (Souza Jr. 2019, p. 539).

A língua – órgão – nomeia a *língua* – sistema – mas apenas na medida em que existe uma língua – enquanto sistema –, é que esse órgão pode ser nomeado. Em verdade as possibilidades de língua não se distanciam de forma marcada, ou melhor, se distanciam, mas também se entranham uma vez que o corpo do sujeito falante é um corpo simbólico. Assujeitada ao Outro, a criança passa a representar e ser representada pela letra (Lacan, 1973 [1996]) não sendo mais um conjunto de sensações abstratas. Tendo condições de nomear seus membros, significá-los e falando de si, ser para além de um organismo. Adiante retomaremos a língua do pai. Por agora, sigamos com a intimidadora criatura antropomórfica que aterra Elias e que só pela língua é que pode fazê-lo.

A queixa de Elias é que “*Ninguém me ouviu, ninguém acudiu*”. É claro, é diante do pai que ele grita e é contra o pai que ele testemunha – embora ele ainda não o saiba. Não há, diante do nome-do-pai, meios pelos quais fazer oposição.

É impossível se opor à instância simbólica. Numa constituição psíquica “normal”, há a necessidade de ceder a interjeição, separar-se da união imaginária e simbiótica com o Outro materno. Essa função de separação é desempenhada pelo pai, uma vez que:

[...] ele intervém para proibir. É por isso que ele faz passar à categoria propriamente simbólica o objeto do desejo da mãe, de tal sorte que este deixa de ser somente um objeto imaginário – passa a ser, ainda por cima, destruído, proibido. É na medida em que, para desempenhar essa função, o pai intervém como personagem real, como [Eu], que esse [Eu] vem a se tornar um elemento eminentemente significante, constituindo o núcleo da identificação máxima, resultado supremo do complexo de Édipo (Lacan, 1999 [1957-1958], p. 235).

O nome-do-pai (S²), assim, tem o papel de significar o desejo do Outro materno (S¹). Atribui um sentido a esse significante primordial de forma retroativa e, nesse movimento, permite que se signifique o mundo. É só *a partir* da cadeia simbólica que se pode fazer oposição a ela, ou tentar. Assim é que apenas o não-do-pai pode salvar o filho dessa angústia sem nome.

O papel da mãe é o desejo da mãe. É capital. O desejo da mãe não é algo que se possa suportar assim, que lhes seja indiferente. Carrega sempre estragos. Um grande crocodilo em cuja boca vocês estão – a mãe é isso. Não se sabe o que lhe pode dar na telha, de estalo fechar sua bocarra. O desejo da mãe é isso. Então, tentei explicar que havia algo de tranquilizador. Digo-lhes coisas simples, estou improvisando, devo dizer. Há um rolo, de pedra, é claro, que lá está em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É o rolo que os põe a salvo se, de repente, aquilo se fecha (Lacan, 1992, [1969-1970], p. 105).

O falo é o que veta ou estanca o desejo da mãe. Em Canetti é o pai concreto, Jacques Elias, que não é o falo mas que o representa, que vem estancar o desejo materno e instituir a separação mãe-filho⁴⁷. Ele leva o *nome* – e o *não* – do pai, Elias, e ao pai ele devota seu amor. Se, se situar diante da cadeia simbólica coloca a criança em uma posição aterradora, na medida em que coloca o *infans* à mercê da linguagem, ela também propicia a criança a possibilidade de vir a ser como sujeito.

Voltemos ao texto de Canetti. Na sequência, nos conta o autor sobre os fatos que sucedem o “ataque do lobo”.

Assim se tornara real a história do lobisomem. Meu pai certamente não sabia o que me contavam as meninhas quando nos amontoávamos no escuro. Minha mãe se sentia culpada por causa da história do trenó, mas o repreendia pelo seu irrefreável gosto pelas máscaras. Nada havia que ele mais gostasse de fazer do que representar. Quando frequentava a escola em Viena, só tinha um desejo, o de tornar-se ator. Mas em Ruschuk o forçaram, sem dó, a entrar no negócio do pai (Canetti, 2010, n.p.).

⁴⁷ Nesse momento, ao propor essa aproximação entre “Falo” e “Nome-do-Pai”/“metáfora paterna”, o faço a partir da citação de Lacan e de minha compreensão da mesma. O que promove a aproximação entre os dois conceitos é, entendo, a possibilidade de conter o desejo excessivo da mãe e de instituir a criança na ordem simbólica. Isso não significa, por outro lado, que ambos os conceitos sejam coincidentes em sua definição.

Há um terror sem nome que precede a instância da letra, mas dessa última é que não há como fugir. Mesmo seu pai não tem condições de subverter a ordem e escapar da cadeia significante, por mais que seu desejo aponte para um outro caminho, a interdição faz com que *sem dó* ele entre no *negócio do pai*, que ele seja inscrito no campo simbólico. O Outro, compreendido aqui como o tesouro do simbólico, tudo abarca.

Sobre esse escrito: essa seção começa a se desemaranhar a partir do componente curricular de *Materialidades verbais e não verbais*. Em atividade conduzida pelo professor Valdir Prigol somos, enquanto turma, convidados a ler “*Teatro*”, de Bernardo Carvalho (2006). Nessa obra, uma expressão bastante sucinta me chama a atenção: “*língua pobre do meu pai*” (Carvalho, 2006, p. 22). Nesse trecho o personagem Daniel está dizendo ao leitor que tem algo a contá-lo mas que pode o fazer apenas nessa língua pobre. A partir daí, no mesmo CCR, escrevo um ensaio sobre essa expressão – e sobre a relação com a obra de Canetti – e dele se desdobra a construção dessa parte do texto.

Quando Daniel faz referência a “*língua pobre de meu pai*”, sou remetido a um outro texto, esse teórico (e já aqui citado). *Imigrantes: Incidências Subjetivas das Mudanças de Língua e País*, de Charles Melman (1992) apresenta a seguinte citação que faz referência a uma língua do pai:

A organização do desejo, assim como se opera na língua materna, não garante enquanto tal a faculdade de expressão deste desejo. Por esta razão, é justo chamá-la “língua materna” e distingui-la da língua paterna. Esta se caracterizaria assim: se você estiver lidando com uma língua onde o nome do pai que ela reivindica interdita a expressão do desejo ligado à sua língua materna, aí você estaria lidando com o que chamarei de língua paterna (Melman, 1992, pp. 59-60).

Melman, compreendo, nos dá aporte para pensar isso que chama de língua paterna a partir de um outro lugar. A forma como faz referência à língua paterna deixa perceber que não trata-se de uma forma de designar que sirva apenas para remarcar uma diferença com relação a aquela língua falada pela mãe (podemos pensar em casais bilíngues e numa distinção entre a língua de ambos os genitores) ou que seja a língua falada pelo pai (em situação de monoparentalidade masculina). Língua paterna é de outra ordem.

Se na língua paterna o desejo aparece menos marcado, se a expressão do desejo é interdita, talvez, a língua pobre do pai de Daniel seja, nesse sentido, “pobre de afeto”. Resta compreender, ou conjecturar, sobre o que Daniel quer dizer com essa língua pobre. Marco entre aspas, o “pobre de afeto”, para sinalizar que não é exatamente de uma pobreza que se trata, mas sim, de uma “contenção do excesso”.

Parece-me, a partir da descrição que constrói, que o que Melman chama nesse momento de língua paterna, tenha uma menor aproximação com a língua. Afinal, ela interdita o desejo ligado a língua materna. Se assim for, pode ser dito que a carga libidinal vinculada a essa língua seja menor e que o gozo vinculado a essa língua seja menos incidente. Em suma, que ela seja menos angustiante.

Nesse sentido nos voltamos para Wolfson (1970) e na sua relação, não com a língua materna, mas sim com a língua paterna.

*[...]cette après-midi à parler de fois à autre avec son père depuis que celui-ci était alors suffisamment complaisant envers lui à ce sujet, c'est-à-dire le père parlait en yiddish, volontiers sa propre langue maternelle, – car le fils, après son engouement pour l'étude de langues, avait demandé et demandait encore que son père ne lui parlât qu'en yiddish, langue ayant pour la plus grande partie les mêmes vocabulaire et morphologie que l'allemand, quoique les mêmes mots soient en général prononcés quelque différemment d'une langue à l'autre mais pour la plupart d'après certaines lois, et s'étant en fait développée des dialectes du moyen-haut allemand avec addition de beaucoup de vocables hébreux et d'un nombre restreint de vocables slaves (polonais et russes)⁴⁸ (Wolfson, 1970, n.p., **Negritos meus**).*

Existe, da parte do pai de Louis, uma demanda por esses encontros e embora não haja, ou ao menos não seja manifesta pelo autor, uma ânsia genuína de encontrar o pai esses encontros são para ele bastante benéficos. Nos encontros com o pai ele encontra uma outra possibilidade de dizer e ser dito. Embora esses encontros, é bem verdade, sejam motivados por uma questão financeira – condição do pai para o pagamento de uma mesada/pensão ao filho – existe aí um certo prazer, ou antes, alívio nesses encontros. Nesse momento, ao me utilizar do significante “alívio”, entendo que ele, legitimamente, possa ser lido a partir da psicanálise. Alívio de uma pressão, descarga pulsional.

⁴⁸ [...] certa tarde à falar vez ou outra com seu pai desde que ele se mostrou bastante condescendente com ele sobre esse assunto, quer dizer o pai falava em ídiche de bom grado, sua própria língua materna – pois o filho, após seu saboreamento pelo estudo de línguas, havia pedido e ainda pedia ainda para que seu pai falasse apenas em ídiche, língua tendo em sua maior parte, o mesmo vocabulário e morfologia que o alemão, embora as mesmas palavras sejam geralmente pronunciadas de maneira um pouco diferente de uma língua para a outra, mas na maioria das vezes de acordo com certas regras, e de fato tendo se desenvolvido de dialetos do alto alemão médio com a adição de muitos vocábulos em hebraico e um número restrito de vocábulos eslavos (poloneses e russos) (Wolfson, 1970, *tradução minha*, **Negritos meus**).

Por que entendo dessa forma? A relação de Louis com o inglês é, como visto anteriormente, bastante conflituosa. Ele evita ouvir, ele evita ler. Desvia os olhos de rótulos escritos em inglês e tapa os ouvidos quando sua mãe lhe dirige a palavra. Há uma angústia que vem com a mãe e com o inglês, sua auto declarada língua materna, a língua de sua mãe.

Nesse momento, em se tratando de sua relação com o pai e com as línguas que fazem a mediação dessa relação, como vimos acima, as coisas se dão em um outro nível. Chamo a atenção para o fato de que são duas – ídiche e alemão – e que Louis atribui uma significativa importância aos vocábulos.

Me interessa essa referência ao uso de “vocábulo” em seu escrito pois denota, compreendo, uma maior aproximação com a gramática. Ele não fala das palavras que se diferem em cada língua, mas de forma formal, científica e – em alguma medida – desafetada, dos *vocábulos* que vindo de outras línguas “produzem” o alemão.

No mesmo sentido – da argumentação que exporei na sequência – a referência às duas línguas, ou, o trânsito formal entre essas duas é bastante interessante. Parece-me, pela forma como Louis faz referência a elas, existe aí uma ênfase maior em uma tentativa de comunicação “pura e simples”. Se a língua materna é uma língua que afeta o sujeito como apenas ela pode fazê-lo, nesse movimento interlinguístico Louis se defende desse afeto que lhe é invasivo e angustiante.

A gramática tem, nessas línguas que lhe são estrangeiras, um papel bastante importante. Se a língua materna escapa a totalidade da representação pela gramática (Milner, 2016), em Wolfson há quase que um movimento inverso, a gramática sendo sua proteção contra um engolfamento pela língua materna.

Nessa possibilidade de língua do pai – sustentada mais na gramática do que na *lalação* – Wolfson tem um modo distinto de se relacionar e, como exposto acima, um alívio da tensão. Pode ouvir e falar de forma despreocupada e “desafetada”. Ele pode *saborear*⁴⁹ as palavras, diferentemente do que ocorre com o inglês, com suas palavras que lhe são invasivas, e diferentemente da comida – que ele engole compulsivamente quando

⁴⁹ Wolfson, no texto que tenho analisado, usa o significante *engouement*, que em uma tradução literal para o português seria traduzido por “entusiasmo”. Em um movimento de transliteração amparado em Allouch (2007) proponho, em minha escolha de tradução, “saboreamento”. Deslizamento proposto a partir de “*engoutement*”, jogo que se dá – lapso? – a partir de *engouement* (entusiasmo) e *gôûter* (sabor). Considerando os modos como chego a esse significante e as condições de enunciação do autor, opto pela manutenção de “saboreamento” em meu texto.

sua mãe não está em casa, buscando ingerir um máximo de calorias sem um interesse de efetivamente saborear os alimentos.

Ainda, retomo, se para Melman existe uma diferenciação entre a língua paterna e a língua materna, e elas se assentam no mesmo código linguístico, à que se referem essas conceituações? A língua materna é língua na qual se pode dizer de uma outra forma, mas uma língua na qual não se pode dizer tudo. Uma língua que afeta o sujeito de modo como nenhuma outra pode, uma língua de amores e de dores. A língua paterna, por outro lado, trabalha para uma cessação dessa dimensão excessivamente afetiva. Interdita o desejo.

Essas línguas que saem das bocas, do pai e da mãe, são de igual ordem? São de ordem distinta? De que se tratam?

Melman nos ajuda a compreender que, se língua materna e língua paterna são elementos distintos e se assentam no mesmo código linguístico, elas talvez possam ser entendidas como designações que fazem referência a elementos que são de outra ordem. De antemão, arrisco considerar que o que Melman *chama* de língua paterna trabalhe, talvez, para uma reatualização e presentificação da metáfora paterna.

Talvez a forma de dizer – *língua* – se mantenha, mas por meio de um deslocamento de significações faça referência – nesses campos de conhecimento – a um elemento de outra ordem. Língua, quando a psicanálise fala de língua materna e língua paterna, talvez seja uma metáfora. Resta saber, ou conjecturar, as razões pelas quais, sendo um pouco assustadora, projetando-se para fora da bocarra do simbólico ela é tão potente e acolhedora.

2.3 *Verwerfung des Namens des Vaters*⁵⁰

Nas seções anteriores discorri sobre a entrada de Canetti nessa língua em que se enuncia como mestre e que o afeta como nenhuma outra o faz – assumindo que essas possibilidades e efeitos se sedimentam sobre o alemão – e, na sequência, de forma mais detalhada, sobre a função que Elias Canetti (pai) tem na instauração da linguagem e consequente constituição do sujeito, ou seja, enquanto metáfora, como não e como nome-do-pai.

Nesse momento retorno para um ponto – de interrogação, talvez – que tangencia a relação dos autores aqui trabalhados com suas possibilidades de se dizer ou não em sua

⁵⁰ Foraclusão do nome do pai.

língua materna. Retorno a Wolfson e à sua relação com a língua materna e com a linguagem, relação que é marcada por atravessamentos importantes. Essa é a razão que assumo para existir entre a seção em que trato da inserção de Canetti na língua do amor dos pais, e essa, uma outra, que trata da metáfora paterna. Aqui ela tem um papel importante. Se a relação com a língua materna é, como temos visto, marcada sempre por especificidades da relação do sujeito com a mesma na medida em que ela é extremamente carregada libidinalmente, em Wolfson talvez essa relação seja ainda mais específica.

Louis Wolfson é autodeclarado esquizofrênico e diz de sua condição mental de uma série de formas distintas: “*étudiant de langues schizophrénique*” já no título do texto, “*jeune homme malade mentalement*” e ainda “*le jeune homme psychotique*”. Essas considerações sobre si, sempre em terceira pessoa, que aparecem em alguma medida como um eco – ele é um estudante de línguas, não de psiquiatria de modo que o diagnóstico não parte dele –, aparentemente se sustentam uma vez que o autor foi segundo ele mesmo, por vezes, internado por diversas vezes em hospitais psiquiátricos de forma compulsória.

Milner (2016) faz referência ao texto do autor e considera que a sua língua é a soma de todas as línguas não maternas. A obra também é citada em *A língua inatingível*, de Pêcheux e Fuchs. Ali os autores afirmam que:

Nessa linhagem de loucos pela língua: Schreber e suas “vozes” que o interpelam em “língua fundamental” (*Ursprache*); Jean-Pierre Brisset, que busca a verdade da origem da humanidade na língua, por segmentações e jogos de palavras em forma de trocadilhos; L. Wolfson, “o estudante de língua esquizofrênica”, como ele mesmo se autodenomina, cuja língua materna feria tanto os ouvidos que foi preciso, no seu amor-ódio por ela, que ele estabelecesse um sistema de “tradução instantânea” que convertesse rapidamente todo vocábulo inglês em uma palavra de alguma língua estrangeira próxima no sentido e no significante. (p46)

Embora o caso de Wolfson seja estudado por diversos autores do campo da psicanálise como um caso de esquizofrenia (Marini, 2010), sendo compreendido por Generoso que: “é um caso exemplar do modo de funcionamento da linguagem na esquizofrenia” (Generoso, 2008, p. 278), não é possível encontrar, no momento em que essas linhas são redigidas, muitas informações sobre sua vida pessoal para além daquilo que ele atesta em seu texto. Sabemos que nasceu nos Estados Unidos, no ano de 1931, e em idade precoce foi diagnosticado com esquizofrenia.

Essa obra aparece aqui, não pela esquizofrenia de Wolfson, embora esse fato também me interesse, mas ela é *escolhida* como parte do arquivo pela relação muito

específica que o autor mantém com o que reconhece como sua língua materna. Seu movimento de tradução busca *destruir* os sons da língua materna, embora exista uma lógica que sustenta e mantém caracteres do inglês na palavra por ele escolhida. Ainda, sustenta uma palavra em língua inglesa na medida em que foneticamente ela seja equivalente a outra, de mesmo sentido, em uma das línguas que estuda. Para além desse movimento tradutório, Wolfson convoca seu corpo para afastar essas palavras que vem da mãe. Faz isso tapando seus ouvidos com os dedos, faz isso abafando os sons que vem de fora com os fones de um *Walkman*. É a relação muito singular de Wolfson com sua língua materna, em uma perspectiva que claramente transcende o código, que me faz pensar que haja, com relação à potência da língua materna, algo que seja de outra ordem, ou que a concepção de língua aí implicada congregue elementos outros para além do código. Não é um esquecimento, não é um lapso e substituição de letras, é a *destruição* de uma língua que para ele é tão violenta que “Wolfson não pode ouvir falar sua língua ou, para ser mais preciso, sente como um rasgo feito em seu corpo enquanto invólucro de seu espaço corporal, toda possível erupção em sua cabeça de uma palavra dessa língua” (Aulagnier, 1990, p. 63).

A relação que ele mantém com a mãe, relação que se estende para a relação com sua – ele a nomeia – língua materna, ganha expressão em seu corpo, em seu sintoma. Contudo, como tenho compreendido, Wolfson constrói uma relação singular com a possibilidade de língua – não são singulares todas as relações de todos os falantes com sua(s) língua(s)? – desde antes de começar a tampar seus ouvidos para não ouvir o inglês. Ainda criança, e sobre isso ele não dá muitos detalhes, a possibilidade de se enunciar em inglês, até então sua “única língua”, escapa a ele:

Et c'était sans doute quelque ridicule pour le schizophrène que de commencer l'étude de plusieurs langues étrangères en vue de la lutte qu'il avait eue pour bien apprendre sa langue maternelle, ayant pu parler seulement à un âge plus attardé que la moyenne pour cette capacité (Wolfson, 1970, np.).

Revuz (2001. p. 221) considera que começar o aprendizado de uma língua estrangeira convoca o *fallasser* a assumir uma posição em que não se sabe dizer e retornar a posição de *infans*, assumindo-se incapaz de dizer na língua. É *em alguma medida* que isso se passa com Wolfson, já que por não falar o inglês ele vai, mais tarde, buscar a possibilidade de se expressar em línguas outras. Por outro lado, é possível considerar que

o movimento do autor tenha sido diferente. Não é como se ele buscasse essas línguas outras de forma deliberada para “agregar” uma nova língua, embora isso aconteça de fato. Como tenho compreendido, essa busca por “línguas outras” se dá como um reflexo da necessidade de poder – se – dizer.

Entendo que, na relação com a língua inglesa e com as línguas outras que fala, Wolfson não usa o inglês como uma base sólida para posterior aprendizado de outras, ele atravessa o inglês na busca dessas línguas. É como se o inglês que ele aprendeu tão tarde na vida fosse, de alguma maneira, suprimido e só a muito custo – psíquico – tem condições de aparecer. De onde vem essa supressão da língua?

Anteriormente nos aproximamos de uma forma de compreensão da relação que Canetti tem com sua inserção na língua/efeitos dessa inserção em sua possibilidade de ser sujeito⁵¹. Nessa seção repito esse movimento, olhando agora para Wolfson e para a sua condição específica. Tenho compreendido que os sintomas de Wolfson – entendidos aqui como *sinais* – bem como determinados pontos acerca de sua relação com a mãe e com o inglês – não são também sintomas? –, já discutidos nos capítulos anteriores, têm relação com a condição de Wolfson, sua possibilidade de ser no mundo e sua possibilidade de relação com a linguagem. Nesse sentido, faço referência à sua condição, não de psicótico, mas de *estudante* de línguas psicótico, ou, se desejarmos um preciosismo, jovem homem esquizofrênico ou *estudante* de línguas esquizofrênico. Seu sintoma o aflige mas ele faz algo com ele. Ainda que, como citado acima, não é pela psicose de Wolfson que sua obra figura no arquivo desta pesquisa mas sim por sua relação singular com a língua materna, cabe compreender o que na psicose de Wolfson atravessa a sua relação com o inglês. Cabe voltar a atenção para o modo como se dá a relação com a linguagem na psicose.

Vimos acima que o sujeito se constitui na medida em que é atravessado pela linguagem, tendo a dita língua materna um papel importante nesse sentido, uma vez que acaba se entrelaçando – embora comporte elementos para além do estritamente linguístico – com a língua falada pelos pais da criança. Na medida em que se dão os processos de alienação e separação, o pai ou seu equivalente promove uma separação na relação dual mãe-criança e forma-se a triangulação edípica e entrada do sujeito no campo do simbólico.

⁵¹ Considero que é uma forma de compreensão pois, mais uma vez, trata-se de uma interpretação e um modelo argumentativo que não se pretendem totalizantes.

De maneira simplificada é possível dizer que a psicose é uma perturbação na forma como o sujeito se relaciona com a realidade. Guerra (2010) considera que ao ser transformada em objeto da psiquiatria, a – até então – loucura foi esvaziada de sua dimensão simbólica e subjetiva, reduzida à categoria de doença mental e, portanto, patologizada. Essa mudança de perspectiva apaga sua posição como expressão singular da existência humana. Em contrapartida Lacan observou que a especificidade do delírio psicótico – suas construções simbólicas próprias, aparentemente desconexas – revela uma lógica particular de funcionamento subjetivo. A experiência psicótica, com suas alucinações, delírios e angústias, aponta para uma estrutura distinta e outro modo de relação com o Outro e com o corpo, que não pode ser compreendido apenas como falho, mas como uma forma singular de organização psíquica. Para Lacan (2020) o caráter clínico que se apresenta na psicose se distingue por uma relação com a realidade que é profundamente subvertida, o delírio.

Guerra (2010) ainda considera que a contribuição decisiva de Lacan no que tange as psicoses reside na concepção da forclusão do nome-do-pai como operação estrutural em suas gêneses. O nome-do-pai, como vimos na seção anterior, vem como significante que, marcando a interjeição e separação entre a mãe e a criança permite que essa última adentre no campo simbólico. Com relação a forclusão, Lacan pontua que:

A respeito da *Verwerfung*, Freud diz que o sujeito não queria nada saber da castração, mesmo no sentido do recalque. Com efeito, no sentido do recalque, sabe-se ainda algo daquilo de que nem mesmo não se quer, de uma certa maneira, nada saber, e cabe à análise nos ter mostrado que se sabe isso muitíssimo bem. Se há coisas de que o paciente não quer nada saber, mesmo no sentido do recalque isso supõe um outro mecanismo. E como a palavra *Verwerfung* aparece em conexão direta com essa frase e também com algumas páginas antes, eu me apodero dela. Não me preno especialmente ao termo, preno-me ao que ele quer dizer, e creio que Freud quis dizer isso (p. 173).

Enquanto no recalque – próprio das estruturas neuróticas – o sujeito nega a possibilidade da castração, mas ainda assim mantém algum tipo de relação inconsciente com ela, na forclusão o nome-do-pai como significante da interdição e da castração é completamente excluído do campo simbólico. Essa exclusão impede a constituição da já citada triangulação simbólica – criança-mãe-pai – que organiza o desejo e regula o acesso ao Outro através da lei. Assim, quando Lacan afirma que se "apodera" do termo *Verwerfung*, ele busca, compreendo, dar conta dessa operação mais radical que o recalque: não se trata de reprimir um conteúdo, mas de jamais tê-lo inscrito no simbólico.

Há então um comprometimento da estruturação do sujeito e do acesso pleno à linguagem e à realidade compartilhada.

Guerra (2010) ainda salienta que nesse quadro, o significante que veicula a Lei e sustenta o desejo não se inscreve no Outro, deixando um furo no campo simbólico. Como efeito, o sujeito se vê imerso numa linguagem sem ancoragem simbólica, recorrendo às palavras como substitutos das coisas – um retorno do gozo no corpo, tal como observado na esquizofrenia. O delírio, portanto, não é mero sintoma desorganizado, mas uma tentativa de estabilização subjetiva, uma construção metafórica que busca nomear o que não pôde ser simbolizado originalmente. A não inscrição do nome-do-pai achata o esquema L, provocando uma sobreposição entre os registros do imaginário e do simbólico, o que afeta profundamente a constituição do sujeito na linguagem e sua possibilidade de se nomear. Dessa forma, compreender a estrutura psicótica permite não apenas reconhecer a diferença radical desses sujeitos, mas também valorizar as soluções que produzem para se estabilizar no laço social.

O nó volta mais uma vez e é possível compreender que as problemáticas de Wolfson com relação ao inglês são constitutivas, na medida em que estão na gênese de sua constituição, e um reflexo muito singular e específico de sua relação com o campo simbólico. Me questiono, a partir disso, acerca de em que medida a problemática de Wolfson é com o inglês enquanto língua materna e em que medida a negação do inglês é uma negação da mãe, compreendendo que, em sua narrativa a mãe e sua língua por vezes se confundem.

Não acredito que é uma repressão da libido associada à língua materna, pelo contrário. Compreendo que há um deslocamento (parcial, pois a mãe ainda é angustiante) das angústias relativas à mãe para o inglês (que por ser *língua* da mãe é uma parte da mãe) e depois uma supressão do inglês (mais possível do que tirar a mãe de cena). Faço essas considerações a partir da descrição que Wolfson faz da mãe no texto e da relação com ela – a violência com que ela, lançando mão de seus sons, o ataca, a violência de suas palavras – da qual dá testemunho. Para além da conturbada relação a nível da língua, sem deixar de ser a nível de língua, há algo aí que é da ordem de sua constituição.

Le jeune homme avait été dans beaucoup d'hôpitaux d'aliénés, presque toutes les fois son transport, sinon aussi son admission automatique, ayant été arrangé préalablement et à son insu par sa mère, comme très souvent on le fait d'une telle manière sournoise avec les gens que les psychiatres jugent ou du moins disent malades. En ce cas le diagnostic

*avait été la schizophrénie, terme emprunté au grec et qui veut dire étymologiquement : esprit fendu. Sa mère tenait en effet le rôle déterminant et définitif dans les décisions importantes de l'hospitaliser ou non*⁵² (Wolfson, 1970, np.).

Podemos considerar que desses processos violentos de internação forçada, marcas permaneceram em Wolfson e na relação com sua mãe. Constrói-se por vezes narrativas de uma relação da criança com a mãe, na qual por uma visão romantizada que nos atravessa enquanto sujeitos ocidentais marcados pelo cristianismo, podemos pensar, ou idealizar, como algo necessariamente positivo e agradável para a mãe e para a criança.

A ideia de uma mãe que é casta, pura, que é puro amor e devoção por seus filhos, para além de determinar posições para as mulheres – mãe (que virgem concebeu o menino Jesus), por isso menos mulher – determina também modos de compreensão da relação dual mãe-criança. Nessa perspectiva, a própria relação com a língua materna seria, necessariamente, ou possivelmente, algo agradável, positivo, ou amoroso – a mãe que, sorrindo e corada, descasca uma fruta para a criança que se recupera de uma mazela.

Fato é, que se entendermos com Milner (2016) que a língua materna possui uma função de excesso e que esse excesso não se restringe a sua representação pela incompleta gramática, mas abarca também a possibilidade de o sujeito afetar-se por ela – aposta dessa tese –, devemos considerar que os modos como ela afeta esse sujeito são os mais diversos, e esse balizamento positivo da relação do falante com a língua materna não se sustenta como uma verdade.

Esse excesso, essa violência, compreendo, se relacionam com a impossibilidade de um terceiro termo mediando a relação de Wolfson com sua mãe, Nome-do-Pai forcluído. Sem isso, a mãe e sua língua o invadem e a condição que ele tem para se haver com isso é deslocando-se para outra língua, buscando novas possibilidades de dizer – daí a brincadeira com o título dessa seção, dizer de um outro modo, para que se diga. Na seção seguinte, avancemos discutindo as distintas relações com as distintas possibilidades de língua.

⁵² *O jovem havia estado em muitos hospitais psiquiátricos, sendo que quase todas as vezes seu transporte — senão também sua internação automática — havia sido previamente arranjado e sem seu conhecimento por sua mãe, como frequentemente se faz de maneira sorrateira com pessoas que os psiquiatras consideram, ou ao menos dizem ser, doentes. Nesse caso, o diagnóstico havia sido esquizofrenia, termo emprestado do grego que significa, etimologicamente: espírito dividido. Sua mãe exercia, de fato, o papel determinante e definitivo nas decisões importantes sobre interná-lo ou não.*

2.4 Segunda cisão – Outra relação com a linguagem

A partir do trabalho desenvolvido até então podemos compreender que algo se desloca na relação dos dois autores aqui trabalhados com as suas línguas. Canetti marca como sua língua materna o espanhol/ladino, mas vai, depois, ser profundamente marcado pelo alemão. Wolfson por outro lado denega o inglês e vai se dizer a partir do francês, com marcas da língua que reconhece como materna – na medida em que busca similitude entre as consoantes das palavras, no inglês e na língua para a qual traduz. Isso permite pensar que o fato de ser materna não é estanque. Essa possibilidade de deslocamento entre línguas que têm condições de se fazer materna é uma inquietação que a muito me acompanha.

Em minhas leituras sobre língua materna para a construção de minha já citada dissertação, me deparo com textos e autores que acenam para a possibilidade de mudança de língua materna e algumas questões ficam para as pesquisas futuras, já que naquele momento esse não era o foco e tampouco havia possibilidade de resolução. Por que algo que é tão importante para a construção do sujeito muda? Por qual razão isso se dá? *Como* isso se dá?

Um ponto a ser discutido eventualmente que pode colaborar na resolução dessa problemática [realizar ou não a entrevista na língua nativa dos entrevistados], se não nesta pesquisa, mas em outras que versem sobre o mesmo tema, é a possibilidade de mudança de língua materna, tal como apontado por Altenhofen (2002). Entendemos que aqui não se faria possível, pois antes de compreendermos se é factível ou não uma mudança de língua materna, faz-se necessário compreender o que é de fato que queremos dizer ao falar sobre *língua materna*. Essa é, entretanto, uma discussão bastante interessante, pois pode diluir ainda mais essas separações entre a língua materna e a língua do outro, possibilitando assim uma forma de “contornar” esse já apontado problema de tradução na realização de pesquisas com imigrantes (Mattos, 2021).

Mudança? Christaki (2012), ainda no resumo de seu ensaio clínico *Língua materna: traumatismo e transmissão*, salienta que: “A língua materna é, ao mesmo tempo, um encontro constitutivo do sujeito e um lugar de transmissão. Nos casos em que a língua é *esquecida, perdida*, ou mesmo em que é vivida como um ‘não lugar’” (Christaki, 2012, p. 27, *grifos meus*).

Embora já tenhamos visto que ambos os autores escrevem em línguas que não aquelas nas quais são primeiro inseridos quando criança, convém pensar sobre os status e as relações de cada um dos dois com essas línguas e a forma como as encaram. Canetti

nessa obra não fala de *mudança* de língua materna. Tampouco fala em *perda* de língua ou qualquer coisa que o valha. Entretanto, ele transita por muitas línguas e, nesse trânsito, em alguma medida, se desloca entre elas:

Entre si, meus pais falavam alemão, do que eu nada devia entender. Conosco, os filhos, e com todos os parentes e amigos, falavam em ladino. Essa era, afinal, a língua corrente, aliás um castelhano antigo, que também mais tarde ouvi com frequência e jamais esqueci. As meninas camponesas que ficavam em nossa casa só falavam búlgaro, e com certeza foi com elas, principalmente, que eu o aprendi. Mas como jamais frequentei uma escola búlgara, e abandonei Ruschuk com seis anos, em breve o esqueci completamente (Canetti, 2010, n.p.).

No recorte acima Canetti nos mostra, na prática, o atravessamento pelas diversas línguas e as diferentes formas de relação com cada uma delas. Chamo a atenção para a construção, acerca do alemão: “*eu nada devia entender*”. Ora, o alemão como língua de amor do casal era... do casal. Entendo a partir desse enunciado que, mais do que o alemão ser uma língua que escapa ao entendimento do filho, ela é uma língua que é usada em alguma medida *justamente* para escapar ao entendimento do filho, já que ele *nada devia entender*.

A língua destinada a ele – que, ainda que seja o primogênito e tenha o *nome-do-pai*, é uma criança – é o ladino, esse castelhano antigo que depois ele irá referenciar como sua língua materna. Ambas as línguas, compreendo, são línguas de família. Línguas maternas, se quisermos, em uma concepção que compreenda língua materna como aquela primeira falada em casa, pela família, língua dos pares. O mesmo se dá em alguma medida com o búlgaro, essa língua que aprende, não com a família mas com as companheiras de brincadeira. Para ele:

Todos os acontecimentos daqueles primeiros anos se desenrolaram em ladino ou búlgaro. Mais tarde se traduziram, em grande parte, para o alemão. Apenas as ocorrências mais dramáticas, mortes e assassinatos, por assim dizer, e os meus maiores sustos, conservaram-se para mim em ladino, mas nesse caso de forma muito precisa e indelével. Todo o resto, portanto a maior parte, e principalmente tudo quanto era búlgaro, como os contos, trago na cabeça em língua alemã (Canetti, 2010, n.p.).

Vimos no capítulo anterior que é o alemão que para Canetti ocupa esse lugar de uma língua libidinalmente investida que é possível compreender como sua *dita língua materna*, não é esse exatamente o ponto aqui. O que opera nesse processo de tradução apontado por Canetti?

Como tenho compreendido até então, uma mudança de língua materna, estritamente falando, parece pouco possível. Por *mudança*, faço referência a um processo em que o sujeito “apagaria” sua língua anterior, indo de uma à outra sem resquícios de sua língua de “antes”, já que não é “expansão”, é *mudança* (com Christaki, 2012, penso aqui na referência de uma língua que é esquecida ou perdida). Reconheço nessa possibilidade alguns problemas.

O primeiro ponto é que a língua materna não é computável, então não haveria como ser “língua anterior” para ser apagada, ela existiria concomitantemente. Se computável, e possível de ser contada ela seria então outra coisa – talvez até mesmo poderia ser chamada de língua materna, mas não na perspectiva a partir da qual a delineio. Ainda, mesmo que possível esse apagamento da língua, ele precisaria ser totalmente desafetado libidinalmente. Por quê? Do contrário, ainda que o sujeito esqueça a língua na qual aprendeu a falar e aprendeu a se dizer, ainda que esqueça a assim chamada língua materna, se isso se der a partir de um processo repressivo e em razão desse processo ela permanecer esquecida, inconsciente, recalcada, não é possível, compreendo, falar em *mudança* de língua materna.

Considerando o mecanismo da repressão e a força que ela exerce para manter conteúdos recalçados, não é possível considerar que um conteúdo recalçado tenha deixado de existir, entendimento basilar da psicanálise. Assim, uma vez que não é nem de longe possível supor que uma língua deixaria de existir e que o mecanismo da repressão não se faz necessário para explicar isso (que a língua não deixa de existir, o mesmo que se dá com um conteúdo reprimido, mas a nível social, e não no sujeito), a ideia da repressão operando no sujeito para reprimir a língua faz referência, necessariamente, a sua possibilidade de operar como língua materna para aquele sujeito. Assim, com investimento em alguma medida e possibilidade de afetar o sujeito, ou o afetando, pela condição mesma de estar reprimida, não me parece possível dizer que ela foi perdida. Também não considero adequado considerar que o que se dá é apenas um processo de tradução. Em verdade ele acontece, já que retroativamente Canetti significa esses conteúdos de sua infância não mais em ladino mas em alemão.

Não considero que o alemão seja a língua materna de Canetti *per si*, primeira língua com capacidade de se fazer materna para ele. Também não entendo que caiba desprezar a carga libidinal que se apresenta no alemão e considerar que *apesar disso* sua língua materna é o ladino. Mudança?

O alemão que ele aprende apenas mais tarde em sua infância, depois do ladino, do búlgaro, do inglês e do francês, já o envolve quando ainda muito pequeno, já que era a língua do amor dos pais e na qual eles falavam entre si. Canetti diz sobre a sua aprendizagem do alemão:

[...] renasci, sob a influência materna, para a língua alemã, e sob a dor desse parto surgiu em mim a paixão que me uniu a ambas, a essa língua e a minha mãe. Sem as duas, que eram uma e a mesma coisa, o decurso posterior de minha vida teria sido incompreensível e sem sentido (Canetti, 2010, n.p.).

Assim o alemão é a quinta língua, compreendendo língua como código, que Canetti aprende e portanto uma compreensão de língua materna como necessariamente coincidente com primeira língua é aqui questionada.

Canetti promove neste recorte essa aproximação entre sua mãe e a língua que é sua língua de (sofrimento) paixão – da juventude – (e prece) (Derrida, 2016, p. 14). Considero interessante o fato de que ele promove essa identificação entre a mãe e essa língua que não é exatamente nem a sua primeira língua nem aquela que, linhas gerais, seria considerada a língua de sua mãe. A ligação entre Mathilde Arditti e o alemão é libidinal e se constrói quando já não é mais uma criança. Não há espaço aqui para nacionalismo ou instituição linguística.

Claro, considerando como tenho considerado que pela forma como o alemão afeta o autor sendo que nessa língua ele *renasce* e traduz para o alemão memórias da infância, seja possível considerar o alemão como sua língua materna, uma vez que ela chega à sua vida com potência e violência, um dolorido parto em que se confundem e se fundem a língua e mãe. A mãe e uma língua que não é dela, mas que é dela e daquele de quem Elias Canetti leva o nome/não. Compreendo, desse apaixonante encontro, dessa investida relação, surge algo de muito potente e podem ser reconhecidas no alemão de Canetti marcas da língua materna. Mas o que diz ele?

Não me deixei confundir; eu tinha que sabê-lo, disse eu, pois o espanhol era a minha língua materna. Enfrentamo-nos perante toda a classe, nenhum de nós querendo ceder; fiquei aborrecido porque ele não reconheceu o meu direito ao espanhol (Canetti, 2010, n.p.).

Ora, a despeito da forma como o alemão marca Canetti e da importância que tem em sua história de vida – língua do amor dos pais, língua do pai – é o espanhol que ele considera como sua língua materna. É em espanhol que ele ouviu suas primeiras canções infantis e romances.

Assim, fecha-se em espanhol a língua materna de Elias e despreza-se a sua relação com o alemão, diz-se que é de outra ordem, que é outra coisa? Ignora-se a compreensão do sujeito que diz de si e compreende-se que, embora ele diga que o espanhol é sua língua materna talvez ele só esteja querendo dizer que ele é a sua primeira língua, a língua que aprendeu com a mãe? Ambas as possibilidades de compreensão fazem certo sentido, a primeira por respeitar a forma como o enunciador diz de si, e a segunda – fazendo mais sentido ainda – por ser possível compreender que o autor use a expressão língua materna não em um sentido teórico – que busco aqui investigar – mas em um sentido corriqueiro tal como circula já a muito tempo e como circulava na primeira metade do século XX.

Entretanto, ainda que essas possibilidades façam sentido, o próprio autor nos aponta um outro caminho. Diz ele:

Parece-me perfeitamente natural que eu agora as escreva e não tenha a impressão de estar alterando ou adulterando alguma coisa. Não é como a tradução literária de um livro, de um idioma para outro; é antes uma tradução espontânea que se produziu no inconsciente, e como costume evitar como a peste essa palavra, cujo uso indiscriminado tornou inócua, espero que me seja relevado o seu uso neste só e único caso (Canetti, 2010, n.p.).

Apresento o recorte acima antes de dar sequência e recorro a Melman (1992, p. 16) que considera que:

Do ponto de vista linguístico, nada se opõe à penetração de uma língua por outra língua [...] Por outro lado, o inconsciente não cria nenhum obstáculo à mixagem das línguas. Pode reter em seu seio palavras, locuções, fragmentos inteiros de discursos tomados de uma língua da infância que em seguida tornou-se estrangeira. O inconsciente não é nem nacionalista nem xenófobo.

Pode-se compreender que há em Canetti uma coexistência entre as línguas, não em paralelo, mas como extensão. Em alguma medida se cruzam uma e outra e se entrelaçam. Daí ser possível que ele não reconheça estar “adulterando alguma coisa”, já que, como ele bem pontua, esse processo é inconsciente e o enlace entre as línguas é uma condição de seu funcionamento.

Nessa perspectiva, talvez, a língua materna de Canetti seja o espanhol & o alemão, assim como a língua materna do tradutor é aquela que se constrói *entre* o original a partir do qual traduz e a *sua* língua. Claro, essa compreensão que sustenta espanhol e alemão, ambas, como língua materna de Canetti só ganha corpo e só é possível a partir da firme asserção do autor: “*o espanhol era a minha língua materna*”.

Era? Indicação do passado? O Canetti que discute com o professor em sala de aula sobre a pronúncia em espanhol da palavra *Desaguadero* não é o mesmo Canetti que escreve, em alemão, a quarta língua que aprende na vida, suas memórias. Como exercício de análise, é possível dizer, também, que há indícios que permitem compreender que, na prática, tenha havido de fato uma mudança de língua materna em Canetti, não por um evento traumático com relação ao espanhol ou as relações que se sustentam a partir dessa língua, mas apenas por haver, com relação ao alemão, um investimento libidinal extremamente potente, por parte dos pais, por parte da mãe (nessa língua do amor entre ela e o Canetti pai) e por parte dele (nessa língua que em alguma medida é da mãe e é do pai).

Wolfson, como vimos e como temos visto, tem uma relação extremamente conflituosa com o inglês, tanto é que o mesmo se dedica ao estudo de línguas outras e escreve sua obra em francês. Ainda assim o autor refere-se ao inglês como sua língua materna, ou antes, língua materna *dele*, já que o texto é escrito em terceira pessoa.

Poursuivant avec une vraie manie ces études, il tâchait systématiquement de ne pas écouter sa langue maternelle, qu'employait exclusivement son entourage et qui est parlée par plus de gens que n'importe quelle autre, excepté le chinois [...](Wolfson, 1970, n.p.)⁵³.

⁵³ Prosseguindo com uma verdadeira obsessão por esses estudos, ele se esforçava sistematicamente para não ouvir sua língua materna, utilizada exclusivamente por seu entorno e que é falada por mais pessoas do que qualquer outra, exceto o chinês [...](Wolfson, 1970, n.p.).

Creio que embora no enunciado de Wolfson exista uma associação direta entre o inglês e língua materna, e que ainda assim possa ser aventada a ideia de que algo fica de fora dessa sua compreensão de língua, já que, por outro lado, língua materna não se fecha em uma língua apenas, tendo a considerar o enunciado de Wolfson como muito coerente.

Não considero que o inglês seja a língua materna de Louis *apenas* por ele dizer que ela o é. Considero que o inglês seja sua língua materna justamente por ela ser uma língua que lhe invade de forma tão violenta e dolorosa. Se ele tem necessidade de aprender outras línguas para poder fugir dessa, não é possível dizer que ela passe despercebida, ou que ela seja uma língua entre outras. Assim, creio, no caso de Wolfson não é possível falar em mudança de língua materna, primeiramente porque ele reconhece o inglês como ocupando esse papel, e segundo, pelos próprios efeitos que ela tem sobre ele. A língua materna não é *só* uma língua de acolhimento e conforto, assim como a mãe não é *só* abraços e carinhos (mas também uma boca de crocodilo).

O que ocorre com Wolfson – e sua relação com suas línguas –, então? A relação de Wolfson com a língua inglesa é mediada pela relação com sua mãe e é para ele bastante traumática. Como tenho compreendido, essa dimensão que engloba língua e corpo envolve algo de um trauma que suprime – em alguma medida – essa língua.

Para explicar meu ponto, retomo Christaki (2012). Em um ensaio clínico produzido pela psicanalista ela apresenta o caso de Thomas, um menino cambojano de três anos que lhe é encaminhado para atendimento com um diagnóstico de autismo – questionado pela autora, que prefere o compreender como um garoto silencioso. Seus pais passaram a maior parte da infância em um campo de concentração para crianças mantido pelo Khmer vermelho e nesse espaço o silêncio das crianças era apreciado pelos familiares, já que, falando demais, poderiam entregar a própria família.

A mãe de Thomas, que fala com dificuldade o francês, explicou que as crianças durante o regime Khmer representavam um perigo para os adultos de sua família, já que eram frequentemente interrogadas de modo disfarçado por pessoas do regime: “Há pessoas que sabem ler e escrever na família, médicos e professores?”. Ela explica: “quando as crianças falavam, toda a família podia ser pega” (Christaki, 2012, p. 28).

O tio avô de Thomas, nesse contexto, foi bastante astucioso. Fingiu ser uma pessoa surda durante anos e isso em alguma medida garantiu, ou possibilitou, que toda a família sobrevivesse. A autora compreende que talvez esse regime de silenciamento, ou a possibilidade de silenciamento como algo “bom” tenha algo a ver com o silêncio de

Thomas. Nesse contexto, em razão da “necessidade” de silêncio se suprime a língua (materna).

Em Wolfson, compreendo, há algo de semelhante, não em histórico, mas em sintoma – entendido aqui como algo ou aquilo que tem que ver com o real e que, portanto, escapa ao sujeito – já que o próprio Wolfson salienta que só foi tarde na vida em que começou a aprender a falar.

Et c'était sans doute quelque ridicule pour le schizophrène que de commencer l'étude de plusieurs langues étrangères en vue de la lutte qu'il avait eue pour bien apprendre sa langue maternelle, ayant pu parler seulement à un âge plus tardé que la moyenne pour cette capacité. Et pour pouvoir lire convenablement cette langue, ça lui avait été une vraie bataille, ayant été incapable de diriger, de concentrer et de maintenir son attention de la moindre façon continue sur la matière de lecture, ayant trouvé celle-ci difficile à comprendre, sans intérêt, ni importance, et s'étant livré à des tics et à de mauvaises habitudes. En un mot il n'avait pas aimé lire et sans doute parce qu'il ne l'avait guère pu.⁵⁴

Possível considerar, principalmente levando em conta o quadro psiquiátrico de Wolfson, que por alguma razão, e não farei especulações sobre – não seriam mais do que isso – se dá um trauma e a língua é suprimida. Seria essa uma primeira negação da língua da mãe, que ele vai melhor desenvolver e elaborar posteriormente? Não aparecendo, nesse segundo momento, como uma incapacidade de fala mas sim como a necessidade de uma tradução, de uma forma muito distinta da de Canetti? Mais tarde, tendo mais condições de se haver com a linguagem como possibilidade e com as diferentes línguas, Wolfson se volta para seu estudo. Aprendizagem de língua escrita, alfabetização como processo de desmaternalização da língua, tal como proposto por Lacan (Lacan, 1973 [1996], p. 272).

Há algo de estrangeiro no inglês de Wolfson? Há algo de materno no seu francês? Não sei. Poderiam ser puras. Vejo em Wolfson e na sua relação com o inglês o mais

⁵⁴ E sem dúvida era algo um tanto ridículo para o esquizofrênico começar o estudo de várias línguas estrangeiras, considerando a luta que ele teve para aprender bem sua própria língua materna, tendo conseguido falar apenas em uma idade mais tardia que a média para essa capacidade. E para poder ler corretamente essa língua, isso foi uma verdadeira batalha para ele, pois era incapaz de dirigir, concentrar e manter sua atenção de forma minimamente contínua no conteúdo da leitura, achava isso difícil de entender, sem interesse nem importância, e se entregava a tiques e maus hábitos. Em uma palavra, ele não gostava de ler — e sem dúvida porque quase não conseguia (Wolfson, 1970, n.p.).

perfeito exemplo da relação do sujeito com a língua materna, uma língua extremamente potente, uma língua tão singular que é impossível ser contabilizada, uma língua que afeta o sujeito de uma forma tão inimaginável e tão insimbolizável que quase toca o real. Nesse sentido, com relação ao imbricamento entre as línguas, Coracini argumenta que:

[...] toda língua é estrangeira, *na medida em que* provoca em nós estranhamentos, e toda língua é materna, *na medida em que* nela nos inscrevemos, em que ela se faz ninho, lar, lugar de repouso e de aconchego; ou melhor, toda língua é materna e estrangeira ao mesmo tempo (Coracini, 2013. p. 48, *grifos meus*).

Reconheço como legítima a argumentação de Coracini a partir de minha leitura. Chamo a atenção, contudo, para a expressão “na medida em que”, locução conjuntiva causal, que a autora utiliza para construir sua argumentação. A língua é estrangeira – o inglês para Wolfson – na medida em que causa estranhamento, e é materna – o francês, talvez – na medida em que nela o sujeito se inscreve. Compreendo, há aí uma condição de base para que uma língua possa ser materna ou estrangeira, um componente significativo de afetação por parte dela com relação ao sujeito, seja no sentido de produzir estranhamento, seja no sentido de a partir dela o sujeito poder se dizer. Nesse sentido, compreendo que não é toda e qualquer língua que possa ser materna/estrangeira para todos os sujeitos.

Compreendo com Milner (2016) que toda língua possa de fato ser língua materna na medida em que é língua materna para um ser falante, mas isso na ordem do singular, não em uma generalização. Se essa dimensão do afetivo ou do libidinal, como queiram, tem grande importância tanto para que a língua seja materna tanto para que seja estrangeira, não é possível construir uma generalização. Coracini segue: “não há língua pura, homogênea e única; que é na imbricação do estranho maternal e do familiarmente estranho ou estrangeiro, ou melhor, do estranho familiar [...], que se situam nosso discurso e a possibilidade de (nos) dizer” (Coracini, 2013. p. 119-120, *grifos meus*).

Assim, essa imbricação e cruzamento entre as possibilidades de ser materna/estrangeira se dão na medida em que elas afetem o sujeito e que exista a partir dela a possibilidade de o sujeito se dizer. Isso se aplica, compreendo, muito bem ao caso de Wolfson. Contudo, considerar que toda língua é materna e/ou estrangeira para qualquer falante é uma generalização perigosa. Qualquer língua *pode* ser materna e estrangeira para qualquer falante, na medida em que o afete e que comporte essa dimensão libidinal

importante. Que seja uma língua, como lugar de sofrimento, paixão e prece (Derrida, 1996) – repito esse enunciado à exaustão – na qual o sujeito possa se *dizer*, e não que seja uma língua em que, amparado na gramática, o falante possa enunciar de forma correta e asséptica.

Em Canetti, essa fórmula tem outros efeitos. O espanhol, embora nomeado língua materna, só aparece retroativamente e de forma muito menos potente do que o alemão. Assim, compreendo, embora o alemão seja uma língua na qual ele se insere como falante apenas mais tarde, mas que ouve desde muito cedo, embora não compreenda em absoluto seus sons, pode-se dizer que ele funcione com mais potência, e funcione mais como uma língua materna do que o próprio espanhol. Como isso se dá? Talvez seja possível ensaiar uma resposta a partir do processo de alienação.

Talvez uma mudança de língua materna possa ser possível na medida em que algo suprima/sufoque a língua na qual o sujeito é inserido. Seja um trauma relativo àquela língua, seja um sintoma relativo a possibilidade de falar/se inserir na língua. Assim, uma língua que vem depois, não sendo afetada pelos elementos que silenciam a primeira, ganha ares de materna e a partir daí é que o sujeito pode dizer. Outro ponto seria um investimento potente em uma língua que, por alguma razão, surge depois na vida do sujeito. Não me parece possível, por outro lado, que a “língua materna anterior” seja esquecida/perdida, mas sim que, por outro lado, algo dela ainda permaneça, de forma mais ou menos marcada, produzindo efeitos sobre o sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meu interesse em pesquisar sobre isso que tem sido a muito tempo chamado de língua materna mais do que como questão de pesquisa, surge como inquietação. Isso que se diz dela (Derrida, 1996; Melman, 1992; Robin, 2013 e outros), aponta para uma importância psíquica bastante significativa que em minha compreensão não se alinha necessariamente com língua nacional/oficial – que ao fim e ao cabo não é falada por ninguém.

Por outro lado, dizer de uma língua materna pensando uma derivação direta da mãe, embora mais funcional do que uma equivalência a língua nacional na possibilidade de afetar e produzir o sujeito, traz problemas práticos importantes: se a mãe, imigrante, insere a criança em uma língua que “não é a dela”, qual a língua materna da criança?; se a criança é surda e filha de pais falantes e aprende língua de sinais, ela não tem língua materna? Se a criança é adotada por um casal de homens, ela não tem língua materna? (ela aprende a língua com os/dos pais). Uma solução possível, ao menos para as distintas configurações familiares é dizer, por exemplo, de uma língua paterna. Interessante a um nível social, por outro lado não resolve a questão. E se a criança for inserida na língua pela avó? Cria-se uma série de modos de dizer e perde-se o peso teórico que a expressão língua materna tem no campo da psicanálise? Como tenho compreendido o caminho não é assim simples, dizer de uma série de formas buscando uma tentativa de inclusão.

Assim surge a proposta de pesquisa e a partir disso é que a primeira parte dessa tese é desenvolvida. Afinal de contas, do que dizemos ao falar de língua materna? Que sentidos carrega essa expressão que é usada de forma quase que corriqueira em distintos campos da linguística e mesmo no senso comum?

Finalizando a escrita desta tese, torno a salientar que ao fazer referência à língua materna ou, neste texto, *dita* língua materna há aí algo que não coincide consigo mesmo e, entendo, tenha relação com a forma de dizer – que não é refém da psicanálise. Língua materna, retomo, é uma expressão que surge na idade média e passa a ser usada em contextos muito diversos até os dias de hoje. Mesmo dentro do campo das ciências da linguagem ou campos que com ela mantém interlocução, os sentidos são bastante abertos, como vimos na parte um desta tese. O que isso quer dizer e por que razão sigo reconhecendo essa divisão entre significante e significado?

Como uma palavra pode designar elementos diversos no mundo material, reconheço que com a expressão “língua materna” isso não seja diferente. Exemplifico. A

língua materna tal como podemos compreender a partir de Milner (2016) e Miller (2023) e que podemos ver em funcionamento constituindo os corpos de Canetti e Wolfson é inegavelmente uma língua muito potente. Por essa relação de um gozo violento com a figura da mãe, ela efetivamente se faz única para o sujeito e modula a relação dele com línguas outras e com o mundo. Inescapável, língua materna ainda quando não falada persiste, recalcada, produzindo efeitos.

É razoável supor que “essa língua materna” – que, se confiarmos em Milner, tem esses citados efeitos pela proximidade, ou antes enlace, com a língua – seja da mesma ordem que o que Nascimento (2022) chama de língua materna ao dizer que a criança surda “não à aprende”? Compreendo que as diferenciações entre o que essa expressão designa nesses dois campos semânticos não é pequena e que portanto as concepções de língua materna nessas duas perspectivas não sejam coincidentes. Coloco problemas onde não tem, separando a palavra da coisa? Pode parecer que sim, mas entendo que essa é a única forma de avançar na discussão.

Balizando o entendimento de língua materna como aquela primeira língua falada pela criança, a linha argumentativa que desenvolvo pode causar estranhamento, já que argumento e insisto que língua materna não é ela de fato, mas que se sustenta nela, se sustenta no conjunto de signos no qual a criança é inserida pela mãe ou – como vimos anteriormente – equivalente e que a partir de um certo investimento e englobando um metalinguístico é que ela desenvolve essa citada, elencada e repetida potência.

O que tento dizer com isso: uma solução para podermos sair do já sabido, daquilo que, sobre língua materna, já se acredita saber por antecipação (Aquino, 2016) é reconhecer que essa expressão é um modo de dizer como qualquer outro. Diferentemente de construções como “lalíngua” – surgida de um lapso – ou de “estranho familiar” – escolha de tradução para o conceito freudiano de *unheimlich* – modos de dizer razoavelmente estáveis e construídos já a partir de um caráter teórico explícito, a expressão língua materna é naturalmente de uso corriqueiro, surge antes de qualquer teoria. Prender ela a um só campo de conhecimento é pouco produtivo, de modo que para que se possa dizer dela de um outro lugar e de um outro modo, talvez seja interessante separar a forma de dizer daquilo que ela designa, já que, por essência, ela designa coisas bastante distintas.

Meu ponto é, para finalizar o raciocínio, compreendo que ao utilizarmos a partir de distintos campos teóricos, a expressão “língua materna” fazemos referência a noções que bom ser muito distintas entre si que, por serem de campos teóricos também distintos

não tem a menor necessidade de um alinhamento. Compreendo ainda que essa diferenciação colabore no avanço da discussão, já que minimiza possíveis estranhamentos com relação à descrição que se faz do “objeto” designado. As consequências disso? São pequenas, já que essa necessidade de uma diferenciação prática e textual só vai aparecer, compreendo, a partir do momento em que o texto trate de ambas as facetas: A forma de dizer (como por exemplo em Aquino (2016, 2019) e Urbain (1982), que se interessam pela constituição histórica da expressão) ou aquilo que ela designa, seja a partir do campo teórico que for.

No caso desta tese, tenho entendido que essa diferenciação seja interessante para o avanço da argumentação, já que ela tem como pontos de interesse tanto o modo de dizer, que aparece na primeira parte da tese, quanto isso que assujeita o falante e que é chamado de língua materna, na segunda. Só a partir da negação do evidente da expressão é que se abre a possibilidade para questionamentos profícuos com relação a aquilo que assujeita o falante. Na argumentação que venho desenvolvendo, dizer de outro modo sobre essa “primeira língua” não resolve o problema, considerar que língua materna seja sempre a língua da mãe, não resolve o problema. A expressão sintática cerca significados outros.

Do que se diz ao se fazer referência nos dias atuais à língua materna? Trata-se de uma metáfora cujos sentidos se descolam do significante *língua* e se aproximam de uma forma de discursividade? Compreensão essa que me surge e é em alguma medida a hipótese desta tese, mas que aparece também em Payer (2009, 2007), que considera que língua materna não pode ser pensada como uma língua empírica, mas sim que importa também pensar ela como uma dimensão discursiva da linguagem. No mesmo sentido, me alinho com Souza Jr. (2023, p. 85) que considera que “a língua se constrói retroativamente do mínimo ao máximo (do traço ao discurso), dando a ver as suas unidades em sentido crescente”. Assim, como tenho compreendido, a língua se espalha e se faz *differance* de si mesma.

Trata-se, língua dita materna, ainda de língua enquanto código mas não apenas, comportando elementos outros da ordem de uma subjetividade e da subjetivação? Mais importante talvez seja apenas reconhecer essa possibilidade de deslize e abertura para sentidos outros. Souza Jr. (2023) ainda aponta a discrepância entre a língua e ela mesma, uma oscilação homóloga àquela que Lacan pressupõe acerca do real e da diferença. Que sentidos são possíveis a partir daí, de uma língua que não se faz uma consigo mesma? Língua (do Outro) como condição fundamental da *differance*? Impossibilidade de fechamento?

Ainda sobre o suporte, entendo que há uma dimensão libidinal e inconsciente importante bem como marcas linguísticas próprias daquela pessoa que, introduzindo a criança na linguagem a faz ser sujeito, bem como compreendo que são esses elementos outros que permitem que determinada língua se faça materna para a criança.

Compreendo com Milner (2016) que pela aproximação com *lalíngua*⁵⁵, existe sobre a língua materna uma carga libidinal que faz com que ela seja uma língua única, não sendo possível contabilizá-la junto de línguas outras de modo algum e ainda, dentro da própria língua. Para o autor, ainda que a gramática tente dar conta de representar *lalíngua*, algo fica de fora, aquilo que é da ordem do Real. Assim, compreendo, *lalíngua* e língua materna transcendem o código linguístico e nesse movimento ela se faz incomparável, não coincidindo consigo mesma dentro da mesma língua. Retomo, como tenho entendido, e lanço mão mais uma vez do português para a construção do exemplo, não entendo que todas as variantes afetem o sujeito de igual modo e entendo com Leite e Souza Jr. (2021) que esses modos distintos de dizer tem um papel bastante importante na instituição da *dita língua materna*.

A partir das duas obras que compõem o arquivo dessa Tese, *Le Schizo et les langues* de Wolfson (1970) e *A língua absolvida* de Elias Canetti (2010) pudemos compreender que, no que tange a dita língua materna, ou essa língua que se diz (e se faz) materna – *langue dite maternelle* (Derrida, 1996) –, conjuga-se o código com elementos metalinguísticos possibilitando que ela assuma a potência largamente atestada pela literatura. São os efeitos de *lalíngua* sobre e com ela que atribuem uma carga libidinal tão potente que transcende o próprio código linguístico. É a relação e a proximidade (carregada de gozo) com a mãe – que também não é uma relação entre as demais –, mas também com o pai – ambos como função – que vão determinar a ela uma singularidade violenta. A língua em que o sujeito se autoriza a falar como mestre pressupõe esse terceiro termo, pressupõe e demanda a saída da relação dual e imaginária.

É essa relação – com a figura materna – que, bem ou mal, vai determinar ao sujeito modos de relação com essa língua que, tão carregada, é mais do que língua. Aí é que a língua do amor dos pais é buscada e se faz materna, em algum momento, para a criança. Um investimento dela e dos pais nessa língua. Um investimento dos pais nela e um investimento dela nos pais. Aí é que a língua da mãe, violenta, agressiva e dolorosa não

⁵⁵ Para Milner (2016, p. 21) ela é “uma língua entre outras; ao mesmo tempo em que, uma vez formulada, ela impede, por incomensurabilidade, que se construa uma classe de línguas que chegue a incluí-la”. Um avanço nos estudos sobre *lalíngua* nesse texto terá lugar na segunda parte dessa tese.

pode ser ouvida, não deixando, por isso, de ser materna. Não perdendo, em razão disso, sua potência.

Língua materna transita. Não se faz uma entre outras e não se faz *uma*. Por não ficar circunscrita a uma língua apenas ela é na medida em que sobre ela se deposite libido o suficiente para que ela possa alçar a essa posição. Se ela “muda” – na medida em que se faz materna para o falante aquela que não é a primeira na qual ele é inserido, que não é a língua daquela pessoa que faz a ele a função materna – se dá, compreendo, uma mudança de investimento libidinal, seja em razão da ênfase em uma nova língua, seja pela repressão de algo que se associa com a “anterior” ou com a sua possibilidade de expressão. Faço referência a “mudança” e “anterior” com aspas, mesmo depois de dizer que ela não se faz *uma* e portanto é incomputável. Pois ainda que “mude”, ou antes se desloque, se sobreponha a outras possibilidades de língua (Melman, 1992), as marcas permanecem.

Como foi possível ver acima, o lobo atravessa as narrativas de ambos os autores cujas obras compõem o arquivo dessa tese. Em Canetti ele aparece no texto, na máscara do pai, nos mitos familiares. Em Wolfson, esse significante aparece na carne e em seu nome. É a partir do reconhecimento dessa repetibilidade de referências ao lobo (nesses dois autores de famílias judias) que surge o interesse em investigar o que, relativo especificamente ao judaísmo e ao lúdico toca na língua. Essa temática, no entanto, será abordada em outro momento já que a compreensão desse alinhamento se dá, temporalmente, bastante tarde durante o percurso de pesquisa, de modo que já não há mais tempo hábil para essa investigação.

Foi possível, por outro lado, pensar esses alinhamentos e produzir a partir daí o título da tese, que diz da relação dos autores com essa figura e com esse significante, não pela coincidência – escolho esse significante de modo deliberado – mas por entender, a partir do aparecimento e repetibilidade do significante, que a figura do lobo pode ser bastante pertinente para se pensar os temas aqui trabalhados. Se entendermos a língua materna como uma primeira possibilidade de relação com o simbólico que tem o *infans*, entendendo que ela se sustenta na língua em que a criança será primeiro dita e nomeada, faz sentido pensar no lobo, metaforicamente, como o campo simbólico que vai ao encaixe da criança e a assujeita e a subjuga a linguagem. O lobo é o *pai* e a língua é a *língua*. Claro que não proponho um deslocamento de grande monta e uma redefinição de conceitos lacanianos, mas, para os fins deste texto, o lobo acaba por ser uma alegoria pertinente.

Com relação ao *Nome* presente no título, penso no nome com que Lobo é nomeado, ou melhor, o próprio significante *Lobo* como nomeação e representação, tentativa de se cercear isso que tem a ver com língua, com o simbólico, com o Outro, com *lalangue* e com isso que temos chamado de língua dita materna ou simplesmente língua materna, de modo algum planificando conceitos, mas entendendo que operam, ao menos nesse texto, em conjunto, assujeitando o falante. Ainda, em alguma medida, a língua materna é a língua da mãe – sempre entendendo mãe como uma função – pertence a ela. É em uma perspectiva próxima que é possível se ler o título desse texto, o nome que, vindo do lobo, pertencendo a ele e sendo por ele “dado”, assujeita o falante, na medida em que através da nomeação se insere a criança no jogo simbólico.

REFERÊNCIAS

ALBANO, Eleonora Cavalcanti. Eleonora Albano. *In: Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola, 2003. p. 25-p. 35.

ALLOUCH, Jean. **A clínica do escrito**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2007.

AQUINO, José Edicarlos de. Para além da figura da mãe: Reflexões sobre a noção de língua materna. *In: Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 37, p. 125 – p. 153, 2016. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao37/cronica1.pdf> Acesso em: 13 de abril de 2021.

AQUINO, José Edicarlos de. A origem medieval da expressão língua materna: uma história contra a evidência de sentidos de um termo canônico na reflexão sobre a linguagem. *In: Gragoatá*, v.24, n. 48, p. 50-74, 2019. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kovU8> Acesso em: 12 de março de 2024.

ARRIVÉ, Michel. **Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1999.

ARRIVÉ, Michel. *À la recherche de Ferdinand de Saussure*. Paris, Presses Universitaires de France, 2007.

AYOUC, Thamy. Clínica psicanalítica da língua: vias associativas interlinguísticas, tradução e transferência. *In: Estudos de Psicologia*, n. 32, p. 97-p. 107, 2015.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/272397788_Clinica_psicanalitica_da_lingua_vias_associativas_interlinguisticas_traducao_e_transferencia Acesso em: 13 de abril de 2021.

BALDINI, Lauro José Siqueira. Lalingua inatingível. *In: MARIANI, Bethania; ROMÃO, Lucília Maria Sousa; MEDEIROS, Vanise (orgs.). Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7letras, 2012, pp. 63-73.

BALDINI, Lauro José Siqueira; RIBEIRO, Thales de Medeiros. Uma história de santos, ovos e maçãs... e de um carneiro que ostenta um enfeite de cobre. *In: A palavra de Saussure*. SOUZA, Lucília Maria Abrahão e; NAGEM, Glaucia; BALDINI, Lauro (Orgs.). São Carlos, Editora Pedro e João, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A produção e a reprodução da língua legítima. *In: _____*. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. Tradução de Mauro Bento. 2. ed. São Paulo: Editora Parábola, 2008. pp. 29-52.

CANETTI, Elias. **A língua absolvida: história de uma juventude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CARVALHO, Bernardo. **Teatro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHRISTAKI, Angélique. Língua materna: traumatismo e transmissão. In: **tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 44, p. 27-35, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382012000100002 Acesso em: 13 de abril de 2021.

COSTA, Maria Iraci Sousa. Saussure e suas meditações silenciosas (não-) publicadas: a complexidade do corpus saussuriano. In: **A palavra de Saussure**. SOUZA, Lucília Maria Abrahão e; NAGEM, Glaucia; BALDINI, Lauro (Orgs.). São Carlos, Editora Pedro e João, 2016.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**: Arquivo memória e identidade: Línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas, SP. 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise de discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DAVOINE, Françoise ; GAUDILLIERE, Jean Max. O neutro do sujeito. In: PÊCHEUX, Michel et. al. **Materialidades discursivas**: a espessura da linguagem. Campinas: Editora Unicamp. 2019.

DERRIDA, Jacques. **Le monolinguisme de l'autre**. Paris, França. Galilée, 1996.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São paulo: Perspectiva, 2017.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006

DELEUZE, Gilles. Préface. In: WOLFSON, Louis. **Le Schizo et les Langues**. Éditions Gallimard, 1970.

DUARTE, Kelley Baptista. **A escrita autoficcional de Régine Robin**: mobilidades e desvios no registro da memória. Tese (Doutorado em Literaturas Francesa e Francófonas) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; PAULON, Clarice Pimentel; MÍLAN-RAMOS, José Guillermo. **Análise Psicanalítica de Discursos**: Perspectivas Lacanianas. São Paulo. 2. Ed. Estação das Letras e Cores. 2017.

FARACO, Carlos Alberto. **O efeito Saussure**: cem anos do Curso de Linguística Geral. São Paulo: Parábola Editorial. 2016.

FINGERMANN, Dominique Touchon. O que é um corpo? Como responde a psicanálise? In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. (Orgs.) **Corpo**. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica. 2021. p. 25 – p. 38.

FINK, Bruce. **O sujeito Lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FREUD, Sigmund. (1912). A dinâmica da transferência. In: **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O caso Schreber”), Artigos sobre técnica e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

FREUD, Sigmund. (1919). **O incômodo: das unheimliche**. Trad. Paulo Sérgio de Souza Jr. São Paulo: Blucher. 2021.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: O discurso na história da linguística**. Campinas, SP. Editora Pontes, 2004.

GENEROSO, Cláudia Maria. O funcionamento da linguagem na esquizofrenia: um estudo lacaniano. **Ágora** (Rio de Janeiro) v. XI n. 2 jul/dez 2008 p.267-281. Disponível em: [SciELO - Brasil - O funcionamento da linguagem na esquizofrenia: um estudo lacaniano](#) **O funcionamento da linguagem na esquizofrenia: um estudo lacaniano**. Acesso em: 03 de mar. de 2023.

GUIMARÃES, Eduardo. **Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil**. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp. 2005.

GHIRALDELO, Claudete Moreno. **As representações de língua materna: entre o desejo de completude e a falta do sujeito**. 2002. 239 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1592164>. Acesso em: 14 fev. 2025.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita**. Campinas, Editora Unicamp, 2013.

IANNINI, Gilson. **Freud no século XXI: O que é a psicanálise?** Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

INDURSKY, Freda. Estudos da linguagem: língua e ensino. *in: Organon* (UFRGS), Instituto de Letras, v. 24, n. 48, p. 35 a 54, 2010.

KATO, Mary. Mary Cato. *In: Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da linguística*. São Paulo: Parábola, 2003. p. 113-p. 121.

KHATIBI, Abdelkebir. **Amour bilingue**. Fata Morgana, 1983.

LACAN, Jacques. (1953-1954). **O Seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LACAN, Jacques. (1955-1956). **Le séminaire, livre III: Les psychoses**. Éditions de Seuil, 1981.

LACAN, Jacques. (1955-1956). **O seminário, livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2020.

LACAN, Jacques. (1957-1958). **O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. (1968-1969) **O Seminário, livro 16: De um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. (1973). **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LACAN, Jacques. (1969-1970). **O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. (1972-1973). **Le séminaire, livre XX: Encore**. Éditions de Seuil, 1975.

LACAN, Jacques. (1972-1973). **O Seminário, livro 20: Mais, ainda**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

LEITE, Nina Virginia de Araújo; SOUZA JR. Paulo Sérgio de. Corpo e língua materna. In: TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. (Orgs.) **Corpo**. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica. 2021. p. 39 – p. 38.

LEPSCHY, Giulio. *“Mother tongues and literary languages”*. *The Modern Language Review*, 96. 4, p.33-49. 2001

MAJOR, René. **Lacan com Derrida**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Luan Alex. **A emergência do sujeito no espaço entre línguas: interpelações discursivas em sujeitos na posição de imigrante**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2022.

MARINI, Caroline Pessalácia. **Louis Wolfson: As palavras de escritura fina**. 2010.

MELMAN, Charles. **Imigrantes: Incidências Subjetivas das Mudanças de Língua e País**. São Paulo: Escuta, 1992.

MILLER, Jacques-Alain. Teoria de lalíngua. In Jacques Lacan. **A terceira** (pp. 9-62). Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MILNER, Jean Claude. **O amor da língua**. Trad. P. S. de Souza. Jr. Campinas, SP. Editora Unicamp. 2016.

MIRANDA JUNIOR, Hélio Cardoso. O exercício da Função Materna e o semblante mulher na tábua da sexuação de Lacan. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 38-60, jun. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382020000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 fev. 2025.

NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. Psicanálise e surdez: singularidades da constituição subjetiva. In: **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23, n. 00. Disponível em: [Vista do Psicanálise e surdez \(unesp.br\)](http://vista.do-psicanalise-e-surdez.unesp.br). Acesso em: 21 de fev. de 2024.

NASIO, Juan David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

PAYER, Maria Onice. **Dimensões materna e nacional das línguas**. **Simpósio Nacional de Letras e Linguística**, In: Anais do XII SILEL. 12, p.1-8. 2009.

PAYER, Maria Onice. Entre a língua nacional e a língua materna. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz. 2007.

PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo Castro; RIBEIRO, Ailton Artur da Silva. O crioulo haitiano e seu reconhecimento político. In: **Universitas Relações Internacionais**. v.14, n.1, 2016. Disponível em: encurtador.com.br/cfwIJ. Acesso em: 04 de mar. 2021.

RASTIER, François. Da dupla essência da linguagem e a renovação do saussurismo. In: SOUZA, Lucília Maria Abrahão; NAGEM, Glaucia; BALDINI, Lauro (Orgs.). **A Palavra de Saussure**. São Carlos, SP. Pedro e João editores, pp. 133-150, 2016.

REIS, Claudia Freitas. A designação de Língua: Sentido, argumentação e o texto no ciberespaço. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (Org.) **Linguagem e identidade: Elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP. Fapesp, p. 213-230, 2001.

ROBIN, Régine. **Le deuil de la langue**. *Fata morgana*. 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.

SOUZA JR., Paulo Sergio. O sexual no corpo da língua. In: **Gragoatá Revista dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da uff**, vol. 24, n. 49, p. 536–549, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/34094> Acesso em: 11 de mar. de 2021.

SILVA, Magali Milene. **O Discurso Universitário e a clínica contemporânea**. Cad. Psicanál. (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 40, n. 38, p. 161-182, jan./jun. 2018. Disponível em: [v40n38a10.pdf \(bvsalud.org\)](http://v40n38a10.pdf(bvsalud.org)). Acesso em: 02 de mar. de 2023.

STUBE NETTO, Angela Derlise. **Tramas da subjetividade no espaço entre-línguas: narrativas de professores de língua portuguesa em contexto de imigração**. 2008. 243 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1607263>. Acesso em: 14 fev. 2025.

TAVARES, Pedro Heliodoro. IANNINI, Gilson. Prefácio. In: FREUD, Sigmund. (1919). **O Infamiliar: [das unheimliche]** Trad. Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares e Romero Freitas. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

URBAIN, Jean-Didier. *La langue maternelle, part maudite de la linguistique?* In: *Langue française*, n°54, 1982. **Langue maternelle et communauté linguistique**. p. 7 - p. 28. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1982_num_54_1_5275. Acesso em: 10 de abril de 2021.

XAVIER, Antônio Carlos; CORTEZ, Suzana (org.). **Conversas com Linguistas: Virtudes e Controvérsias da Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

WEISSMANN, L. Migração/exílio e a perda da língua materna. In: **Cadernos de psicanálise (círculo psicanalítico/rj)**. n.º 37, p. 185-206, 2017. Disponível em: <v39n37a11.pdf> (bvsalud.org) > Acesso em: 04 de junho de 2021.

WOLFSON, Louis. **Le Schizo et les Langues**. Éditions Gallimard, 1970.

GLOSSÁRIO

A

- **Alienação** – Termo compreendido aqui à luz da psicanálise, a alienação é parte do processo de constituição psíquica do sujeito. Nesse momento a criança aliena-se ao e pelo Outro enquanto linguagem. Deixa-se atravessar por ele para que possa efetivamente a partir daí poder dizer. Esse processo, assevera Lacan, é em alguma medida aceito pela criança, existe uma espécie de escolha que permite/possibilita que a alienação ocorra.
- **Associação livre** – Conceito operatório da clínica psicanalítica inaugurado por Freud, a associação livre é retomada por Lacan como uma via de acesso ao inconsciente estruturado como uma linguagem. Contrariamente à ideia de liberdade total na fala, o que importa, para Lacan, são os tropeços, lapsos e retornos da cadeia significante. O sujeito, ao falar sem censura, revela o modo como está implicado no discurso do Outro. Nessa pesquisa, extrapolo o conceito de Associação livre tal como postulado pelos autores para indicar meu modo de relação com os textos analisados, menos hermético e estruturado do que em uma Análise de Discurso Pechêuxiana, por exemplo.
- **Arquivo** – Tomado nesse texto a partir de Derrida, o arquivo não é apenas o lugar onde se conserva a memória, mas é também – e sobretudo – o que determina o que pode ser dito, lembrado e legitimado. Ele comporta uma lógica de exclusão constitutiva: arquivar implica esquecer, destruir, selecionar. O arquivo é sempre um campo de forças: ele articula desejo, técnica, política e poder.

C

- **Castração** – A castração, na teoria psicanalítica, não é compreendida de maneira literal ou biológica, mas sim simbólica. Ela designa o processo em que o sujeito, ao adentrar a linguagem e a ordem simbólica, aceita a perda de uma completude

imaginária. Esse corte implica a renúncia à ideia de que há um acesso direto ao gozo pleno. A partir desse limite imposto pelo significante, o sujeito estrutura seu desejo em torno da falta, constitutiva do próprio ser.

- **Corpo** – “Corpo” deve ser entendido nesse texto como não coincidente com organismo. É possível ter um corpo na medida em que o sujeito consiga o nomear ou que outros nomeiem esse corpo para a criança. Em essência, o corpo é sempre simbolizado.

D

- **Desconstrução** – “o termo ‘desconstrução’ foi tomado da arquitetura. Significa a deposição/decomposição de uma estrutura. Em sua definição derridiana, remete a um trabalho do pensamento inconsciente (isso se desconstrói’), e que consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante. Desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do logos, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes” (Derrida & Roudinesco, 2004, p. 09. *Grifos no original*).
- **Discurso** – Nessa pesquisa, “Discurso” é compreendido, a partir da psicanálise lacaniana, como laço social. Lacan estabelece quatro, que fazem referência a distintos modelos e modos de relação. São eles: Discurso da histeria, da universidade, discurso psicanalítico e discurso do mestre. Essa teoria que podemos considerar topológica, na medida em que atribui lugares para essas relações e modos de relação, torna-se potente na medida em que permite a aproximação e assimilação “da heterogeneidade, do inconsciente e do gozo, do sujeito e do significante, da relação de poder entre senhor e escravo para o interior das operações discursivas” (Dunker; Paulon; Milan-Ramos, 2017, p. 185).
- **Discurso da histérica** – Uma das quatro fórmulas discursivas elaboradas por Lacan. No Discurso da histérica o Sujeito (\$) ocupa a posição de agente e dirige seu questionamento ao mestre (S1), buscando saber sobre o desejo do Outro. Esse discurso é marcado pela subversão, pela constante demanda e pela insatisfação

estrutural, uma vez que o histórico provoca o saber na tentativa de revelar a verdade que permanece velada.

- **Discurso da universidade** – O discurso da universidade coloca o saber (S2) na posição de agente, buscando transmitir e legitimar um conhecimento oficial e sistematizado. Esse saber, entretanto, serve ao mestre (S1) que ocupa a posição de verdade. O sujeito (\$) é rebaixado a objeto (*a*), sendo instrumentalizado e alienado em nome de uma lógica institucional que mascara a divisão subjetiva e reifica os saberes como totalidades.
- **Discurso psicanalítico** – O discurso psicanalítico subverte as formas tradicionais de poder e saber, colocando o objeto *a* — a causa do desejo — na posição de agente. Diferente dos outros discursos, ele não busca dominar o sujeito, mas permitir que o saber emerja a partir de sua própria divisão (\$).
- **Discurso do mestre** – Estruturante das relações de poder e autoridade, nele o significante mestre (S1) ocupa a posição de agente e busca impor uma ordem simbólica. Esse discurso exige que o saber (S2) funcione como suporte para a manutenção dessa autoridade. O sujeito (\$), dividido e alienado, é relegado à posição de verdade, enquanto o objeto *a* permanece oculto, evitando confrontos diretos com a falta que sustenta o próprio mestre.

E

- **Expressão** – Aqui ao fazer uso da palavra “expressão” para fazer referência à língua materna, compreende-se a mesma estritamente como elemento lexical, um modo, dentre outros, de fazer referência à essa noção.
- **Estádio do espelho** – Proposto por Lacan, o estágio do espelho refere-se ao momento em que a criança, por volta dos 6 a 18 meses, identifica sua imagem refletida no espelho como um "eu" unificado. Esse evento tem um efeito estruturante para o sujeito, pois marca a entrada no imaginário. Ao reconhecer-se como uma unidade, ainda que apenas ilusória, o sujeito projeta uma identidade

que será mediada pelo olhar do Outro. Essa operação inicial funda a dialética entre o eu ideal e a alienação do sujeito.

F

- **Falasser** – Sinônimo de sujeito falante, cindido pelo simbólico, o falasser pode ser considerado na medida em que se considere o Inconsciente como possibilidade, uma vez que o falasser é uma espécie de conjugação entre Sujeito Inconsciente e seu corpo.
- **Falo** – Para Lacan e para a psicanálise, “Falo” não tem relação com o organismo, é, por outro lado, o significante do desejo, por excelência inalcançável e inapreensível.
- **Função materna** – Não se confunde com a mãe, biológica ou adotiva. Trata-se do falasser que irá supor essa criança como um sujeito em potencial. Investindo e desejando. Entende-se à partir de Lacan que um dos pontos fundamentais da função materna é desejar, não apenas desejar a criança, mas desejar, mostrando-se incompleta e faltosa, desejando um para além.
- **Função paterna** – A função paterna diz respeito não a um pai empírico, mas sim a uma operação simbólica que incide como corte na relação dual entre mãe e criança. Ela é representada pelo significante Nome-do-Pai e opera a interdição do gozo absoluto, regulando o desejo e possibilitando a entrada do sujeito na ordem da linguagem. Quando forcluída, pode haver desorganização do campo simbólico, abrindo caminho para a psicose.

G

- **Gozo** – Não se refere à satisfação plena, mas a um excesso que escapa ao simbólico e se vincula à transgressão dos limites, constituindo-se como uma experiência paradoxal de satisfação que pode ser experienciada como sofrimento. Lacan distingue diferentes formas de gozo, incluindo o gozo fálico, situado no

campo do simbólico, e o gozo do Outro, mais próximo ao registro do real, onde há uma ruptura da linguagem.

I

- **Imaginário** – Fundamental na teoria lacaniana, o Imaginário refere-se ao domínio das imagens, da identificação especular e das relações dualistas. Embora necessário à constituição subjetiva, o Imaginário, quando isolado dos registros Simbólico e Real, pode aprisionar o sujeito na ilusão de completude.
- **Inconsciente** – O Inconsciente se constitui como um sistema psíquico que funciona com leis próprias, marcado por desejos recalcados, formações substitutivas e opera numa lógica distinta daquela que se dá durante a vigília. Se manifesta nos sonhos, nos atos falhos, nos sintomas – possibilitando o retorno de elementos que permanecem recalcados. Não é apenas o que está fora da consciência, mas o que opera de forma dinâmica, buscando satisfação fora dos limites do Ego.
- **Infans** – A criança que ainda não fala, ainda não atravessada pela linguagem. A expressão deriva do latim e significa, de forma literal, “não falante” (Arrivé, 2007, p. 22; Fingerman, 2021, p. 28).

L

- **Lalíngua** – Conceito forjado por Lacan a partir de um ato falho, lalíngua diz disso que, da língua, escapa à possibilidade de apreensão total pelo simbólico, um ponto em que língua e Inconsciente se articulam. Milner (2016) considera que a sua figuração mais direta é a língua materna – na medida em que aquela afeta o falante de um modo bastante singular – pela sua própria singularidade e dificuldade de acomodá-la em um lote de línguas outras e compreende que a presença de lalíngua tenha aí um papel importante, uma vez que é ela “outra para si mesma, incessantemente heterotópica” (Milner, 2016, p. 22).

- **Língua materna** – Tema de pesquisa dessa Tese, língua materna, compreendo, envolve elementos metalinguísticos importantes e não se aliena na representação por um código linguístico apenas. Pode ser lida como aquela primeira língua na qual a criança é inserida, geralmente, pela mãe mas também existem outras diversas possibilidades de configuração. Compreende-se (Melman, 1992; Revuz, 2001; Derrida, 1996; Robin, Leite e Souza jr., Milner, 2016) que ela tem um papel bastante importante no processo de constituição do sujeito e via de regra afeta o sujeito de um modo como nenhuma outra pode o fazer, sendo, para Derrida, lugar de sofrimento, de paixão e de prece.
- **Língua nacional** – Língua politicamente e institucionalmente determinada, língua de um país e compreendida como resultado de um processo de gramatização. Aquino (2016) questiona se alguém fala a língua nacional de fato, já que escande variações linguísticas. Pode ou não ser a primeira língua falada por cada habitante de um país na medida em que a inserção da criança em uma primeira língua é atravessada por fatores outros que não apenas o politicamente determinado (situações de imigração, línguas autóctones e afins).
- **Língua paterna** – Língua em que o Nome-do-Pai reivindica e interdita a expressão de um desejo ligado à língua materna (Melman, 1992, p. 60).
- **Língua zero** – Um entendimento de uma língua reduzida a um mínimo estrutural, anterior à gramatização e à estabilização dos códigos linguísticos. Ela seria uma espécie de núcleo pulsional da linguagem, marcada por equívocos, ruídos e trocas sonoras que escapam à função comunicativa. Associada à lalíngua, a língua zero carrega restos de gozo que resistem à significação plena e apontam para o corpo falado e afetado – um ponto de indistinção entre gozo e sentido.

M

- **Mãe** – Não se relaciona com a figura da genitora necessariamente. Mãe, compreende-se a partir da psicanálise, é o falasser que vai desenvolver a função materna para com a criança. Função de cuidado e acolhimento, além de

possibilitar a entrada de um terceiro termo nessa relação, uma vez que se mostre faltante e desejosa. Ver Função materna.

N

- **Não-do-Pai/Nome-do-Pai** – O Pai, enquanto significante e marca do interdito, apresenta-se como um *não* para a criança, separando-a da mãe. A dupla possibilidade de grafia desse conceito se sustenta na homofonia entre “*nom du père*” e “*non du père*”, expressões francesas que confundem-se na exposição de Lacan.

O

- **Outro (A)** – Conceito lacaniano de caráter bastante polissêmico, no original em francês *Autre* (daí a marcação com um “A” maiúsculo quando de sua aplicação em fórmulas), faz referência, nesse texto, ao Tesouro da Linguagem, a possibilidade de inserção do Sujeito no campo do simbólico.
- **outro (a)** – outro (*a*) – O outro, ou “pequeno outro” é o semelhante com o qual o sujeito se identifica – seja uma imagem especular, um irmão, ou mesmo o próprio eu. Ao contrário do Grande Outro, que é lugar da linguagem e da lei, o pequeno outro é uma figura com a qual o sujeito compete, se espelha ou se confunde. Ele também pode representar o outro do desejo, aquele que me falta e cuja falta me constitui.

P

- **Pai** – Ver função paterna e Nome/não do pai.
- **Psicose** – Na psicose, o rompimento com o registro do Simbólico “produz” um sujeito que, diante da forclusão do Nome-do-Pai, encontra-se exposto ao real. A linguagem, que para o neurótico serve de suporte ao laço social, na psicose aparece fragmentada, marcando a irrupção do real no campo do sentido.

- **Pulsão** – A pulsão, enquanto força incessante, não tem um objeto definitivo que dê conta de a satisfazer. Se articula entre o somático e o psíquico, marcando o contínuo deslizamento entre a falta e o desejo.

R

- **Real** – O real, em sua dimensão lacaniana, não é aquilo que se opõe ao imaginário, mas o que persiste como resto, como aquilo que não se deixa simbolizar. Ele surge nas brechas do discurso, impondo sua presença naquilo que se repete e que não se acomoda à lógica da representação. O real é o que escapa, é o impossível, sendo a força que evidencia a falibilidade das tentativas humanas de capturar a experiência em palavras.
- **Recalque** – O recalque, enquanto mecanismo constitutivo do inconsciente, é a operação pela qual representações ligadas a conteúdos intoleráveis são afastadas da consciência. No entanto, esse afastamento não as aniquila; ao contrário, elas retornam, distorcidas, nos sintomas, nos atos falhos e nos sonhos. O recalque aponta para o trabalho incessante do inconsciente e para a resistência que o sujeito impõe ao que ameaça sua organização psíquica.

S

- **Semblante** – Semblante, na psicanálise, não se reduz à aparência enganosa; é, antes, uma construção simbólica que sustenta as relações sociais. Ele opera como suporte da verdade do desejo, ao mesmo tempo que encobre a falta constitutiva do sujeito. O semblante é, assim, uma máscara necessária, que viabiliza o laço social e permite que o discurso se estabeleça, mantendo-se, contudo, sempre aquém do real.
- **Significante**: O significante, na estrutura do inconsciente, não é apenas um elemento linguístico, mas um operador fundamental que articula o desejo. Organizado em cadeias, o significante cria efeitos de sentido ao se relacionar com outros significantes, sempre remetendo a outro que o antecede ou o sucede. O

sujeito, enquanto efeito dessa cadeia, encontra-se inexoravelmente atado ao desejo do Outro.

- **Simbólico:** O simbólico, como registro estruturante da realidade psíquica, é o campo da linguagem, das leis e das normas que regulam a vida em sociedade. É nele que o sujeito se inscreve ao adentrar no universo da linguagem, sendo atravessado pelas significações que o antecedem. O simbólico é o território do discurso, onde o sujeito é interpelado e se reconhece como tal, ainda que sempre a partir de uma posição de falta.
- **Sujeito cindido pelo simbólico (\$)** – O sujeito cindido pelo simbólico é aquele dividido/cindido/barrado pela entrada na linguagem. Ao ser inserido no campo simbólico — estruturado pela linguagem e pelas leis da cultura — o sujeito perde a completude imaginária e se constitui em falta. O sujeito se forma em relação ao Outro (a linguagem), mas sempre como um efeito entre os significantes. Assim, o eu consciente (ego) é apenas uma parte do sujeito, que está dividido entre o que é representado e o que escapa à representação. A castração simbólica é o ponto central dessa divisão.

T

- **Tábuas da sexuação** – Introduzidas por Lacan no Seminário 20 (Encore, 1972/2003), as tábuas da sexuação propõem uma formalização lógica da diferença sexual a partir da relação (ou não) com a função fálica. As tábuas subvertem qualquer naturalização da sexualidade e apontam para uma lógica do desejo e do gozo marcada pela não complementaridade entre os sexos.
- **Transferência** – A transferência se manifesta como a repetição de experiências psíquicas em novas relações, evidenciando o desejo inconsciente que insiste em se atualizar. No espaço analítico, ela se desenha como um campo no qual o passado retorna no presente, permitindo ao sujeito revisitar e ressignificar sentidos outrora fixados. É um laço que, ao mesmo tempo, sustenta o processo de análise e escancara o poder do desejo do Outro.

Φάντασμα ἐμαυτοῦ - ou, fantasma de mim mesmo.

Uma canção

Um amigo

Uma marca

Um amor

Um sentido que escapa

“Sou onde não penso, penso onde não sou”

Lacan, 1949.

Durante a qualificação de minha pesquisa de doutorado a Professora Doutora Eliane Righi, membro externo de minha banca, apontou que, mais do que eu estar falando em minha pesquisa sobre escrita de si, tendo-a, em alguma medida, como objeto de minha tese, eu estava também nela fazendo uma escrita de si. Sugeriu que, assim como eu deveria assumir uma escrita mais orientada a partir da psicanálise, deveria também eu assumir esse lugar de uma escrita de si. Em um só depois essa sugestão passa a fazer muito sentido, e é a partir daí que esse excerto do texto nasce. Misto de agradecimentos, relato de pesquisa e expansão de considerações sobre o entre-línguas – que pressupõe algum tipo de relação com a língua materna.

Desde o início de meu percurso de doutoramento mudei de cidade algumas vezes, foram seis cidades ao todo, por conta do trabalho e por conta também de atividades acadêmicas. Mais do que um deslocamento físico, se deu um deslocamento de posições, da minha posição como pesquisador, e na minha relação de trânsito entre as possibilidades de me dizer, seja em uma língua que me é estrangeira em alguma medida, seja naquela que me é, em alguma medida, materna.

Cito Lacan, na abertura dessa seção. Não discorro aqui sobre o meu lugar enquanto sujeito já que isso é, em minha compreensão, pouco factível, mas digo de posições que assumo ou que assumi no decorrer desse período. De lugares físicos e subjetivos que ajudam a contar sobre o percurso de pesquisa e sobre a constituição de um pesquisador que não é neutro.

Realizei minha pesquisa de doutorado, bem como a de mestrado – que me dou conta agora, também finalizo discorrendo sobre deslocamentos – em Chapecó, no Oeste Catarinense. Na Universidade Federal da Fronteira Sul, sou discente do PPGEL, na linha

de pesquisa Práticas Discursivas e Subjetividades, sob orientação da professora Dra. Angela Derlise Stübe.

É por incentivo de minha orientadora que em meados de 2023 me mudo para Campinas, Barão Geraldo, para cursar um semestre na UNICAMP. Nesse espaço que para mim serviu como um desconstrutor de semblantes – até então nunca havia morado fora do Oeste Catarinense – pude acompanhar as aulas do professor Lauro Baldini – que eu já conhecia de uma matéria que cursei on-line ainda durante a pandemia e de um curso realizado pelo extecamp. Nesse período passo a participar também do PsiPolis, do professor Lauro e do PsiCault, da professora Maria José Coracini.

Desconstrutor de semblantes. Barão Geraldo e a UNICAMP, mais do que espaços de aprendizado foram espaços de vivência e de experimentação. Ali me deparei com novas possibilidades de ser sujeito e de me relacionar com o mundo. Fiz amigos que carregou comigo desde então e que, sinto por vezes, me acompanham há uma vida. Ainda em Campinas e mais uma vez por incentivo de minha orientadora, submeti projeto de Doutorado Sanduíche à CAPES.

A proposta, bem sucedida, era passar um semestre na Sorbonne Paris XIII – em Paris, na França – e, sob orientação da professora Dra. Marie-Anne Paveau estudar de forma mais aprofundada as concepções de língua que aparecem na obra de Ferdinand de Saussure, em textos dele no original e de comentadores ainda não traduzidos. Assim, no segundo semestre de 2024 tive a oportunidade de passar um semestre em Paris desenvolvendo minha pesquisa e vivendo. Nesse período, morando na *Maison Du Brésil*, convivi diariamente com dezenas de pesquisadores brasileiros dos mais diversos campos de atuação – arquitetos, economistas, psicanalistas, historiadores, cientistas sociais, artistas, juristas, filósofos, linguistas e outros – e de diversos lugares do Brasil. Sempre bom se deparar com a alteridade.

Nesse semestre e com essa oportunidade riquíssima tive condições de pesquisar nas bibliotecas de Paris: na BNF (*François Mitterand e Richelieu*), na biblioteca da *Cité Internationale Universitaire* e na *Saint Geneviève*. Para além disso assisti muitos seminários de temas distintos – até mesmo sobre a blasfêmia na obra de Lars Von Trier, um de meus diretores favoritos. Desses seminários, destaco no entanto “*Genre, normes et psychanalyse*” et “*Psychanalyse, colonialité, décolonisations*” ambos pela *Université Paris Cité* ministrados pelos professores Thamy Ayouch, uma figura magnética, e Pascale Moliniere. Ainda tive a oportunidade de organizar na Maison du Brésil, em parceria com os colegas pesquisadores Aglaé Carneiro, Rafaela Alves Fernandes, Ruth Cuiá

Troncarelli e Vinicius Sanfelice, o seminário internacional “*Art et subjectivités : les humanités en temps de crise*”, dedicado a compartilhar experiências e trajetórias de pesquisa de estudantes residentes na MDB.

Para além dessas experiências acadêmicas diretas, esse período na França foi de grande valia para experimentar na prática o trânsito entre as distintas línguas que afeta e constitui tanto Wolfson quanto Canetti. Tendo já um percurso de estudo no francês, estando na posição de imigrante e me deparando com a necessidade de uso cotidiano da língua – para os mais diversos fins – a relação muda bastante. Em algum momento a relação com a língua muda, e não falo aqui de ampliação de vocabulário, de uma maior segurança ao enunciar uma frase, embora isso também seja verdade.

Um exemplo situacional que me ocorreu mais de uma vez e para o qual não tenho uma explicação é que, quando eu, tendo uma conversa agradável e íntima em francês *precisava* dizer algo menos agradável, mudava automaticamente para o inglês, uma língua que, ainda que eu muito consuma, não é carregada libidinalmente como me é o francês. Por que isso se dá? Tenho a hipótese de que, talvez, esse funcionamento tencionasse imprimir uma impessoalidade ao enunciado. Uma certa formalidade que certamente não é constante e que equivaleria no português ao controle que tenho do uso do tepe em certos espaços de enunciação.

Não digo que o francês sendo uma língua por mim investida e uma língua que me permitiu acessar tantos prazeres e gozos tenha se tornado uma língua materna, que, a partir dela eu tenha passado a me enunciar como mestre. Não entendo que seja o caso. Mas, inegável, algo se desloca. Creio que em algum momento o francês tenha para mim se tornado menos uma língua na qual construo sentenças e mais uma língua na qual me digo. Paradoxal como é a língua. Como é o inconsciente.